



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 149

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2016

ANO V



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ADVOCACIA GERAL	3232
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3233

TAQUIGRAFIA

ATA DA 39ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR E ANALISAR A EXTRAÇÃO MINERAL NO RIO MADEIRA.

Em 22 de agosto de 2016

Presidência dos Srs.

HERMÍNIO COELHO- 2º Vice-Presidente
JESUÍNO BOABAID- Deputado

(Às 09 horas e 32 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e Senhores, bom dia! A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em plenário de Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, realiza Audiência Pública objetivando discutir e analisar a extração mineral no Rio Madeira, no âmbito do Estado de Rondônia. Convidamos para compor a Mesa Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, proponente dessa Audiência Pública e já registrar a presença do Deputado Federal Marcos Rogério da Bancada Federal de Rondônia, ele vai se ausentar, mas queremos registrar a presença de Sua Excelência Senhor Deputado Marcos Rogério. Convidamos Excelentíssimo Senhor Deputado Hermínio Coelho, também proponente desta Audiência Pública. Tenente Coronel André Glanert, representante a Secretaria de Segurança Defesa e Cidadania. Excelentíssimo

Senhor Leudo Buriti, Presidente da SOPH. Sr. Edgar Iza, Chefe da Unidade do Serviço Geológico do Brasil – CPRM. Doutora Tânia Sena, Advogada, Vice-Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia – COOGAM. Doutor Rodrigo Luciano, Advogado da MINACOOP, COOGARIMA e COOPREME. Senhor Francisco Audeni da Silva, Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros, Mineração Agroflorestal – MINACOOP.

Queremos já nesse momento registrar e agradecer a presença do Senhor Alex Santiago do Nascimento, Presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Monte Sinai; senhores integrantes do Movimento Garimpo Legal; Doutora Ana Carolina Nestor, Advogada da COOGAM - Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia; Geomário Leitão de Sena, Membro da COOGAM - Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia, que já está inscrito para falar dentro de instantes. Queremos lembrar que toda Audiência Pública, a partir desse momento será conduzida pelas Suas Excelências senhores Deputados Hermínio Coelho e Jesuíno Boabaid.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus declaro aberta esta Audiência Pública com a finalidade de discutir a problemática da legalização do garimpo de ouro no Rio Madeira, que foi proposta aqui pelo nosso Deputado Jesuíno Boabaid. Eu quero convidar as pessoas que estão lá na galeria que podem ocupar os bancos aqui dentro do plenário, eu quero ver esses bancos aqui todos ocupados, fiquem mais próximos aqui, não cabe todo mundo não, mas os que couberem fiquem a vontade aqui no plenário.

Com a palavra o nosso Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Bom dia a todos, só para registrar a presença do Deputado Hermínio Coelho, presidindo essa Audiência Pública também que foi feito o Requerimento, ao Presidente da SOPH, senhor Leudo Buriti; Tenente Coronel Glanert; Edgar, Chefe da Unidade Geológica do Brasil; Tânia, Advogada; Rodrigo Luciano, também advogado e o Francisco Audeni da Silva, e bem como os demais garimpeiros e pessoas aqui presentes neste recinto. Eu só queria registrar Presidente, que a SEDAM, o IBAMA, e os demais órgãos foram

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

devidamente informados e notificados e não se fazem presentes. Aí depois, igual eu estou aqui com o processo na íntegra que trata sobre a Lei Complementar, o Projeto de Lei 102, que dispõe sobre o aumento de cotas, aí sim quando é de interesse para discutir a questão das usinas, o aumento de cota, vem todo mundo para cá, vem usina, vem IBAMA, vem o Estado, e aqui, eu sei que o Estado está representado pela SOPH e a Secretaria de Segurança Pública. Mas infelizmente e agora que eu fiquei ciente que alguns órgãos das Secretarias do Estado só recebem por email não é? Só recebe por email a situação da notificação de Audiência Pública. Então, é uma crítica que eu faço ao Presidente, no caso ao Secretário lá SEDAM, que por qual motivo não encaminhou essa situação de um representante para discutir nesse exato momento esse debate quanto à questão do garimpo, bem como depois vem querer se manifestar contrário a qualquer propositura que nós fizemos aqui ao ponto até de revogar aquele Decreto que suspende, se revogar o garimpo está liberado, aí vai está aqui IBAMA, Ministério Público, entrando com ação civil pública, não participam, o Ministério Público tudo bem, não vou nem interferir porque eles estão lá; qualquer situação, ele entra com as devidas ações pertinentes. Então, é dessa forma que eu queria manifestar e o que foi discutido, apresentado aqui, Presidente, a gente vai encaminhar na forma que nós entendermos que é a viabilidade melhor para todos.

Registrar a presença também do Vereador Marcelo, Marcelo Reis que se encontra presente, representando a Câmara de Vereadores do Município de Porto Velho. Então era isso eu queria manifestar nesta manhã. E passar a palavra novamente a Vossa Excelência aí, a qual está conduzindo os trabalhos desta Audiência Pública que dispõe sobre a extração do minério no Rio Madeira.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar aqui a presença do Excelentíssimo senhor Vereador Marcelo Reis, da Câmara Municipal de Porto Velho, obviamente em virtude da campanha eleitoral ele não vai compor a Mesa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Cumprimentar o nosso Vereador Marcelo, seja bem-vindo aqui a nossa Assembleia e esta Audiência.

Infelizmente quando é para discutir uma situação que é de interesse do Estado e de interesse de vários trabalhadores, sempre é assim, sempre não tem o interesse das principais autoridades nossas do Estado, infelizmente é assim, principalmente os nossos garimpeiros e madeireiros, que são marginalizados aqui no nosso Estado. O Estado em vez de organizar e dar condições sustentáveis e legais para esses trabalhadores, persegue de todas as formas. E infelizmente não faz o papel dele de organizar e legalizar essa questão que é tão importante para o Estado. O nosso Estado é cheio de riquezas nesta área mineral e de madeira, do setor madeireiro, infelizmente não tem uma política sustentável, uma política legal no Estado. E infelizmente a garimpagem sempre existiu e vai continuar existindo, a questão também da exploração da madeira sempre existiu e vai continuar existindo. Sempre de forma, na maioria das vezes, ilegal porque não teve legalidade para o trabalhador trabalhar. E isso o Estado perde, todo mundo perde. E é isso que a gente quer, nós não queremos aqui que acabe, não,

nós queremos tudo legal, dentro da Lei, com critério, com normas. E é isso que todos vocês querem. Há quanto tempo nós já estamos nesta batalha? Nós já tivemos o Governo, o pessoal da SEDAM, já elaboramos projetos juntos, e na hora do Governador assinar, ele como sempre, ele não assina. Ele sempre não assina, eu não sei por quê. Já garantiu para nós na Mesa, estão aqui os advogados, os companheiros da Cooperativa, já tivemos reuniões onde ficou tudo acertado, que eles encaminhariam o projeto para cá, o projeto que tinha sido feito pelo Governo e pelos trabalhadores, pela Cooperativa, pelos representantes do pessoal do garimpo, e na hora de assinar, o Governo..., eu não tenho jeito de às vezes falar um palavreado meio escroto, o Governo mija para trás, infelizmente. E esta audiência aqui, nós já temos um projeto aqui, um projeto onde susta o Decreto de 91. Para vocês verem o tanto que o nosso Estado, olhe só a responsabilidade das nossas autoridades, de toda essa questão ainda, é feita tudo em cima do Decreto do Piana de 91, dá o quê? 25 anos. Uma questão tão importante para o Estado e não tem uma legislação, não tem nada, tudo é feito através dessa, todas as normas, tudo é através deste Decreto de 91. Um decreto absurdo, onde praticamente proíbe tudo, proíbe tudo. Nunca mais o Estado discutiu ou fez qualquer tipo de coisa. E deste tempo todo aí para frente, quando é para beneficiar, por exemplo, as usinas aí pode ser a coisa mais absurda do mundo, aí procura um meio de legalizar. Agora essa questão do ouro do Madeira, ninguém consegue, ninguém tem coragem, as autoridades de Rondônia não têm coragem de resolver de uma vez por todas para que os nossos trabalhadores venham trabalhar com tranquilidade e pagando, produzindo renda, emprego e dinheiro aqui no comércio aqui e imposto aqui para o nosso Estado e para o nosso Município.

Nós já estamos com a proposta do decreto, já está pronto ali, inclusive, nós devemos votar amanhã. Mas a gente vai discutir, vamos discutir com vocês aqui, vamos discutir com todos aqui, as autoridades e vocês, para ver se tem alguma outra ideia, mas a tendência é isso, o Decreto como nós não podemos legalizar, tudo que é de iniciativa nossa, eles dizem que é inconstitucional, nós Deputados não temos iniciativa, segundo eles, porque nós já fizemos uma lei aqui revogando esse decreto e fizemos uma legislação para essa questão e eles derrubaram, porque diz que a iniciativa tem que vir do Executivo, nós Deputados não temos iniciativa de propor, mas aí no caso o que nós estamos propondo agora não é, nós não estamos propondo um projeto de lei, nós estamos propondo um projeto sim, mas, que revoga o que eles fizeram, isso a gente pode, tudo que o Executivo fizer que a gente achar que não está resolvendo a questão, os Deputados têm poder de revogar, nós revogando vai ficar, o negócio vai ficar meio sem lei, aí cabe ao Estado mandar para cá o mais urgente possível uma..., deve ser mais ou menos por aí. Eu vou chamar aqui, porque é bom a gente ouvir primeiro o povo e chamar as autoridades da Mesa que queiram falar, está aberto quem quiser falar vai estar à vontade, pode se inscrever que vai ter direito a fala.

Dr. Rodrigo Luciano, advogado da MINACOOOP.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Gostaria de avisar as senhoras e senhores aqui presentes que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo através do site da Assembleia: o endereço é al.ro.leg.br.

O SR. RODRIGO LUCIANO - Bom dia a todos. Inicialmente eu gostaria de cumprimentar todos vocês na pessoa do Deputado Jesuíno que foi que nos recebeu em primeira oportunidade para que a gente conseguisse marcar esta audiência pública e discutir a situação da legalização da atividade mineral aqui no baixo Madeira. Em segundo plano gostaria de ser solidário à indignação do Deputado quanto à presença das autoridades que são voltadas ao meio ambiente que deveriam, não é nem poderiam, eles deveriam estar aqui hoje para acompanhar esta audiência pública, até porque dependendo do encaminhamento que se tiver aqui; eles é que vão ser responsáveis pelo licenciamento e organização dessa atividade. Tem outra coisa que eu queria colocar aqui também de início, que eu acredito que há uns 30 ou 60 dias, Deputado, nós fomos convidados para uma reunião lá na Secretaria de Segurança do qual o Tenente Coronel André acredito que ele participou; que é totalmente ao contrário do que está acontecendo aqui hoje. Porque lá nesse dia dessa audiência que numa certa forma estavam nos colocando como malfetores, tinha Secretário de Segurança, tinha representante da ABIN, Superintendente do IBAMA, Secretário da SEDAM, Comandante do BPA, Polícia Rodoviária, que eu não sei por que ela estava lá, mas, de fato estava, ou seja, todas as entidades tanto do setor de segurança quanto ligadas ao meio ambiente estavam presentes lá para nos mostrar um slide para dizer que o garimpo estava acontecendo isso ou aquilo outro e tal, aí agora que chega a hora de nós discutirmos aqui um meio de se organizar isso mandaram o nosso Tenente Coronel para vir aqui para de uma certa forma colocar a cara a tapa de tudo que está acontecendo, eu acho que isso está errado. Mas falando diretamente do que nos trouxe aqui a discussão hoje, o que acontece, como o Deputado Hermínio já falou, nós temos esses dois decretos, que um criou a APA e o outro o 5197 fez com que causasse o maior problema para a atividade mineral, porque nele em poucos artigos está escrito lá que é proibida a atividade mineral da antiga Cachoeira de Santo Antônio, que a usina fez questão de acabar com ela, até a divisa com o Estado do Amazonas, isso quer dizer que não pode garimpo no baixo Madeira de forma alguma em lugar algum. A SEDAM não tem como licenciar porque o decreto proíbe. Agora todo mundo que estudou um pouco esse decreto sabe que ele foi criado, porque o Governador Piana a época tinha interesse num recurso que ia vir de fora aqui para o Estado de Rondônia só que em contrapartida ele tinha que acabar com o garimpo aqui e aí em troca: "vou prejudicar a população porque eu preciso botar a mão nesse dinheiro aqui de alguma forma". E foi o que acabou acontecendo, colocaram todos os garimpeiros como sendo marginais e se for analisar até olhando o perfil deles aqui, a gente verifica que tem garimpeiro aqui no Estado de Rondônia, que já é tradicional no garimpo, já é o pai, o filho e essa atividade não é de hoje. Eu me recordo, que eu não nasci aqui, mas vim para cá muito jovem, eu tinha 05 anos quando em vim para o Estado de Rondônia, me recordo ainda que quando eu comecei a tomar consciência de algumas coisas, de ver reportagem no Fantástico falando da atividade mineral aqui, que produzia muito ouro, que era uma coisa boa, mas tinha a parte ruim também porque era meio desorganizado, mas a legislação, na época, era dessa forma. E o Governo do Estado tinha interesse nisso. Eu acho que a gente está precisando, ao invés de ficar só

dizendo que está errado, que está errado, é criar uma normativa para conseguir dentro da legalidade, fazer com que essa atividade que já é tradicional aqui no nosso Estado, ela tenha uma forma de se proceder, porque eu não posso simplesmente deixar o poder público dizendo que eu estou errado, sabendo que eu estou lá trabalhando, sabendo da necessidade da população e principalmente sabendo da riqueza que o garimpo traz aqui, principalmente para o município de Porto Velho. E fechar o olho para isso tudo e colocar todo mundo como se fosse bandido. Infelizmente, em razão desses 02 Decretos, o poder público não tem outra coisa a fazer se eu não intitular os garimpeiros como bandidos, porque a lei está dizendo que não pode, em tese não pode. Não tem outra forma, a única forma que a gente tem é o quê? Tratar esse Decreto, revogar ele, que é o que nós pretendemos, porque legislação mineral no nosso País já é muito abrangente no que diz respeito ao DNPM, que é o responsável pelas outorgas das nossas lavras e ela já é muito abrangente também no que compete à situação ambiental. Então, o que eu acho que está atrapalhando a atividade mineral hoje, são exclusivamente esses 02 Decretos, que eu acho que no fim desta manhã a gente vai ter uma notícia agradável e uma deliberação favorável ao nosso pleito, que é a revogação desses 02 Decretos. Nós tivemos uma Audiência, inicialmente, uma Audiência Pública lá na Câmara dos Vereadores, do qual o Vereador Marcelo Reis, sensibilizado com a nossa situação se propôs a nos atender, mesmo sabendo que a Câmara dos Vereadores não tinha legitimidade para resolver o problema, mas mesmo assim ele se prontificou a ouvir os garimpeiros, ouvir a classe do comércio aqui de Porto Velho que é voltada para essa atividade mineral. Nós tivemos algumas deliberações, eu acredito que ele encaminhou algumas coisas lá nesse sentido, para tentar conversar com o Governo do Estado para resolver, buscar um entendimento com relação a isso. Só para encerrar, eu tenho que dá mais uma informação. Final do ano passado, início deste ano, eu não me recordo, nós tivemos algumas reuniões com o Vice-Governador Daniel Pereira, porque ele foi quem se propôs a nos atender, porque eu bati à porta do Governador Confúcio Moura algumas vezes, e ele, infelizmente; ou não sei se é fato isso, ou se não queria sobre o assunto, sempre estava viajando, não podia atender, tinha outro compromisso mais importante, mas o nosso Vice-Governador abriu as portas e nos atendeu, ouviu alguns funcionários da SEDAM que tratam do Setor de Licenciamento, e encaminhou, foi igual ao que o Deputado Hermínio colocou, se discute muito, quando chega na hora do Governador assinar, ele se recusa a assinar. Agora, sabe Deus, por quê. Encaminhou, o Vice-Governador encaminhou uma minuta do Decreto, para revogar esse Decreto 5.197 porque era, no primeiro momento, dependia de pouca discussão, estava claro, latente que ele não tinha eficácia nenhuma, nem necessidade de existir na atual conjuntura, só que isso tem quase um ano e o Governador sequer nos procurou para dizer que não ia assinar e também não teve a coragem de assinar. E também não justificou por que não ia assinar. Simplesmente ficou lá quieto, quieto ele estava, quieto ele ficou, e reiteradas vezes nós tínhamos os garimpeiros sendo presos. O nosso Tenente aqui tendo trabalho louco para poder cumprir determinação, inclusive, do Ministério Público para tirar vocês daí e ninguém quer isso. Eu acredito que ele também não tem essa vontade de ver garim-

peiro preso, não tem nada. O que ele precisa é que nós tenhamos legalidade na atividade para que isso daí continue todo mundo trabalhando, sustentando sua família e vida para frente. Então, Deputado, o que eu tinha para colocar é isso e eu gostaria de contar com os senhores para que, se Deus quiser, no final da manhã nós tenhamos um encaminhamento no sentido de revogar esses Decretos para que a atividade garimpeira e mineral tenha essa legalidade e nós passarmos a ser tratados não como bandidos, mas como trabalhadores e pais de família que somos. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Dr. Rodrigo. O Dr. Rodrigo falou muito bem aí sobre essa questão do Decreto e nós, a proposta nossa de sustar esse Decreto de 91, nº 5.197, eu já mandei o pessoal tirar uma cópia aí, vai ser distribuído para cada um de vocês uma cópia da nossa proposta para nós já trazermos para o plenário amanhã e votar. No final aqui a gente vai decidir, mas, eu acredito que deve ir para esse caminho porque ninguém apresenta outra proposta, o Estado não está aqui. Quando fala, nós já fizemos reunião com o próprio Governador e o Governador chegou e: “olha, SEDAM e vocês, as entidades que representam os garimpeiros, preparem o projeto”. Inclusive, a gente copia mais ou menos o Amazonas e o Pará, a mesma legislação do Amazonas e do Pará aqui para Rondônia, aí a gente trabalha, prepara tudo, na hora que chega à mesa do Governador, ele não assina. Já aconteceu isso duas vezes, ele falou para você não foi Doutora? Eu acho que ele é meio assanhado, quando ele lhe viu ele ficou..., na presença das mulheres ele promete tudo, gosta de prometer, infelizmente, depois não cumpre, e aqui esse Decreto de 91 que é brincadeira, 25 anos, já fez 25 anos agora dia 27 de julho esse Decreto e é seco, olha só o que diz: “ficam suspensas todas e quaisquer atividade, atividades de extração de minério ou garimpagem no segmento do Rio Madeira compreendido pela Cachoeira Santo Antônio e a Divisa Interestadual de Rondônia com o Estado do Amazonas”.

Aí só tem dois parágrafos, é esse dizendo que fica suspenso, proibindo tudo.

O 2º §: “A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, juntamente com a Polícia Militar e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, ficam responsáveis para colocar em prática as medidas determinadas no presente Decreto”.

Eles fazem um negócio seco, proibindo tudo, aí embargo, no 2º § que é colocando, o poder de Polícia do Estado para quem se meter à besta e mexer com o garimpo no rio, meter peia e cadeia, é isso. E 25 anos e ninguém, já passou aí várias bancadas aqui nesta Assembleia, vários Governadores e, infelizmente, ninguém mudou uma vírgula, e pior, e pior sabe o que é, que nos 25 anos está saindo ouro todo o dia daqui, Coronel, todo o dia, o nosso ouro aqui está indo para a Bolívia gerando riqueza lá na Bolívia porque os trabalhadores não podem vender em Porto Velho, não podem tirar uma nota aqui, porque vai preso se ele for tirar uma nota ou coisa parecida e todo mundo sabe, que os trabalhadores estão trabalhando lá, e ninguém legaliza, é isso que é o absurdo, é um absurdo, é uma coisa que eu não consigo compreender como que é tanta maldade, tanta perversidade e até burrice, estão tirando ouro do madeira e o município e o Estado não estão tendo benefício nenhum porque os trabalhadores não podem nem vender o ouro aqui, tem que vender em outro País.

Passar a palavra agora para a Dra. Tânia Sena, Vice-Presidente da Cooperativa.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar aqui enquanto a Doutora caminha para fala e uso da palavra, registrar a presença do Sr. Ricardo Rego Cavalcante, Presidente da Cooperativa de Extrativismo Mineral da Amazônia.

E lembrar também, conforme Sua Excelência Sr. Deputado Hermínio falou, quem quiser fazer uso da palavra pode levantar o braço, as nossas colegas do Cerimonial vai até vocês anotar.

A SRA. TÂNIA SENA – Bom dia a todos! Em primeiro lugar quero agradecer ao Deputado Jesuíno que fez o pedido da Audiência Pública; agradecer também em especial ao Deputado Hermínio e ao Deputado Maurão que ainda não chegou; que estão com a gente há muito tempo nessa luta, vem há bastante tempo acompanhando a gente, agradecer a todos os Deputados presentes, agradecer a todos vocês que vieram, que compareceram aqui conosco, que estão conosco nessa luta há muito tempo.

Quero agradecer também ao Vereador Marcelo Reis que tem nos ajudado muito, que abriu às portas para nós e está empenhado com a gente.

Eu quero começar dizendo que a exatos, eu estava ali fazendo uma conta agora, há exatos 11 meses, Deputado Hermínio foi quando nós estivemos lá, 23 de setembro de 2015, nós estivemos com o Governador, eu, o Deputado Maurão, o Deputado Hermínio, Carol, o Emerson Castro estava lá, conversamos diretamente com o Governador ele nos atendeu, ficamos cerca de uns 40 minutos lá, eu acho, conversando e ele disse com todas as letras que ele era a favor do garimpo, ele estava com o Projeto de Revogação do Decreto da APA e do 5.197 na mão e disse: “esse Decreto eu não assino porque ele está muito genérico, porém, vocês façam um Grupo de Trabalho; determinou para o Emerson Castro; façam um Grupo de Trabalho e façam um Decreto que tenham as regras, as Leis que contemple tudo que eu vou assinar e vocês vão poder trabalhar”. Palavras do Governador Confúcio Moura, para nós.

Saindo de lá, determinado para o Emerson fazer o Grupo de Trabalho, saindo de lá, nós nunca conseguimos fazer uma reunião desse Grupo de Trabalho, sentamos eu e Carol, fizemos uma minuta para facilitar o trabalho, nós fizemos uma minuta dessa revogação, dessas legislações, trazendo um pouco da Legislação do Amazonas e um pouco da Legislação do Pará para essa minuta, entregamos para o Emerson, entregamos para todos e nunca conseguimos nada. No final do ano passado, nós conseguimos com muita luta uma reunião com a Dra. Aídee, do MPF, que o Emerson Castro levou a gente lá, quando nós chegamos com ela, ela olhou para nós e disse assim: “vocês representam, vocês são uma Cooperativa de interesse público ou particular?”. E eu disse a ela, nós dissemos: “não, nós somos de interesse particular, de pessoas, são muitas pessoas”. Ela disse: “então, eu não converso com vocês”. Eu falei: “mas, Dra. Aídee, o Plano de Manejo desse Decreto, dessa APA, era para ter sido feito em 05 anos e ele não foi feito, o garimpo está aí há tantos anos”. Ela disse: “nós não temos prazo, nós vamos trabalhar conforme pudermos”.

O Coronel Wilson estava lá também e naquele dia disse que estariam propondo para Santo Antônio Energia, eu não sei para qual das duas hidrelétricas; uma compensação no sentido de pagar um Plano de Manejo da APA, 25 anos depois, 25 anos depois da criação da APA, agora, eles querem fazer um Plano de Manejo. Na última reunião que nós tivemos lá como Wilson, ele olhou para gente e falou assim: “olha gente, não se preocupa não, que o dinheiro está garantido já, nós estamos agora só licitando para poder fazer o Plano de Manejo”. E aí a gente vai aguardando, a gente vai aguardando e a gente vai aguardando. Resultado: há uns 40 dias ou mais, um pouco, eu não me lembro mais; nós estivemos novamente na sala do Governador e esperamos para falar com ele, o Deputado Maurão estava lá, mas, infelizmente o Deputado Maurão teve que sair, mas, o Secretário estava lá, o Wilson estava lá e ele foi conversar com a gente junto com o Deputado Maurão, estava eu, meu pai, o Wilson, o Deputado Maurão, meu marido estava lá, todo mundo estava lá para conversar com o Governador novamente. E aí, depois que o Deputado Maurão saiu, eu não sei o quê que aconteceu que o Governador não veio mais falar com a gente, veio só o Emerson e o Wilson e disse para gente assim: “olha, eu vim aqui a pedido do Governador, dizer que ele não vai liberar o garimpo na região até Calama”. Mas, como assim não vai liberar Emerson? “Não vai liberar, não vai liberar porque ele assinou agora dia 05 de junho o Protocolo de Intenções do Brasil Central e no Protocolo de Intenções do Brasil Central vai ter uma verba, quarenta bilhões, quarenta milhões, eu não sei quanto é essa verba que vai vim para o Estado e nessa assinatura que ele fez, ele se comprometeu com a segurança do Estado e aí por questão de segurança ele não vai assinar”. Eu disse: “mas, e a gente vai fazer o quê, Emerson, que a gente está aí há tanto tempo, tanto tempo lutando e o Governador disse para gente que ia assinar”. “Olha, eu sugiro a vocês que pegue os garimpeiros de vocês e desçam para o Amazonas”. Foi isso que ele disse. E eu disse a ele, eu e o meu pai: “é fácil você dizer isso sentado aqui no 9º andar, numa cadeira, aqui no prédio, no ar condicionado, sem saber o que é o garimpo, sem ver o que o pessoal passa naquele garimpo trabalhando, porque é uma atividade difícil, é uma atividade de subsistência, ninguém está lá no garimpo para ficar rico, a gente está ali para sobreviver, sustentar as nossas famílias”. E ele disse simplesmente isso: não vai assinar e pronto. Nós dissemos a ele; bom, nós fomos muitos diretos e dissemos a ele: “a gente não depende de você, a gente não tem só você para chegar ao Governador e a gente vai conseguir chegar nele de novo e graças a Deus você não é concursado, uma hora você vai sair daí, se você não está querendo a gente aqui, uma hora você vai sair de onde você está, hoje você está num cargo que você tem poder, algum poder, mas, não vai ficar para sempre, se Deus quiser”. Então gente, em resumo: os garimpeiros estão sendo perseguidos diariamente ali embaixo, diariamente. “mais está todo mundo trabalhando em área ilegal”. Ilegal não, irregular, e a gente não está legalizado por conta da omissão do Estado. A área estava livre, as Cooperativas requereram, demos entrada nos pedidos de legalização e a SEDAM não legalizou, a área estava livre. Não existe nenhuma Legislação que proíba no Território Nacional, que seja proibido trabalhar na APA ou em qualquer lugar, só aqui, só aqui que existe. Todos nós estamos

com requerimentos feitos; a MINACOO, abaixo do Belmont, até praticamente Calama, todo requerida pela MINACOO. Até uns 03, 04 anos, se eu não estou enganada quando tinha outro Secretário na SEDAM, era legalizado, tem PLG, tem Licença Ambiental; o Coronel Wilson, assumiu a SEDAM e a primeira coisa que ele fez foi cassar e cancelar essas licenças que ele deu. Existia uma licença para um areal ali na frente também, na região da APA e o Coronel Wilson também cancelou, ou seja, nós estamos sendo prejudicados e perseguidos pelo Governo. Operações estão sendo feitas arbitrariamente, a última operação que foi feita, eu fui ao Rio juntamente com a Carol, conversamos diretamente com o Tenente Coronel Glanert, tiraram os equipamentos das dragas e da balsa, não tinha ninguém trabalhando e a justificativa é: “mas, à noite estão trabalhando”. De dia, todo mundo parado na beira do rio e sem poder trabalhar, todo mundo ilegal sendo perseguido, sendo preso. Foram lá arbitrariamente e tiraram às bombas, os módulos, os equipamentos, e, o pessoal ficou sem poder se mexer e pior tiraram os equipamentos e disseram, deram uma notificação para sair imediatamente da APA, aí eles tiram o equipamento, ninguém tem como tirar o equipamento da beira do rio, tiveram que pegar equipamento emprestado dos outros para poder tirar e o Tenente Coronel que estava lá a frente da operação, disse para a gente que era uma operação administrativa e que ninguém poderia parar ali, não exista Lei que impeça de ficar parado na beira do rio, por mais que seja APA. Dentro da APA de Porto Velho, pode tudo, pode ter Fogás, pode ter Porto, pode ter Balsa, pode ter tudo, pode ter tudo que tiver, só não pode o garimpo que traz riqueza para a cidade, que gera riqueza há tantos anos para cá. Nós fizemos uns pedidos, já fizemos os pedidos de liberação desses equipamentos, no dia dessa operação, dessa última mais especificamente, eu conversei ao telefone, eu não sei o nome dela agora, mas, uma senhora da SEDAM que estava fazendo fiscalização em uma das dragas, e ela foi clara quando ela disse: “são ordens do Governador”. E eu disse a ela: “Você um mandado judicial que autorize você tirar os equipamentos das dragas?”. Ela disse: “não, não temos”. Ou seja, chegaram lá nas dragas e nas balsas tiraram os equipamentos, deram multa para quem eles não tinham nada para tirar, porque tinha uma draga lá que estava reformando, não tinha nada para tirar, estava construída, eles foram lá e deixaram uma multa de três mil reais e mandou descer. A gente é tratado como bandido, a gente é tratado como marginal, toda semana a gente está lá no presídio tirando garimpeiro que estava trabalhando. Gente, a gente precisa sensibilizar o nosso Estado, o nosso Governo, a gente é trabalhador, é uma classe que se sustenta do garimpo, e a gente é marginalizado. Eu venho há muito tempo aqui na Assembleia junto com a Carol, com o Rodrigo, com o pessoal conversar com o Deputado Maurão e com o Deputado Hermínio, e eles têm estado do nosso lado e eu vim mais uma vez pedir, Deputado Hermínio, vamos fazer esse Projeto que suste os efeitos desse Decreto, porque esse Decreto está defasado faz muito tempo, e os garimpeiros estão precisando, a classe inteira está precisando. E eu agradeço a oportunidade.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Encontra-se a Mesa Sua Excelência Dra. Aídee Moser, Promotora do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Eu ouvi atentamente, mas assim, eu quero fazer um registro de uma situação. A gente sustando o ato desse Decreto, o garimpo vai ficar praticamente, ou seja, vai causar um transtorno de forma..., transtorno também é uma situação atípica, porque mesmo antes e aqui que fique bem registrado, eu sou muito justo, eu tenho um pensamento de justiça, vários garimpeiros, eu não sei, a gente não pode generalizar, eles não cumprem com o que é disposto também dentro de uma coisa mais legal, mais de oitenta, eu não sei quantas, balsas, dragas, se encontravam presentes ali na frente do Cai N'Água. Ontem, eu passei, que eu estava do outro lado do rio, era umas seis horas, eles já estavam caminhando também para frente, subindo com as dragas, com suas balsas. E no meio do rio tinha balsa, e isso aqui, eu sou contrário, já fique claro sobre isso, se for para legalizar, vai ser uma coisa certa, como estava falando com Leudo aqui, isso aqui prejudica também a questão do tráfego dentro da navegação do Estado de Rondônia, então, têm coisas que nós temos que discutir, se revogar, nós temos que apresentar uma Lei também regulamentando de forma precária. Por isso que eu peguei a Constituição Estadual e Federal, que da ponte para baixo, ali da ponte, aí sim é uma discussão ali como deve ser feita essa garimpagem, disciplinar de forma precária até que o Governo mande um Projeto de Lei, para regulamentar; agora para cima não, para cima não, para cima não pode e não deve, não deve. Para cima só tem um lugar que tem um garimpo que você me falou, Rodrigo, que é lá para cima, que é a situação lá de Santo Antônio, que tem uma regulamentação, agora para cima que é uma situação complicada, nós temos o Porto, temos que ter consciência que a navegação, ela deve ser usada. Se for para fazer Decreto para votar, para revogar e deixar também ao léu, também voto contrário, que saímos daqui com um Projeto de Lei, de revogação, a Doutora Aidee, está aqui que é Promotora, é responsável pelo Meio Ambiente, e ela, e ela fazendo, por isso que ela está participando, a gente pode revogar, mas, amanhã, ela entra com uma ação civil pública pedindo efeito de liminar e pronto, é por isso que nós temos que deixar claro aqui, viu Presidente, uma situação bem correta, até o final esperamos sair com uma situação tranquila que ambas as partes, não possam perder. É por isso que a gente entrou, eu não estava participando dessas reuniões, é por isso que a gente entrou. Agora a gente está entendendo, foi eu junto com o Deputado Hermínio, que chamamos a reunião para debater, era para estar a SEDAM, todo mundo, para a gente entender e compreender o que vocês necessitam, é isso que a gente está falando.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Esse Coronel é mentiroso, Doutora, a primeira coisa, o Governo já começa errado, tanto o Governo como o Prefeito aqui em Porto Velho, eles têm uma mania de pegar Coronel para cuidar de Secretaria Estratégica para o Estado, e Civil. Coronel tem que cuidar é do Comando Geral é de lá, não tem que cuidar de Secretarias, de SEMTRAN ou de outras Secretarias. Ele já coloca o Coronel

estrategicamente para perseguir o povo, é isso. Agora na hora da eleição vão lá pedir voto, que nem foram, pedir voto para a eleição. E o pior de que tudo isso é o povo ainda votar neles ainda, aí é que é doído. Bom eu queria só falar em cima do que o Deputado Jesuíno falou aqui é o seguinte, eu acompanhei isso há muito tempo, Doutora Aidee, esse pessoal aqui, a nossa Doutora ali nasceu no garimpo, estudou, vive estudando 24 horas a Legislação, ela já dá aula em qualquer pessoa nessa na questão ambiental. Ninguém quer fazer nada fora da lei, os garimpeiros querem, eles querem critérios: “olha vocês podem garimpar ali, a distancia dali, podem ser neste setor, naquele não pode”. Eles querem isso, eles querem isso. A questão é essa e o Estado, o duro é isso, o Confúcio, Doutora, se comprometeu, já garantiu: “faça um grupo de trabalho e vocês discutem aí entre a equipe técnica do Governo e a Cooperativa e discutam uma proposta aonde criam todos os critérios para legalizar”. Aí com poucos dias o Governo vai e volta atrás, não assina de jeito nenhum, não legaliza, Doutora. E o pior que a senhora já sabe e que todo sabe é isso, estão explorando, porque não pode explorar de forma legal e estão explorando do mesmo jeito, de forma ilegal, aonde todo mundo perde, aonde todo mundo perde. E não é porque eles querem, é porque não tem o Estado não legaliza.

A senhora já quer falar agora, Doutora? Vai falar o Leudo? Não tem problema Vossa Excelência usar a palavra não, Vereador Marcelo? Não eu estou falando pela questão, uma questão de Vossa Excelência como cidadão já é suficiente para falar. Eu estou falando da questão eleitoral. O fato de Vossa Excelência ser candidato? Não tem problema não? Então...

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – O Doutor Leudo Buriti vai fazer uso da palavra a convite de Sua Excelência Deputado Hermínio.

Registrar a presença do senhor Antônio Araújo Coelho, Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros e Mineradores de Ouro do Tapajós.

O SR. LEUDO BURITI - Bom dia a todos. Meus cumprimentos aos componentes da Mesa, Deputado Jesuíno; Deputado Hermínio; Tenente Coronel André, representando a SESDEC; Edgar Iza, Chefe da Unidade do Serviço Geológico do Brasil; Doutora Tânia Sena, Advogada, Vice-Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia; Doutor Rodrigo Luciano, Advogado da MINACOOP; Vereador Marcelo Reis no exercício do mandato, é lógico que deve defender os interesses do seu povo; Francisco Audeni da Silva, Presidente da MINACOOP e a Doutora Promotora de Justiça que representa o Ministério Público do Meio Ambiente.

Bom, eu na condição de Presidente da Sociedade e Portos e Hidrovias de Rondônia, recebi o convite e estou aqui e não quero entrar no mérito da questão ambiental, que não é a nossa atribuição, enquanto sociedade de Portos, que administra o Porto organizado de Porto Velho. Mas, o certo é que nós sabemos que a extração de ouro, de minérios do rio Madeira, a jusante aqui das usinas é tão certo quanto à colheita da soja e do arroz e do milho no Norte e no Sul do Estado de Rondônia e Noroeste do Mato Grosso. E todas as nossas riquezas, especialmente essas produzidas na agricultura e na pecuária em

Rondônia e no norte do Mato Grosso, do Noroeste do Mato Grosso, elas somente são viáveis do ponto de vista econômico, transportados pela navegação do rio Madeira. Nós na verdade lutamos pela implantação de uma Hidrovia de verdade e você pode me perguntar assim: “mas, não já é uma Hidrovia?”. É. Um rio navegável, um presente da natureza, um presente de Deus a todos nós rondonienses. Se nós pegássemos o que produzimos em Rondônia e fôssemos exportar pelo Porto de Paranaguá ou Porto de Santos, a nossa produção ela ficava totalmente inviabilizada para o mercado internacional. Então nós, do Porto de Porto Velho, nós defendemos a navegação do rio Madeira e defendemos o rio Madeira como a principal fonte de riqueza do Estado de Rondônia. Imagine Porto Velho sem o rio Madeira, era um Município morto. Agora a atividade da extração de ouro ela existe, e nós nos sentimos incomodados com a forma como ela sendo feita. Os operadores portuários, as empresas de navegação e os armadores constantemente apresentam reclamações concernentes à questão da segurança no rio Madeira. A segurança envolve uma série de fatores, por exemplo: nós estamos envidando esforços junto ao IBAMA, a SEDAM e a ANTAQ que é a Agência que fiscaliza o Transporte Aquaviário para que, por exemplo, os troncos que são lançados pelas usinas de Jirau e Santo Antônio não mais sejam lançados para a navegação e sejam retirados, removidos aqui em Santo Antônio, e por que isso? Porque nós lidamos e lutamos em favor da segurança da navegação. Quando você vai a algum órgão, principalmente os ligados às usinas falar desse assunto dos troncos aí o questionamento é o seguinte: “mas os troncos e as madeiras sempre passaram pelas correntezas do rio”; sempre passaram pelas correntezas do rio, mas, não de forma como se faz hoje. Nas usinas são instalados os log boom e as madeiras vêm e se acumulam por dois dias, por uma semana, até por mais dias e de repente sem qualquer critério esses troncos ou essas madeiras são lançadas. São lançadas e nós temos fotografias e filmagens dessas madeiras percorrendo as correntezas do rio e ali passam causando dano aos portos do Cai N'Água, ao sistema ali do cais do Cai N'Água ao cais do Porto de Porto Velho e também não só trazendo risco a essas estruturas, mas, também causando prejuízo financeiro porque você tem que, aquilo se acumula, por exemplo, no cais do Porto de Porto Velho se acumula e se você não tirar corre o risco do cais ir à pico e também o prejuízo financeiro é muito grande, mas, esses troncos e essas madeiras da forma como são lançadas trazem risco aos ribeirinhos, trazem risco a quem pesca e trazem risco também a quem está fazendo a garimpagem. Recebi o Comandante, Deputado Hermínio e Jesuíno, na sexta-feira lá na nossa sala no Porto e que ele alertou a nós de uma situação que preocupa a ele, ele disse que há 30 anos ele faz o transporte no rio Madeira e ele disse que no período noturno algumas dragas estão fazendo garimpagem debaixo da ponte do rio Madeira. Aí nós enquanto homens e mulheres que defendem todos aqui o rio Madeira e essa riqueza onde tem ouro e por onde passa essas riquezas que eu acabo de mencionar, nós devemos também zelar por ele como um instrumento do nosso sustento, aquela ponte foi feita ali, foram investidos milhares e milhares de reais e nós devemos preservar por ela também porque outras tantas famílias dependem dela no Estado do Amazonas e no Estado de Rondônia e a expressão que aquele Comandante me disse foi

exatamente o seguinte: “Leudo, se continuar assim aquela ponte vai cair”, ou seja, o rio precisa de cuidados, nós precisamos zelar dele, todos vocês e todos nós aqui juntos devemos achar meios com as autoridades estaduais, com os deputados estaduais, com os vereadores, com o futuro prefeito de Porto Velho, com o governador para que essa riqueza possa ser bem explorada por todos, por todos nós, que quem navega no rio Madeira possa saber que existe uma atividade de garimpo, mas, ela é feita de forma ordenada, ela pode ser feita aos nossos olhos, não precisa ser feita de noite, às escuras em que a draga tem que apagar as luzes e que corre o risco de acontecer um acidente com alguém que vem com uma carga de combustível, onde alguém pode mergulhar e de repente sofrer um acidente porque quem está passando pelo canal da navegação não sabe que ali tem alguém garimpando, ou seja, haveremos de encontrar saída para isso. Eu acredito que se tem tanto ouro neste rio, e tem, porque se não tivesse, muitos de vocês não estariam lá, essa atividade, essa riqueza deve ser explorada de forma ordenada, de forma legalizada. Então que todos, e, eu acho que aqui, tanto a Câmara de Porto Velho como teve audiência e aqui é de onde ecoa as vozes que defendem os interesses da sociedade em Rondônia, vocês são cidadãos rondonienses e olhando para os olhos de cada um de vocês, para a face de cada um de vocês, nós não conseguimos de jeito nenhum enxergar o rosto de um homem que gosta de viver na ilegalidade, então como foi dito aqui pela representante da cooperativa, se pratica uma atividade hoje irregular, mas, na busca da solução para que num futuro muito próximo vocês possam trabalhar e trabalhar como nós trabalhamos de dia e que na noite vocês possam descansar e no dia seguinte vocês possam voltar e retirar dali o sustento de vocês, onde o canal da navegação possa ser respeitado para que as embarcações que transportam a soja, o milho, o arroz, o pescado, a carne, o leite, os derivados, o gás de cozinha que abastece Porto Velho, possa chegar tranquilo e aquilo que sai para Manaus, para a navegação de longo curso possa chegar lá tranquilo também. Eu acredito no bom senso do ser humano e não dá para desperdiçar o que o rio Madeira oferece ao Estado de Rondônia. Como isso será feito, eu acredito que é de audiências como essas que sairão os resultados para que nós possamos ter o Decreto, se for o caso, revogado, uma legislação específica. De repente uma legislação federal, aqui se tem acesso a essas autoridades do Estado de Rondônia. No mais, deixar o apelo, você que sabe e que conhece alguém que tem draga e que está fazendo esse trabalho de dragagem para retirada de ouro, vamos respeitar o canal da navegação, vamos respeitar a ponte do rio Madeira, vamos respeitar alguns lugares que vocês mesmos sabem que eles, e eles conhecem mais do que eu, aonde é que pode e aonde é que não pode. Com muita luta nós conseguimos, agora, que o Ministério dos Transportes e o DNIT licitassem a dragagem do canal de navegação. Nós chegamos agora, no início de agosto, o nosso rio tinha o menor nível, o menor calado dos últimos 60 anos, desde que ele começou a ser medido. E lá no porto, eu devo confessar aqui que nós começamos uma campanha, Vereador Marcelo, de oração para pedir chuva. Assim como Elias orou e veio a chuva, nós também começamos a pedir chuva para que nosso rio voltasse a subir e não fosse interrompida a navegação e Porto Velho sofresse com abastecimento de gás de cozi-

nha e combustíveis, por exemplo. O certo é que nós recebemos uma Comissão do SIPAM que disse que no final deste mês o rio estaria abaixo dos 02 metros e que previsão de chuva era só para o final do mês de setembro, começo do mês de outubro. Nós tivemos a felicidade de ter uma semana chuvosa e nosso rio, nós últimos 08 dias subiu 01 metro. Hoje nós temos 03 metros que possibilita a navegação com as embarcações, lógico, que com menor quantidade de carga. No mais eu quero apenas, com esse apelo que eu faço a todos que se utilizam das águas do rio Madeira, pelo bom senso, rogar aqui ao Ministério Público do Meio Ambiente, SEDAM, IBAMA e quem mais lida com essa questão concernente ao licenciamento, possa junto com os Deputados Estaduais, Vereadores e bancada federal, encontrar uma saída para que todos aqueles que se sustentam do rio Madeira, os donos de portos, os donos de embarcações, os pescadores, as comunidades ribeirinhas e também aqueles que buscam esse minério nobre, possam trabalhar em harmonia e em paz, está certo? Parabéns Deputados e parabéns a todos que lutam pelos seus direitos, para o sustento das suas famílias. Muito obrigado.

(Às 10 horas e 31 minutos o senhor Hermínio Coelho passa a presidência ao senhor Jesuíno Boabaid)

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Com a palavra agora, a Dra. Aídee Moser, Promotora do Meio Ambiente, do Ministério Público de Rondônia.

A SRA. AÍDEE MOSER – Bom dia a todos. Eu cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Jesuíno. E eu gostaria de dizer, inicialmente, que o Ministério Público nunca se envolveu com a questão do garimpo no Estado de Rondônia, se é viável, se não é viável, qual o benefício que ele traz, nós não nos envolvemos com isso. Isso é uma questão de política e gestão do próprio Estado, mas, a nossa obrigação é verificar o licenciamento dessa atividade, porque ela é uma atividade potencialmente poluidora, degradadora, é recurso natural, o ouro é uma matéria prima natural. Então, sobre esse aspecto nós somos obrigados a nos envolver. Até então, também nunca, nós sabíamos das cooperativas que existem, que funcionam lá acima do barramento e essa questão dessa atual situação do garimpo irregular ou clandestino, como é chamado no rio Madeira, a competência criminal é da Polícia Federal, do Ministério Público Federal. O rio Madeira é um rio interestadual e então é competência deles. O licenciamento ambiental, por delegação de competência, passou para o Estado, porque também, senão seria do IBAMA. E o Estado, eu, quando fui convidada para Esta Audiência Pública, eu procurei me informar dos processos existentes dos processos existentes das Cooperativas que é o que eu tinha conhecimento e que legalmente funciona com licença são das duas Cooperativas.

Então, eu dei uma olhada nos processos dessas duas Cooperativas, mas, de qualquer modo, sem adentrar na viabilidade ou não, ou na situação atual que se encontra eu gostaria de enumerar algumas coisas que têm que ser observadas pelo Estado de Rondônia com relação ao licenciamento desse tipo de atividade. Nós temos vários estudos, inclusive, peguei, recente, um agora de 2015, ainda falando das consequências da contaminação de mercúrio no Rio Madeira, não só peixes como

ao ser humano. Então, nós temos que rever esse tipo de atividade, essa forma ainda de utilização do mercúrio, temos situações de transporte de mercúrio vindo da Bolívia que sobra para o Ministério Público o transporte irregular de mercúrio, o último carregamento que foi pego, foi de 400 litros de mercúrio que o motorista não sabe de quem comprou e não sabe para quem vai levar. Então é um descontrole, nós precisamos saber, o mercúrio é um metal pesado, quer dizer, são situações que a gente vivencia, apesar, de não termos atribuição com relação ao crime propriamente dito, mas, ao licenciamento e esse transporte. Eu dei uma olhada nos processos já existentes das duas Cooperativas e eu gostaria de fazer algumas considerações que devem ser discutidas também em sede de Audiência Pública, além da viabilidade da atividade que ela tem que ser estudada, até que ponto ela é viável, até que ponto que economicamente ela é viável, socialmente viável, ambientalmente viável. Nós precisamos enfrentar essa discussão e a nossa Legislação ela não pode só se restringir ao Código Minerário, depois do Código Minerário nós tivemos várias Legislações que tratam de atividade potencialmente poluidora. Nós temos hoje por um EIA/RIMA mal feito, mal sucedido as mazelas das duas usinas na cidade, um impacto gigantesco, negativo e o impacto positivo não ficou para nós, a geração de energia não ficou para nós.

Então, nós temos que começar a enfrentar as questões no seu início, e analisarmos até que ponto que esse impacto seja positivo ou negativo ele tem que ser colocado e verificado, não dá mais para a gente achar que Rondônia, tudo que vem e tudo dá, mas, dá para quem? Então, nós temos que refletir sobre isso. Eu não discuto se é viável ou se não é viável. Mas, nós temos que trazer a discussão, inclusive, essa forma de exploração do minério há tantas décadas, se é a melhor forma, nós temos que voltar a discutir sobre isso e eu verifiquei que, inclusive, das licenças concedidas às Cooperativas várias falhas. Então, imaginem, nós estamos numa situação nova que é essa possibilidade de garimpagem aqui na jusante das Usinas em pleno perímetro urbano da cidade de Porto Velho. Então, nada contra que se faça, mas, nós temos que observar a Legislação no que diz respeito a isso, o município tem que ser ouvido, o impacto é urbano, o Estado tem que ser ouvido e de qualquer maneira eu quero levantar algumas questões que é necessário, a licença do DNPM ela prescinde do estudo de viabilidade uma licença ambiental, só licença do DNPM delimitando o seu polígono de exploração não é suficiente, isso está lá no Código Minerário, depois num Decreto Federal que regulamentou também a exploração minerária não só para Rondônia, a Legislação Federal. Então, nós temos que observar algumas situações que tem que ser estudadas previamente antes de ser efetivamente, entrar em operação a exploração de minério. Nós não temos relatório ambiental prévio, não temos um diagnóstico ambiental da área, não temos análise preliminar de risco, isso é fundamental num rio que está completamente em mudança, o assoreamento do rio está aí, bancos de areia nunca tiveram tantos. Então, não dá para a gente começar a individualizar atividades, nós temos que tratar o rio como um todo, e, isso só se sabe se fizer estudos. Então, isso é necessário que se faça, quem for se organizar para esse tipo de atividade tem que saber o que é que precisa fazer. Nós não temos o estudo

de impacto de vizinhança, é fundamental, isso hoje está na Constituição Federal, qualquer atividade potencialmente poluidora tem que ter estudo de impacto de vizinhança, nós não temos.

Nós não temos um EIA/RIMA, hoje o EIA/RIMA pela Lei 7.805 ela é obrigatória não pode ser mais um Plano de Controle Ambiental que é um estudo simplificado. Nós não temos um plano de emergência individual, não temos gerenciamento de resíduo sólido, não temos estudo de viabilidade econômica. Nós não temos um plano básico ambiental, tudo isso tem que ser considerado, onde que é o descarte disso. Fora, que nós temos um passivo ambiental da atividade garimpeira de década atrás, até pela forma rudimentar de exploração, a erosão da margem do leito do Rio Madeira, contaminação de água, a cadeia alimentar do mercúrio está no peixe, está na nossa mesa. Então, tudo isso nós somos obrigados a estudar e a rever. Nós temos poluição por óleo, por combustível, os rejeitos que são lançados no rio, os equipamentos abandonados que nós temos, a sedimentação do canal navegável, tem estudos que já dizem que essa exploração também contribui, ela pode não ser a única, mas, ela contribui. Então precisa ser estudado, nós temos as crateras abertas pelo desmonte desse equipamento hidráulico que também não é revisto, isso tem lá no Periquito, tem lá no Araras essa situação. Então, o que a gente traz hoje, é só para reflexão sobre isso, que a atividade seja desenvolvida, mas, que se observe o que é preciso ser observado, isso que eu estou dizendo não é invenção minha, isso é legislação, isso é obrigatório. Então, assim, forçar uma situação imediata de uma exploração garimpeira sem observância da Lei, isso não vai dá certo, isso vai bater no Judiciário. Então, o que eu trago, eu acho que temos uma representatividade muito boa de pessoas interessadas e que eu não tenho dúvida que querem trabalhar na legalidade. Mas, então eu convoco os senhores a se organizarem e a repensarem a nossa legislação. Eu não acredito que vocês também querem ser tantos os responsáveis quanto os consumidores de uma água contaminada, de um peixe contaminado, de um rio que não vai mais ser navegável e tudo isso nós estamos trabalhando no rio que hoje, ele, ele está superlotado de coisas que estão alterando o seu curso, é um rio novo, o rio Madeira. Então, assim, eu só chamo os senhores a reflexão; nós não temos a menor intenção de atrapalhar ninguém a desenvolver a sua atividade e que seja bem-sucedida, mas, que os senhores observem a legislação. Na SEDAM, eu também fui, tive uma reclamação das Cooperativas, eu gostaria já de esclarecer, que era dada uma licença de operação para as Cooperativas e ela fotocopiava e dava cada balsa. Realmente, a Cooperativa dessa maneira, a Cooperativa ela é responsável civil, criminalmente e administrativamente pelo seu cooperado. E o Estado não tinha o menor controle de quantas balsas tinham lá, quem era o dono da balsa, se a balsa era arrendada, se não era. Então, assim, já teve o primeiro passo de regularização dessa atividade, que cada balsa tem que ter a sua licença própria, para cada cooperado se responsabilizar pelo que faz. Como é que a Cooperativa vai assumir uma responsabilidade de uma draga. Então, nós já tivemos o primeiro passo. O segundo passo, eu tenho acompanhado, eu não sei o resultado porque ainda está em estudos que realmente é o manejo da área de proteção ambiental do Rio Madeira, que inclui análise da atividade

garimpeira. Claro que é possível, o Código Florestal não proíbe; a Lei do SNUC não proíbe a atividade minerária em Unidade de Conservação. Agora, assim, eu peço encarecidamente aos senhores, que essa legislação tem que ser observada, não tem como fugir dela, é uma Legislação Federal, se o Estado não cumprir, tranquilamente, a União cancela a delegação de competência que deu ao Estado, porque é um rio interestadual. Então, assim, a gente só veio para trazer essa reflexão para os senhores, até porque qualquer demanda que não cumpra a legislação, necessariamente nem vai atingir o Ministério Público Estadual no que diz respeito à atividade minerária, isso é do Ministério Federal. Mas, as consequências para as cidades são do Ministério Público Estadual e consequências para a cidade, eu acredito que todos vocês veem o que aconteceram com as usinas; nós temos um aumento da criminalidade, nós temos uma pobreza, nós temos a extinção dos ribeirinhos, as comunidades tradicionais, os pescadores. Então, nós temos hoje uma massa de gente que se vivia às margens do Rio Madeira na condição de tranquilidade, hoje eles tem dívidas, não tem o que comer, chegou o mosquito, um mosquito novo em razão desse tremendo reservatório, está matando cachorro, matando bezerro, quer dizer, nós temos que ter consciência do que a gente quer para o nosso Estado. Então, assim eu também peço que os senhores reflitam. É lógico que todo mundo quer trabalhar e ninguém é contra. Agora, é necessário que a gente cumpra a legislação e sinceramente quando eu vi os dois processos das Cooperativas, tem falhas lá assim, que eu já, eu vou pedir que sejam revistas. Então é isso que eu peço aos senhores.

(às 10 horas e 45 minutos o Sr. Jesuíno Boabaidpassa a presidência para o senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Meu colega depois vocês quiserem vir usar a tribuna, podem vir, pedir para respeitar as pessoas que estiverem falando na tribuna, e o senhor pode vir depois, se quiser falar, à vontade aqui.

Eu queria só dizer o seguinte: a Doutora Aídee, o Ministério Público, eles estão aí para cumprir a Lei, eles são os fiscais da Lei, se a Lei está proibindo tudo, é lógico, que o Ministério tem que garantir o que está na Lei. O que nós estamos querendo aqui? Nós estamos querendo uma legislação que dê legalidade de forma sustentável para nós respeitarmos tudo, ninguém aqui é criminoso, garimpeiro tem uma fama de bandido, tenho mais de vinte anos que moro em Rondônia, eu nunca vi falar de nenhuma briga numa balsa aqui no rio Madeira, esses trabalhadores tudo aí, tudo enfardadinho, tudo organizado, tudo trabalhador e eles estão querendo legalizar. Essa questão, hoje com a tecnologia que nós temos Doutora Aídee, essa questão de mercúrio é eliminado, agora o Estado, tem que está presente se organizando, legalizando e dizendo como é que os trabalhadores têm que trabalhar: “olha você pode trabalhar aqui”. Eles sabem que não podem trabalhar perto do barranco, uma quantidade da ponte, uma distância da ponte, uma distância das usinas, o que eles querem é isso, são normas, são critérios para a gente cumprir, agora se não tem Lei; não, tem a Lei, que é proibido tudo; aí como é que vocês vão trabalhar legal, se não existe legalidade nenhuma? Por isso Doutora Aídee, aqui, a vida desse povo é discutir com

o Governador, com secretário, o secretário até que não é uma má pessoa não, mas, ele não tem poder de resolver, ele já fez uma proposta e mandou para cá, e o Confúcio, disse que não, não foi isso Doutora? Doutora Aidee, porque a questão é a seguinte: o ouro, as nossas riquezas de uma forma ou de outra estão saindo daqui e saindo de forma ilegal, não está ficando para nós, e os que eles querem é trabalhar de forma legal, pagando os impostos, gerando riqueza aqui no nosso município, é isso que eles querem, e é isso que o Estado tem que fazer. Quando a senhora fala que nós estamos preocupados com o nosso Estado, todos nós estamos preocupados, agora o Governador parece que não, parece não, não está, porque se ele tivesse, ele estava aqui nesta situação e em outras que tem nesse Estado. Eu acho engraçado, eu acho engraçado, quatorze carretas caíram daquela forma ali naquele barranco, eu não vi, eu não vi lá IBAMA, não vi SEDAM, não vi a Secretaria aqui do Município multando as usinas, ou quem foi responsável por aquilo, agora se tivesse um trabalhador lá, derrubando um pé de capim lá, para plantar um pé de mandioca, os caras iam lá e multavam e prendiam o peão, coitado. É sempre assim, a Lei só funciona, as leis infelizmente, as usinas estão aí fazendo o que estão fazendo aí, ninguém consegue controlar essas usinas, ninguém consegue dar ordem nelas, colocar ordem nelas infelizmente. Por isso Doutora Aidee, a audiência aqui é isso, nós queremos é legalizar, achar a forma legal de a gente criar, de a gente normalizar tudo isso, nós não estamos querendo, jamais a gente defende coisa fora da Lei, meio ambiente, a gente é defensor do meio ambiente em tudo, a gente é. Os trabalhadores querem trabalhar, precisam trabalhar e querem trabalhar de forma legal e sustentável e cabe ao Estado, o Estado que tem que fazer isso, é tem que organizar isso e orientar para que todos trabalhem, é isso que a gente quer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, questão de ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Está vigente a Lei 3.213, de 10 de outubro de 2013. Que dispõe sobre a liberação de licença para a atividade garimpeira no Estado de Rondônia, e dá outras providências. O Procurador do Estado de Rondônia entrou com ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade 5077, não conseguiu a devida liminar para suspender o efeito dessa Lei, ora vigente, e está tramitando a última movimentação foi 17 do ano de 2014, está concluso ao Relator. Essa Lei foi promulgada por Vossa Excelência, porque o Governo vetou e está vigorando no Estado de Rondônia, está vigorando. É interessante até que o próprio Ministério Público tenha ciência disso, mas, ela disciplina, ela disciplina todas as questões das licenças e cita também a questão do Decreto 5.124, de 06 de junho de 1991, terá prioridade dentro da nova Poligonal da APA, então, deu uma nova poligonal da APA.

Art. 1º. Fica estabelecido que o processo 881.178/1983, devidamente protocolizado pela Companhia de Mineração de Rondônia - CMR, junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, cuja área está inserida no remanescente da Área de Proteção Ambiental - APA, criada pelo Decreto 5.124, de 06 de junho de 1991, terá prioridade dentro da nova poligonal da APA.

Parágrafo único. A expedição de Licença de Operação para a Companhia de Mineração de Rondônia - CMR deverá observar a apresentação de novo requerimento dentro da Poligonal da APA.

Art. 2º. As licenças ambientais, a jusante do início da APA remanescente determinado pelo vértice entre as coordenadas do P2 - 08º 3730.00012/ que são as coordenadas que são dados até a divisa com o Estado do Amazonas, serão expedidas prioritariamente para cooperativas.

Art. 3º. Fica terminantemente proibida a expedição de Licença de Operação a pessoas físicas, na área de mineração e garimpagem na área de mineração e garimpagem dentro do Estado de Rondônia, priorizando as cooperativas de garimpeiros estabelecidas na forma legal conforme o disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Constituição Federal.

Art. 4º. Fica estabelecido que os procedimentos e critérios utilizados para licenciamento ambiental observarão a Política Nacional do Meio Ambiente, tendo por base a Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, especialmente devendo ser aplicada as mesmas definições dispostas no artigo 1º, os mesmos prazos de licenças estabelecidos no artigo 18, incisos e parágrafos e os mesmos critérios para expedição de licenças disciplinados no artigo 8º da mencionada Resolução.

Parágrafo Único – A taxa a ser cobrada por hectare, para as Licenças de setor minerário e garimpeiro, previstas no artigo 8º, incisos e parágrafo da Resolução nº 237/97 do CONAMA, será no valor de R\$ 1,00 (um) real, por ocasião da expedição da respectiva licença ou renovação.

Art. 5º. Os órgãos ambientais competentes ficam responsáveis pela aplicação das medidas estabelecidas por esta Lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa, 10 de outubro de 2013.

Deputado Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Então a Lei é vigente, a Lei é vigente. Não existe uma liminar e agora o que a gente tem que entender, Doutores, por qual motivo vocês não estão aplicando a devida Lei se o Estado está aplicando. Mas a gente quer ouvir agora o DNPM para se manifestar sobre essas discussões aqui.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto já se prepara para fazer uso da palavra, peço permissão a Vossa Excelência, Deputado, para registrar aqui a presença do Excelentíssimo senhor Francisco de Sales de Oliveira, Secretário Adjunto da SEDAM - Secretaria do Estado do Desenvolvimento Ambiental; e também do senhor Antônio Geraldo Afonso, Secretário Municipal da SEMDESTUR.

Convidamos Sua Excelência o Secretário Adjunto para compor a Mesa, por solicitação de Sua Excelência senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O senhor Leudo Burity tem um compromisso. Obrigado Leudo pela contribuição. A nossa Doutora Aidee também daqui a pouco vai ter que sair, fique à vontade Doutora Aidee.

Sobre essa questão do que o Deputado Jesuíno citou aqui sobre essa Lei nossa de 2013, essa lei foi fruto de um debate entre todo mundo, entre as associações, porque na época parece que a direção, eram outros que estavam na direção da MINACOOOP. Mas foi fruto de um debate entre vocês e essa legislação, ninguém cumpre, o que vale para eles é esse Decreto de 91. E a Lei é vigente, tem uma ADIN, ela foi vetada na época, fui eu quem apresentei essa Lei, nós votamos a aprovamos aqui no Plenário, foi para o Governo e o Governo vetou, nós derrubamos o Veto aqui e promulgamos. Eu promulguei esta Lei e foi publicada, e ela está vigente, porque a ADIN não tem nenhum resultado ainda. Deram entrada, está tramitando essa ADIN eu não sei onde, não sei já está aqui, mas não tem Liminar, não tem nada que suspenda. No caso hoje o que está vigorando é esta Lei, não é esse Decreto. Mas, de qualquer maneira a Lei fala nessa questão do Estado, para cumprir a Lei, o Estado tem que estar presente para criar. Eu sei que o Estado está aqui, mas, agora eu não sei se ele faz alguma coisa. Eu estava conversando com a Doutora Aídee, todo mundo quer, todo mundo é a favor, todo mundo menos o Governador; é a favor, mas, dentro disso com normas, com critérios, respeitando tudo, respeitando todos os tipos, para que não venha ter problema, tanto com contaminação de água e peixes, com desbarrancamento e outras coisas parecidas. Todo mundo defende, que é o que todos vocês defendem, garimpar, trabalhar de forma legal e sem causar danos ao meio ambiente.

O SR. RODRIGO LUCIANO - Deputado Hermínio. Só uma situação para eu colocar, porque houve um questionamento aí a respeito da aplicação desta Lei. Até antes da eleição passada para Governo, a SEDAM ela estava cumprindo essa Legislação, tanto é que nos foi renovada as últimas Licenças no final do Governo, Quando? Quando foi na época eleitoral, porque eles precisavam dos votos dos garimpeiros. Daí a SEDAM emitiu as Licenças, a época a Secretária do Meio Ambiente junto com os cabos eleitorais lá do Governador e companhia, foram nos entregar essa licença na beira do barranco, foi uma festa assim sem igual. Depois que saiu a Secretária e mudou o outro Secretário essa Lei passou a não existir mais. É uma coisa assim que aí o senhor vai e me pergunta: por que é que a Lei não está sendo aplicada? Não sou eu quem tem que responder. Na verdade quem tem obrigação de dizer isso é a SEDAM. Então quem tem obrigação de responder isso é o Governo do Estado. Porque eu não acredito em um Estado, que ele não consegue cumprir nem as Leis que estão vigentes aqui. Isso daí eu tenho que procurar o Judiciário diuturnamente para fazer cumprir uma Lei que todo mundo sabe que ela está vigente? Isso aí é uma coisa assim que beira o absurdo. Da mesma forma que a Doutora Aídee colocou aqui uma série de situações que tem que ser analisadas no licenciamento, eu acho que a gente não tem que criar lei para isso, porque isso foi o que disse no meu discurso no início essa legislação já existe, o que faz é a competência da SEDAM ou a incompetência dela em fazer cumprir isso. Porque as normas para o garimpo, para qualquer outra atividade elas existem, pega lá, precisa do EIA/RIMA, faça o EIA/RIMA, cobra da cooperativa, ela dá um jeito de fazer: "ou você faz, senão não vou liberar sua licença". Ele apresentou, aprovou, está ótimo. Agora o que a gente precisa

é ter um pouco mais de até honestidade no sentido de que tem lei para normatizar o garimpo? Existe. Precisa melhorar ela em alguma coisa? Eu acredito assim em grosso modo, acho que não precisa melhorar nada, nem criar outra lei, precisa só ser cumprido o que já existe. Eu tenho certeza que se a gente cumprir a legislação ambiental que figura com relação à mineração hoje em nosso País e no Estado de Rondônia, no Ministério Público ao invés dele pegar e ficar entrando com ação contra a gente, ele vai apoiar a atividade, mas desde que seja cumprido. Agora quem tem obrigação de cumprir, de cobrar esse cumprimento dessa legislação? É a SEDAM, se ela que é o órgão licenciador, agora se a SEDAM não tem competência para emitir uma licença de forma decente, não somos nós garimpeiros que temos que ser punidos nem sacrificados por isso, assim como não somos nós que temos que ficar batendo na porta do Judiciário diuturnamente para fazer com que o Estado cumpra uma lei, eu acho que devia partir do Ministério Público uma lei contra o Estado de Rondônia para fazer cumprir as próprias leis que ele mesmo faz. Então é isso que eu queria esclarecer, só para responder o questionamento do Deputado Jesuíno.

A SRA. TÂNIA SENA – Só para complementar o que o Rodrigo estava falando aqui, vale ressaltar que o próprio Governador quando ele fez o redimensionamento da APA na Lei Complementar 11.685, se eu não estou enganada, de 2011, lá nos últimos artigos, Rodrigo, ele coloca que revoga, o próprio Governador coloca lá 'revoga-se o Decreto 5124', o próprio governador revoga, e quando nós fomos lá a SEDAM para pedir os licenciamentos nesse sentido, eles disseram para a gente que ali por mais que esteja escrito que o Governador está revogando não é isso que ele quis dizer, ele só quis dizer que revogava o parágrafo que redimensionava a APA. Então, gente, a APA originalmente ela está revogada, mas mesmo assim a gente está sendo impedido de trabalhar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu só queria dizer, doutora, eu não sei se ainda cabe denúncia sobre o processo eleitoral de crime eleitoral de 2014, mas, aí é uma denúncia de compra de voto por licença, cabe até uma denúncia contra esses caras, que eu sei disso, fizeram reunião lá disseram: "até dezembro está tudo beleza". O ano eleitoral foi uma maravilha, vocês trabalharam sossegados, este ano infelizmente tem eleição, mas, é municipal, eles não estão ligando para vereador e prefeito.

Eu vou passar aqui para o Edgar Iza, Chefe de Unidade do Serviço Geológico do Brasil.

O SR. EDGAR IZA – Bom dia a todos. Eu gostaria de saudar primeiramente o Deputado Jesuíno, o Deputado Hermínio, demais autoridades presentes, representantes das cooperativas de garimpeiros, garimpeiros. Antes de mais nada; eu gostaria de só esclarecer que o DNPM é o órgão que fiscaliza e regula a questão da mineração em todo território nacional, eu sou na verdade representante do Serviço Geológico do Brasil na qual a sigla é bastante similar, que é a CPRM, e nesse sentido nós não temos, vamos dizer assim, a atribuição de fiscalizar e regulamentar. Como eu acabei de dizer, esse papel é do próprio DNPM, entretanto, o Serviço Geológico do Brasil ape-

sar de estar vinculado ao Ministério de Minas e Energia também, tem desenvolvido uma série de trabalhos relacionados ao rio Madeira, inclusive, trabalhos relacionados à dinâmica do rio, a questão da medição de vazão, de cheia, nós desde 2012 temos realizado trabalho de batimetria do rio Madeira, é uma série de trabalhos que são úteis aí para entender a dinâmica do rio, inclusive, antes mesmo para a construção das barragens. Só para os senhores terem uma ideia, esse trabalho tem se intensificado mais nos últimos anos e nós temos atuado fortemente na questão do próprio desbarrancamento que houve aí nesses últimos dias que os senhores têm acompanhado, então eu gostaria só de esclarecer isso. O Serviço Geológico do Brasil está à disposição dos senhores, qualquer tipo de informação ou dado que possa ser útil para entender um pouco essa dinâmica do rio, a questão da própria vazão do rio, está no período crítico de seca, todos esses dados são dados públicos e podem ser consultados por qualquer cidadão a qualquer momento. Eu gostaria só de destacar para todas as autoridades aqui presentes e para os senhores que o rio Madeira é o maior rio da margem direita do Amazonas. Ele contribui significativamente, com mais de 50% dos sedimentos do rio Madeira e nós estamos tratando, portanto, de um rio bastante importante e ao mesmo tempo delicado, para a Amazônia. A Dra. Aídee tem acompanhado de perto o nosso trabalho juntamente com o Ministério Público Federal e outros órgãos de fiscalização, tais como a SEDAM, IBAMA e outros órgãos, em todas as reuniões e todas as Audiências Públicas que a CPRM foi convidada para participar, ela esteve presente. E todos os relatórios que nós geramos, esses que eu acabei de citar, todos eles são enviados para todos os órgãos de fiscalização e controle municipal, estadual e federal. Então, na verdade, eu gostaria de nos colocar à disposição mais uma vez. Esclarecer que o trabalho do Serviço Geológico do Brasil é um trabalho para a comunidade, para o povo brasileiro e esses dados, todos os relatórios que nós geramos são públicos e podem ser consultados, inclusive, na nossa biblioteca aqui em Porto Velho. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Deputado Jesuíno está perguntando aqui se você é contra ou a favor, ele não entendeu.

O SR. EDGAR IZA – Eu posso, eu me posiciono agora, não como chefe da unidade, mas, como cidadão. O País, o Brasil tem uma vocação natural na mineração, o Estado de Rondônia se desenvolveu, a sua origem, a sua base é mineira. Nós temos outros Estados na Federação, como por exemplo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e outros Estados que tem no seu PIB alguma contribuição significativa da mineração, mas, nesses Estados, a mineração encontra-se num nível de organização muito maior. Quando eu falo em mineração, eu englobo tanto em nível de garimpo, quanto em nível de empresas de grande porte e o Estado de Rondônia, no meu ponto de vista deve se organizar de tal modo que a mineração deixe de ser 3, 4, 5% do PIB, e passe a ser mais do que isso. Então, dessa forma, eu acredito que a exploração deve, a forma como ela está sendo abordada hoje, ela deve ser reavaliada sim. Hoje nós temos um potencial, nós estamos discutindo aqui ouro, mas, o Estado de Rondônia tem um potencial gigantesco não

apenas para ouro, mas, como a gente já sabe, para o estanho, diamante, para rochas ornamentais e em todos esses bens minerais, de alguma forma a lei, a forma como está sendo gerida essa extração, ela precisa de melhoramentos e de sensibilização das nossas autoridades. Essa é uma opinião particular, apesar de nós não trabalharmos com a parte de legalização e fiscalização, a gente sabe que o potencial do Estado de Rondônia, uma vez incrementada essa organização, essa extração, ela pode significar um incremento no desenvolvimento do Estado. Essa é uma opinião minha. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, senhor Edgar. Obrigado aí pelas palavras. Eu queria, agora, com a palavra, que é o último aqui da Mesa, mas primeiro por aqui o nosso Tenente-Coronel André, representante da SESDEC.

O SR. ANDRÉ GLANERT – Em nome do Presidente da Mesa eu queria cumprimentar todos os presentes. Na qualidade de representante da Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania, me apresento aqui para fazer as considerações da pasta e informar que, utilizando a fala do Dr. Rodrigo, no dia, em abril, dia 05 de abril de 2016, atendendo a um pedido das próprias Cooperativas, nós conseguimos encaixar audiência da representação, onde a Dra. Tânia, o Dr. Rodrigo, estiveram lá presentes, dentro de uma reunião ordinária do gabinete de Gestão Integrada de Segurança. Aí foi possível congregar todos os atores envolvidos com segurança pública no Estado. Daí a presença maciça, Dr. Rodrigo. Não foi, era uma reunião ordinária. E naquela ocasião mesmo, o Dr. Rodrigo e outros representantes também mencionaram essa mesma palavra que eu não gosto, tentando trazer para os garimpeiros a pecha de criminosos e a gente reputou veemente naquela reunião. Os garimpeiros são tratados como cidadãos como qualquer outro, nós respeitamos todas as atividades, o próprio Cel. Torres, a ocasião ele falou que todas as guarnições são orientadas a trabalharem com correção, com educação, com respeito, cumprimento a Lei.

Com relação a Dra. Tânia, nós a encontramos na última operação realizada agora no mês de agosto e também foi uma operação em que ela me fez um questionamento que tem que esclarecer aqui de público, ela me disse assim: “você estão aqui a mando do Governador”? Ora Dra. Tânia, eu lhe falei aquela ocasião, vou ressaltar de novo, a gente atua em virtude da Lei, nós somos representantes do Estado e não do Governo, como representante do Estado nós devemos atuar em prol da Segurança Pública e das Leis vigentes que foi assim e é sempre assim que nós atuamos.

Bom, a questão do garimpo se ele é legal ou ilegal, nós temos orientado em todas as oportunidades que na área de preservação ambiental do rio Madeira não é permitido o garimpo. Nós chegamos a ter em 2014 mais de 300 dragas na frente da Praça da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Aquela situação se perdurou durante praticamente todo o ano, tivemos uma enxurrada de empreendimentos oriundos de Humaitá, do Pará, do Amazonas, até do Amapá e isso tudo para inchar ainda mais o garimpo tão sacrificado dos senhores aqui no Estado de Rondônia. Essa aglomeração acontecida em 2014/2015 ensejou algumas grandes operações em 2015, iniciada

em agosto, depois novembro, depois dezembro e ao longo de 2016, mas, não é uma operação contra o garimpeiro, nós somos totalmente favoráveis ao garimpo, atividade de extração sustentável, legal, organizada. Mas enquanto ela não estiver organizada cabe ao Estado através dos seus organismos de segurança, atuarem, a gente não pode se furtar isso, somos obrigados por Lei.

Em 2015 fizemos 40 operações, três grandes e diversas em menor porte. Já em 2016 já temos praticamente 15 operações, três grandes e algumas pequenas.

Os senhores viram que de junho para cá nós temos mantido fiscalizações mais efetiva na área de proteção ambiental compreendida do Belmont, aquele pedral, lá no Belmont, para cima, é aqui que nós estamos atuando, tivemos só uma abaixo que foi na Porto Chuelo, agora no início de agosto. Aquela de Porto Chuelo foi virtude do trancamento do canal de navegação. Naquela oportunidade fomos destrancar o canal de navegação e deparamos com três balsas dragando na margem, questionados ninguém tinha sido informado da Cooperativa com relação à impossibilidade de dragar nas margens sob pena de crime ambiental, área de preservação permanente.

Aqui, na APA do Rio Madeira nós temos dado um olhar mais cuidadoso. Precisamos dessa área limpa até que se resolva através das Audiências Públicas, dos debates, das modificações legais para organizar esse garimpo, agora, enquanto não estiver organizado nós deveremos atuar e nós não vamos nós furtar a esse trabalho, porque a sociedade nos cobra. Todas as vezes que foram deflagradas operações tiveram denúncias e constatações. Quando tem uma denúncia nós tomamos o cuidado de constatar, constatado a gente atua. Por exemplo, nós tivemos recentemente uma operação noturna porque tinham dragas obstruindo a passagem da ponte da BR-319. Nós vamos derrubar a ponte? Quando uma draga daquela baixa a ponta, como é que chama, a lança, quando baixa a lança estremece a margem, os moradores reclamam de barulho que não conseguem dormir à noite. Com relação ao garimpo, que aqui quando ele acontece aqui às margens onde tem muitas moradias, a denúncia vai bater na Secretaria de Segurança Pública, na Polícia Ambiental e aí nós ficamos obrigados a atuar.

Então, o pedido que eu faço dentro das considerações da Secretaria de Segurança, se qualquer órgão estiver atuando fora da legalidade compareçam a Ouvidoria da Secretaria de Segurança ali no Complexo Rio Madeira, na Corregedoria da Polícia Militar, na Delegacia Ambiental ou na Corregedoria da Polícia Civil para fazer a denúncia dos abusos, quaisquer que sejam, quaisquer abuso, maus tratos, desrespeito, tentativa de corrupção, o que for, vá à Corregedoria denunciar, estaremos lá para atender todos. E com relação à Secretaria de Segurança, queria dizer que o nosso Departamento, a nossa Gerência está à disposição de todos os senhores e a Secretaria também através da sua Ouvidoria. Não podemos, só para finalizar, não podemos ser inocentes, não podemos ser utilizados, dentro das nossas fiscalizações nós encontramos a maioria dos empreendimentos com os trabalhadores sem qualquer registro funcional. Aí dizer que é uma operação legal, está toda estruturada, está muito longe, os nossos trabalhadores estão sendo explorados; relatos de que só recebem qualquer

remuneração após obterem 10, 15 gramas de ouro, se não conseguirem esse volume de minério, sequer tem qualquer pagamento. Isso obriga muitos garimpeiros a subirem para a área de preservação ambiental para satisfazer a vontade de ter muito lucro, lucratividade nas suas operações. Então, fique quem atentos com relação a isso, o ideal seria todos os senhores registrados, Carteira de Trabalho, os empreendimentos individualizados garimpando, pagando os seus impostos, pagando os seus servidores, os seus funcionários; caso fossem demitidos com garantia remuneratória, no caso de uma demissão. E no, entanto não, a situação é recorrente, é de um desamparo total, na verdade o garimpeiro, ele fica sendo explorado dos dois lados. De qualquer forma, a Secretaria de Segurança está à disposição de todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado. Tenente Coronel André. Agora com a palavra o nosso companheiro Sales. Marcelo, depois é você e outras pessoas que queiram falar, fiquem a vontade.

O SR. FRANCISCO DE SALES – Aos presentes o meu bom dia, os cumprimentos do Governo do Estado de Rondônia e aqui os nossos cumprimentos ao Senhor Deputado Jesuíno proponente desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Hermínio Coelho, proponente também desta Audiência; os nossos cumprimentos ao Tenente Coronel André Glanert, representante da SESDEC; a Dra. Aídee, que nesse momento que representa o Ministério Público; representante aqui, o Chefe da Unidade de Serviço Geológico do Brasil; Dra. Tânia, advogada, Vice-Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia; Dr. Rodrigo, advogado da MINACOOOP, COOGARIMA e COOPREME e o Senhor Francisco Audeni da Silva, Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros, Mineração de Agroflorestal – MINACOOOP. Senhores garimpeiros, técnicos, representantes de entidades. Dizer que é uma situação que ela vem se arrastando há anos essa discussão, essa busca, eu digo até esse sofrimento dos senhores para que se tenha uma solução definitiva para o processo legal de exploração mineral no Rio Madeira. Existe na verdade um Decreto que cria uma APA, uma APA aqui nessa que está inserido está área das quais vocês buscam esse processo de garimpeiro ou do processo de garimpar legalmente e existindo, existindo esse Decreto, mesmo, tem a Lei, essas discussões é uma discussão maior que requer de fato, requer de fato, eu digo uma alteração nessa Lei agora. Hoje diante dos problemas que os senhores veem aí, dos problemas da degradação ambiental que existe, eu não estou me referindo aos senhores que está acontecendo aqui ao logo do rio Madeira, requer estudos profundos, requer estudos profundos para que se busque de verdade encontrar um meio caminho e que se possa desenvolver essas atividades. Os senhores se referem que já teve, inclusive, já receberam licenciamento, já tiveram licenciamento, talvez no momento que liberaram ou que foi liberada essa licença, realmente, não repararam à a luz da Lei ou do Decreto e talvez tenha se liberado uma licença que não fosse regulamento. Queria deixar também para os senhores, queria deixar também para os senhores que entenda que em nenhum momento Deputado, que em nenhum momento Deputado Jesuíno, Deputado Hermínio, assim, o Governador, ele fez troca de voto

por liberação de licença, eu estou como Adjunto há cinco anos e há cinco anos em nenhum momento, e há cinco anos em nenhum momento o Governador me pediu qualquer um ato de liberação, de ação da SEDAM para que ele fosse beneficiado dentro do seu processo político, nunca, isso eu asseguro para os senhores e eu conheço o Governador há anos desde 1986, ele acredita, tem confiança em nenhum momento, em nenhum momento, uma só licença pela menor que seja, pela licença mais simples que seja que ele viesse pedir para que ele pudesse ser beneficiado dentro de um processo ou político ou de qualquer outra situação, isso eu asseguro para os senhores. Talvez, se alguém usou essa licença, usou essa licença para buscar votos, para reunir os senhores garimpeiros, pessoas que estão trabalhando na busca desse processo; realmente eu fico triste, eu já participei também da vida política, fui Prefeito, Vereador e nunca usei dessa artimanha, nunca usei desse tipo de trabalho, ganhei as minhas eleições, foram eleições simples, mas eu não faço isso, eu sou contra, eu sou contra e essas pessoas que agem dessa forma, não podem se eleger e tem que ser punido ou mesmo cabos eleitorais de determinados candidatos, não podem agir dessa forma porque atrapalha, dificulta e cria problemas para sociedade como um todo, cria para a população que busca os seus direitos e cria problema também para seu candidato. Portanto, assim, é uma situação complexa a SEDAM no momento, não tem, nós respeitamos todos os nossos pareceres da PGE; a PGE, contamos com Procuradores dentro da instituição e infelizmente ou felizmente nós estamos impedidos de fazer esse processo de licenciamento. Essas discussões, vocês estão na Casa certa, é aqui que legisla as causas populares, aqui que é votado, é discutido, é discutido, são votadas as Leis do Estado de Rondônia, e com certeza haveremos de encontrar um caminho para que de fato possa resolver essa situação porque também os senhores precisam ter definição, ter ação, em vez de estar reunido aqui, ali, acolá, os senhores estão perdendo muito tempo onde deveriam estar trabalhando, isso é um prejuízo muito grande para os senhores e para o Estado, meu muito obrigado e que Deus abençoe a todos. Entendemos da mesma forma, hoje tem também uma tendência da população muito grande para que realmente a exploração de garimpagem ao longo da APA, ela não seja desenvolvida, existe também. Inclusive, as pessoas dizem quando em 1990, no início da década de 90, quando o atual Governador teve a coragem de assinar esse Decreto proibindo esse tipo de exploração, e hoje que nós estamos há quase vinte anos, onde a Legislação Ambiental avançou, onde as degradações ambientais também, elas são grandes, inclusive, no próprio rio Madeira, hoje essa permissão se vê um grande prejuízo para o Estado na questão da degradação ambiental a margem do rio Madeira na sua localização da sua jusante. Essa é a visão do Governador, e agora essas discussões, elas precisam ser ampliadas, não só no campo político também, mas, ela precisa ser ouvida toda parte técnica de todos os setores como um todo dentro do Estado para que se dê de fato um encaminhamento necessário e que se tenha um resultado que venha beneficiar ou beneficiar a população. Porque o Governador não trabalha contra o benefício da sociedade, ele trabalha a favor da sociedade para que ela possa explorar desenvolver, crescer, porque o crescimento da população é o crescimento e o desenvolvimento também do Estado de Rondônia.

O SR. RODRIGO LUCIANO – Deputado Hermínio, só uma Questão de Ordem aqui para a gente não desvirtuar a nossa discussão. Esse Projeto de Decreto que o senhor propôs aqui ele não trata da APA, a gente não está discutindo a APA do rio Madeira, a gente está discutindo a revogação do Decreto nº 5.197 que proíbe a extração mineral em toda a extensão do rio Madeira até a divisa com Calama.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim.

O SR. RODRIGO LUCIANO - É assim é só porque o Secretário ponderou essa situação da APA, a APA ninguém está discutindo se tem que revogá-la ou não, se tem que ter atividade lá ou não. A gente está discutindo é a situação do decreto que é fora da APA. Agora a discussão da APA, eu acredito que a gente tem que ter um estudo, toda essa situação que foi colocada por todo mundo aqui para poder dar continuidade na situação dela.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Porque aqui a discussão, nós já distribuimos a cópia aí, eu não sei se vocês já têm em mãos, uma proposta que nós vamos protocolar aqui na Assembleia, talvez até já para votar até amanhã, onde revoga esse Decreto de 91. Essa é a proposta, é a nossa, pelo menos a minha ideia, a minha proposta. Nós vamos ter que convencer os companheiros Deputados aqui a votarem com a gente.

E se a Audiência Pública se tivesse mais ou menos, todo mundo mais ou menos de acordo ficava mais fácil para os Deputados seguirem e aprovarem. E depois nós discutimos a legislação, uma legislação com relação à APA. Porque para falar a verdade eu não entendo nada de garimpo, tudo o que eu fiz foram vocês que falaram que era para ser deste jeito e eu fiz na época, porque a gente está aqui é exatamente para fazer o que o povo, que os segmentos da sociedade apresentam para a gente, essa é a nossa obrigação, e é isso que a gente fez.

Eu vou encaminhar aqui o que vocês encaminharem, o que vocês encaminharem eu vou fazer. Porque é a nossa obrigação encaminhar as reivindicações da população.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu ouvi, porque tem muitos que vão falar e já são 11h29min, mas, a gente tem que partir para os debates e para as soluções. Eu acho que todo mundo veio aqui para a discussão e resolver essa demanda. Falar para o Coronel, Tenente Coronel Glanert que realmente a Polícia Militar tem que cumprir o que está disposto na Lei, e, ela é uma instituição executora, prova tanto quem vai às medidas judiciais de reintegração de posse é a Polícia Militar, em qualquer ação a Polícia Militar está lá, representando o Estado e tem que cumprir, e se não fizer é preso na forma da Lei. Isso aí a Polícia Militar nada tem a ver com essa discussão. E em segundo lugar, Secretário Sales, o senhor Governador, ele está passivo de responder crime de responsabilidade, conforme dispõe o artigo 66, inciso 6º que diz especialmente, ser crime de responsabilidade os atos do Governador do Estado que atentarem contra a Constituição Federal, essa Constituição, especialmente contra o cumprimento das Leis das decisões judiciais. Nós sabemos que no ramo do Di-

reito, ou no Direito, nós temos que seguir o que rege Constituição, emenda constitucional, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos vêm lá embaixo. E essas Leis senhor Secretário, e aí leve a informação ao senhor Secretário também da SEDAM, está vigente. Se ele não cumprir esta Casa vai fazer, sim, pode ter certeza disso. Ele vai responder crime de responsabilidade, a lei está vigente. Cabe agora ao Governador do jeito que ele fez entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade e ganhar a Liminar. Quando a Liminar vir de lá: “olha, não cumpra”. Aí, sim, a gente tem que silenciar, e, a Casa vai ter que cumprir. O Governo ele está adstrito a esta Casa, ou seja, a fiscalização deste Poder. Por isso que é o Poder Legislativo, diga-se de passagem, no meu entendimento majoritário é o maior Poder, que tudo deve passar por esta Casa, tudo, tudo, seja orçamentário, tudo. É aqui que são feitas as leis. Agora vou partir para uma discussão que eu estou falando com a Presidente. Presidente, eu falei com ela aqui, nós também temos que disciplinar um local para vocês regulamentarem, ou seja, um local adequado. Meu posicionamento: sou contra para cima da ponte. Contra. Meu posicionamento como cidadão, não como Parlamentar, como cidadão. Eu não posso levar, exemplo, ali em uma hora da tarde na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que a gente já não tem local para turismo porque as Usinas desgraçaram nossa vida, desgraçaram a nossa vida. E deparar com aquela imagem de garimpagem, viu Presidente? Sou contrário sobre isso, é o meu posicionamento. Agora sou também legítimo que a gente discipline aqui um espaço, revogue essa Lei, altera o dispositivo desta Lei, amanhã a gente altera o dispositivo desta Lei, dizendo que ela falou que tinha uma nova leitura para abaixo da ponte regulamentando 50 metros, tal, faz tudo certinho, aí sim amanhã a gente, eu sou da Comissão de Constituição e Justiça, nós iremos apresentar, o Deputado Hermínio irá apresentar e eu estarei defendendo esse projeto lá na Comissão de Constituição e Justiça. Então é isso que eu quero que vocês entendam, a nossa ação vai ser dessa forma, se o Governador, aí ele vai ter que entrar com uma nova ADIN, conseguir a liminar, viu Sales, se ele conseguir a liminar para revogar a lei tudo bem, a gente vai ter que cumprir porque foi uma decisão judicial, nós iremos ter que cumprir o que está o guardião, no caso, o STF se manifestar, mas enquanto não houver uma decisão judicial, enquanto não houver uma suspensão, vocês terão o devido direito. Eu, junto com o Deputado Hermínio, irei fazer a devida fiscalização na SEDAM porque o que vocês encaminharam para mim, viu Sales, aí você vai pegar a porrada, mas, nada contra você aqui, contra o senhor, porque aqui é o Projeto de Lei Complementar 102 que dispõe sobre a alteração das cotas, em um mero requerimento da Santo Antônio, um mero requerimento, o Estado de Rondônia está aqui pressionando que quer aumentar, compensar, compensar a elevação das cotas mudando aqui, compensando locais que nós temos de preservação ambiental aumentando, ou seja fazer uma compensação para a União em um mero requerimento e já queriam passar essa norma em estado de toque de caixa há dois meses, e, diga-se de passagem, o nosso Judiciário Federal até o presente momento não deu nenhuma liminar e se darem, se nós concedermos aqui, se nós concedermos a devida elevação dessas cotas, aquelas pessoas que estão lá passando por dificuldade, que estão sendo massacradas por essas usinas, aprovou essa lei, eles não estão nem aí, que não

respeitam mesmo. Então, gente, tudo se iniciou com essa reunião, nós temos aqui a discussão dessa lei, e o Governo do Estado de Rondônia, o Sr. Governador Confúcio Moura deve olhar para esta Casa, amanhã eu vou levar essa informação com o Emerson Castro: “Emerson, estivemos reunidos numa manhã de segunda-feira, hoje estou participando junto dessas discussões, nós iremos propor essa lei e peço que oriente aos seus Secretários bem como a sua Procuradoria que cumpra o que está disposto na lei sob pena, sob pena, eu vou iniciar junto com o Deputado Hermínio um processo de crime de responsabilidade”; crime este que está afastando uma Presidente da República, nem que a gente tenha que chamar toda a sociedade para vir para cá, porque que uma Presidente que está sendo afastada com a denúncia de pedaladas, ela não cumpriu, qual foi o descumprimento da Presidente Dilma? Ela não informou e não pediu autorização ao Senado, ao Senado para usar um recurso que deveria ser submetido ao Senado, e se o Governador, que está aqui também na Constituição Estadual não cumprir o que está na lei, pode ter certeza disso, vou fazer um requerimento junto com o Deputado Hermínio e a gente vai tramitar nesta Casa, abrir comissão, abrir tudo. Tem que acabar com isso aqui. Não tenho nada contra o Governo Confúcio Moura, mas, eu entendo muito bem, sou um deputado que me debruço muito sobre questões regimentais, constitucionais e é incabível, inaceitável, do jeito que ele foi eleito pelo povo, nós também fomos e ele deve estar adstrito a esta Casa e ele deve respeitar este Parlamento, eu não estou preocupado se ele vai ficar com alguma situação, que eu respeito a pessoa do Governador, agora o cargo que ele exerce é um cargo político, assim como o nosso, e digo também nós representamos o interesse do povo, aqui também a gente não vai fazer lei para matar os outros aí, ninguém vai passar por cima da lei também, que nós temos responsabilidades, mas, algo que é de competência desta Casa e algo que deve ser cumprido através de uma norma, pode ter certeza que estaremos juntos. Eu vou passar a palavra, vamos para o encaminhamento que acho que é necessário; a gente discute só os encaminhamentos, o senhor que abre a palavra Presidente depois porque eu também tenho uma reunião urgente para tratar, mas o que for deliberado aqui e aí, Presidente, é o nosso posicionamento do jeito que vieram aqui com um projeto de lei para acabar com os banheiros nas casas lotéricas e a água para ser distribuída aqui, na a semana passada, e, eu e o Deputado Hermínio que fomos ferrenhamente contra, pelo menos mantivemos a água nas casas lotéricas, pelo menos a água a gente conseguiu manter e os banheiros foram retirados, por interesse tinha 40 donos de casas lotéricas, tinha uns 30, aí cada vez que o deputado falava, aplaudiam. Aí quando uns se posicionavam ficavam caladinhos, aqui ninguém está para agradar não, se vão ficar com raiva de mim, problema, nós estamos aqui para o interesse do povo, dentro de suas responsabilidades também, ninguém aqui é louco para criar coisa que venha afetar a coletividade. Então era isso que eu queria falar. Eu me dou por satisfeito, à lei esta vigente, eu não tenho o que discutir, eu sou totalmente constitucional, está vigente, o que nós temos que rediscutir é agora esses pontos que devem ser ajustados, enquanto a lei estiver vigorando, eu tenho que me debruçar, eu tenho que silenciar; o Ministério Público também que estava aqui deve se debruçar e silenciar

ou entra com Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Civil Pública para revogar a lei, enquanto não, gente, a lei deve ser respeitada. Era isso que eu queria falar. Bom dia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu só queria, antes de passar a palavra aqui para o próximo inscrito, o Deputado Jesuíno mostrou uma coisa interessante aqui. Esse aqui é o Projeto, cópia do projeto que o governo encaminhou para cá e está pressionando os Deputados, isso já era para ter sido aprovado há uns dois meses, autorizando as usinas a alagar mais um monte de áreas aqui do nosso rio Madeira. E isso, o governo encaminhou tudo isso para cá, está pedindo, pressionando os Deputados para aprovar, através de um simples Requerimento da Usina Santo Antônio. Aí, na hora, só com um pedido da usinas, um papelzinho lá com meia dúzia de letra escrita, aí eles vão lá, se debruçam e em 24 horas faz um projeto desse tamanho, um catatau de papel desse e manda para cá e pede, pressiona os Deputados para aprovarem. Agora, um projeto que foi feito para legalizar essa questão de vocês, que é só uma folhinha de papel, ele nunca mandou para cá e nem vai mandar. Ele não vai mandar. Então, para você ver, comprometido até o pescoço com as Usinas, comprometido. Isso aqui é prova que está até a alma comprometida com as usinas. Até a alma!

Passar a palavra aqui para o Sena. Não, para o Marcelo e logo em seguida o Sena. Eu queria dizer o seguinte, vamos ser bem objetivos na fala porque todo mundo aqui já sabe a situação. Já sabem a situação e o que é, mais ou menos, os encaminhamentos. Fazer a fala e quem tiver encaminhamentos para ajudar nos encaminhamentos, é bom. Pode colocar sugestões aí. Marcelo Reis.

O SR. MARCELO REIS – Cumprimentar o Presidente desta Casa, que também já foi Presidente da minha Casa, eterno Vereador e Deputado Hermínio Coelho, meu amigo particular e pessoal. A Tânia, que representa uma das maiores Cooperativas de garimpeiros aqui no Estado; Dr. Rodrigo, representando a MINACOOP, a gente tem travado batalhas intensas com relação a essa categoria. Cumprimentar o representante da SEDAM; o Coronel Glanert também; representante do DNPM; do CPRM e que em outra ocasião, numa audiência Pública, na Câmara dos Vereadores, foi dito pela sua entidade que ela é favorável, defende e ajuda no que for necessário para a regulamentação da atividade, não de garimpagem, porque aqui não é garimpeiro, nós somos mineradores. E há uma diferença entre tentar catar o que é o lixo e aquilo que é o luxo, que é ouro do rio Madeira. E os senhores são mineradores e é assim que tem que ser tratado, e com muito respeito. Cumprimentar o Deputado Jesuíno, autor desta proposta. Fico contente em ver Deputado envolvido no travado pelo Deputado Hermínio, Deputado Jesuíno, e lamentar a ausência dos demais Parlamentares desta Casa. Na Audiência Pública promovida por nós na Câmara, nós estávamos com os 21 Vereadores, por unanimidade todos foram favoráveis a defender o interesse dessa categoria que é centenária para a economia de nossa cidade. E gostaria muito que os demais Deputados também tivessem o mesmo propósito. Cumprimentar os garimpeiros, através das Cooperativas COOGARIMA, COOGAM, MINACOOP, em nome da família Sena. Senhor Geraldo, Secretário da SEMDESTUR, aqui re-

presentando o Prefeito da cidade, Mauro Nazif. O Mauro me ligou agora a pouco, mostrei para os colegas, dizendo: “Marcelo, não posso ir porque estou em outros trabalhos e sou candidato, mas o Geraldo, que é representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Social vai me representar”. Está aqui e eu agradeço. O Fabiano, também da família Sena; família Barros, está aí na galeria; o Careca e os demais garimpeiros; meus colegas de imprensa, em nome do José Wildes, obrigado por estar aqui conosco e também todos os funcionários desta Casa. Deputados, o que a gente ouviu, e era bom que a Dra. Aídee estivesse aqui conosco, são as situações de impactos ambientais que, em tese, atividade de lavra proporciona no rio Madeira, na jusante do Madeira e também os percalços que os senhores têm enfrentado. Mas, infelizmente nós não lembramos aqui, e é bom frisar, a representatividade econômica e social que o garimpo representa para Porto Velho. Nós fizemos um estudo, e não foi citado por nenhum dos senhores, mas passo aqui para os Deputados, até por estarem envolvidos nesse bojo conosco, de impacto econômico na nossa cidade. Os senhores estão aqui nesta galeria, quais dos senhores trabalham na Usina de Santo Antônio ou na uma empresa representante de atividade. Levanta a mão quem trabalha. Nenhum, não é? Se eu levantar, em Porto Velho, o questionamento sobre quem hoje em Porto Velho trabalha na Usina, Deputado Jesuíno, não aparece um morador da nossa cidade. Não tem. E é uma das empresas no Brasil que mais arrecada recurso para o Brasil inteiro. Quantos dos senhores que estão aqui que tiveram desconto na conta de energia? Aliás, um aumento de 25%. Foi isso ou estou errado? E os senhores que estão na Mesa. O que é que representam as Usinas para Rondônia? Um desastre ambiental, um desastre social. E economicamente, o que é que ela representa? “Vereador Marcelo, a Usina coloca R\$ 30 milhões por ano, de royalties, no município de Porto Velho”. Louvável. Quanto que os garimpeiros aquecem a economia da cidade com as atividades? R\$ 20 milhões por mês, só a jusante. Nós estamos falando da Usina de Santo Antônio até o Belmont, em torno de 400 balsas e pelo menos 50 dragas em atividade, trinta milhões foi atividade que os lojistas disseram para a gente, os lojistas, nós fizemos estudo loja por loja.

Eu não sei se os senhores têm conhecimento e é bom que os Deputados também tenham, que hoje, nós temos dois mil trabalhadores direto na atividade de lavra nessa região que compreende de Santo Antônio até o Belmont, e outros quatro mil trabalhadores indiretos.

Coronel Glanert, quando tivemos a primeira operação, alguns lojistas estavam com medo de demitir pessoal. Então, significa que a atividade ela é lucrativa, ela ajuda o Estado, ela ajuda na economia do município, quantos dos senhores aqui tem outra atividade de renda? Nenhum.

Quantos dos senhores, os filhos e as esposas, ou maridos dependem da atividade que vocês desempenham? Todos. O que significa isso? Que essas seis mil pessoas, se nós fecharmos atividade de garimpo elas vão ter que amargar um prejuízo aqui fora na cidade. A filha vai se tornar prostituta, que Deus me perdoe e me livre disso e o filho vai ter que virar drogado ou vendedor de drogas, porque não tem alternativa. E foi bem lembrado por membro dessa Mesa que essa atividade é de pai para filho, para avô, para netos e bisnetos. Aqui

a gente vê famílias, ouviu Lima, ao longo dessas décadas de atividades da operação, o garimpo no Madeira que dependem disso para a subexistência, para a sobrevivência e gera empregos e gera empregos. Mas, o que é que nós; as autoridades; estamos fazendo para fazer a regulamentação da atividade? Eu não vou criticar aqui o Governador, criticar a SEDAM ou criticar qualquer órgão da área ambiental. Eu fiquei muito contente com o posicionamento da Dra. Aídee, porque eu achei que ela seria mais ríspida, porque o que se coloca contra os garimpeiros, e, a gente vê isso, infelizmente, em alguns veículos de comunicação, é que ele é o pior marginal de uma sociedade, mas, se os senhores deixarem de fazer as atividades, centenas de lojas fecham as portas e o Estado também deixa de arrecadar.

A maioria de vocês tem acima de 30, 40 anos que não vai conseguir outro emprego. Então nós temos que buscar aqui apenas, Deputado Hermínio, a regulamentação daquilo que se discute há mais de 20 anos, desde 91, quando irresponsavelmente um Governador criou um Decreto impedindo atividade que a família dele foi sustentada, a família do Piana também dependeu do garimpo, os antigos sabem disso. Eu não sou contra criar-se um Decreto por conta dos impactos ambientais ou da situação que estava na época, mas, porque é que não buscou Coronel Glanert, uma alternativa e aquilo que nós estamos propondo agora. Qual alternativa que pode ser feita para que a gente não pare atividade garimpeira, porque eu nasci aqui nesta cidade, Deputado Hermínio, e as pessoas que vieram de lá também já conhecem a atividade garimpeira, é a primeira atividade econômica que o Estado criou, foi o garimpo depois veio à madeira, aí veio a borracha e a gente se manteve, quando criaram as Usinas, qual dos senhores foram indenizados por conta da atividade que faziam? Quer dizer então, que o marginal garimpeiro tem que ficar nessa margem da sociedade enquanto a Usina arrecada bilhões de reais e nenhum centavo desse dinheiro circula na nossa cidade?

Outra coisa Deputado, me perdoe, não sei se o senhor estava na época, de forma irresponsável esta Casa também aprovou a liberação da APA, que a APA diz: “é proibido qualquer tipo de exploração por conta da área de preservação ambiental e área de preservação permanente, da Usina de Santo Antônio até a Cachoeira de Santo Antônio, da Cachoeira de Santo Antônio até a foz, até Calama”. Ou estou errado no Decreto. Não é isso senhora, Dra. Tânia? E a usina de Santo Antônio está construída aonde? Dentro da APA. Ora, quer dizer que para o Bastião serve, mas para o João não.

Qual foi a legalidade nisso Secretário? Porque é que nós permitimos a construção de uma Usina, se ela não trouxe benefício nenhum para os municípios de Porto Velho? Qual a diferença da gente regulamentar, eu não estou pedindo para que o garimpeiro vá trabalhar na margem esquerda ou direita do Madeira, que o garimpeiro vai impedir o acesso da navegação, que o garimpeiro vai está contaminando o rio com mercúrio? Eu estou dizendo qual a forma que nós buscamos para regulamentar a atividade. Não regulamentaram para construir a Usina? A Dra. Aídee comentou e eu queria que ela estivesse aqui, espero que esteja assistindo pela internet, os profissionais de pesca que nós tínhamos ao longo do baixo Madeira todos estão desempregados porque além de ter suspensão do peixe, eles foram obrigados em tese, a ter um trabalho com

carteira assinada, quando assina carteira quem conhece Legislação Trabalhista sabe você deixa de função. Deixou de ser pescador foi trabalhar como operador de usina e agora ele não consegue voltar para ter o Seguro Defeso. É prejuízo, Coronel, são milhares, não são centenas, milhares de pessoas que foram enganadas por esse grande empreendimento.

Então, o que eu peço aos senhores e aqui eu lamento a ausência do Estado como um todo, porque a SEDAM, a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, será que pode nos ajudar? Não. Nós precisamos do Governo. A Polícia, infelizmente, ela tem que fazer cumprir aquilo que está na Lei e a Lei diz: que se o cara for garimpar embaixo da ponte ele vai preso. A Lei diz: que se ele for garimpar na frente do Cai N'Água ele vai preso, a máquina dele vai ser apreendida. Eles vão jogar açúcar dentro do motor, arrancar a bomba injetora e levar a bateria e o cara não vai conseguir trabalhar. Claro, é a Lei. Mas, qual é a alternativa que nós estamos buscando para resolver? Ok! Vamos preservar a área de APP, vamos preservar o Cai N'Água, preservar também a ponte, eu acho, eu sou contra, Deputado Jesuíno, trabalhar embaixo da ponte e sou contra aquilo que Vossa Excelência disse, está em frente da cidade, o pessoal está ali trabalhando, eu sou contra. Mas, o garimpeiro que é pego lá no Belmont, no Chapolin, abaixo do Belmont e aqui em cima, a prisão é a mesma. Mas, onde é que tem mais ouro? É aqui em cima. Se o cara vai pegar a mesma penalidade, está trabalhando lá embaixo do Belmont e aqui em cima, qual é a diferença dele trabalhar onde tem ouro? O quê que precisa, é o Estado se mobilizar e começar a regulamentar. Nós fizemos duas propostas e apresentamos na Audiência Pública lá na Câmara, infelizmente foi relegada apenas a Audiência Pública, me perdoe Secretário, mais nenhuma autoridade levou em consideração o que foi discutido com mais de 1.500 trabalhadores que estavam na Câmara, nenhuma, e nós apresentamos as propostas. Eu não vou aqui querer saber, mesmo em defesa dessa categoria, eu não estou falando como político, candidato a reeleição, é como vereador e é a minha função. Quando os senhores me procuraram através do Branco, do Careca, do Toninho, do Nego, do Bicudo, do Sena, da Família da Tânia, das Cooperativas, enfim, pediram: “Marcelo, você conhece”. Eu já fui garimpeiro, eu deixei de ser garimpeiro para trabalhar em televisão, eu tenho um apreço e uma consideração muito grande, não apenas por ser companheiro de trabalho, mais por serem eleitores também, não só meu, como foram do Governo, são do Deputado Hermínio, são do Deputado Jesuíno, dos demais políticos dessa cidade, é nossa obrigação. Mas, de forma legal, o título que tem no nosso grupo é: Garimpo Legal. Dentro da legalidade, ninguém quer ser criminoso e as alternativas que tem que dar para que haja uma regulamentação eficaz, tem que partir daqui. Aí falaram muito, legislação, legislação, não é isso senhores? Quem faz a legislação? A Câmara municipal, a Assembleia Legislativa e a Câmara Federal. Então, esta Casa, ela tem essa responsabilidade. Eu fiquei muito contente quando o Deputado Hermínio apresentou agora mudança no Decreto, mas que seja cumprido pelo Estado. Será que vai cumprir? Lá atrás o Deputado Hermínio apresentou, 2013, salvo engano, lutou em 2014, mas o Governo não cumpriu. Ou significa que a Assessoria Jurídica desta Casa, desculpa a expressão, é incompetente, não digo no setor pejorativo, mas, não tem a competência legal para

fazer um documento legal, ou o Estado não respeita o posicionamento e decisões feitas por esta Casa, isso aqui é um Parlamento. Nós somos eleitos políticos, eu legislar no município, e os Deputados legislar em nesta Casa. E o Governador tem que seguir o que está dentro da sua regimentação. Se fez, fez baseado em alguma coisa legal, tem que ser cumprida. Vamos buscar alternativa de regulamentação? Sim, eu tenho certeza Coronel, que o senhor e nem os policiais que vão lá, querem estar fazendo aquele trabalho repressivo, quer a legalidade do negócio e qual a alternativa que nós buscamos? Nós temos impacto porque o cara foi trabalhar lá na margem. É crime, é uma área de preservação permanente, é crime, talvez ele não soubesse lá. Mas, a gente chegou com os senhores para dizer isso: olha, você não pode, você tem que trabalhar a 200 metros da margem esquerda, 200 metros da margem direita ou 100 metros ou 50 como diz a Lei Federal e tanto área A e B. Pega o polígono passa para as Cooperativas e obriga essa categoria a se cadastrar numa Cooperativa com o número, o nome dos seus profissionais, a identificação do profissional e o dono do que eu chamo de empreendimento, que é a balsa e a draga, é a empresa que essas pessoas tem e geram emprego. É fácil regulamentar, Deputado Hermínio, só precisa de boa vontade e tem que partir essa boa vontade do órgão de arrecadação que é o Estado, porque o Estado deixa de arrecadar. O garimpeiro não é todo mundo que faz isso, quer sair daqui para vender ouro dele na Bolívia, não. Ele quer vender aqui dentro da legalidade, pagando o seu imposto legal, tendo condições de colocar o cooperado dele ou funcionário dele como cooperado, porque vai valer a título de aposentadoria no futuro, quando esse cara sofre um acidente, como é que faz? Mas, infelizmente o que se vê hoje é a repressão, infelizmente de forma agressiva, o garimpeiro é tirado da balsa ou da draga, colocado num camburão, levado para a Polícia Federal e depois lá para o presídio e lá ele fica, é tratado como marginal. Se for perguntar aqui e numerar quantos já foram presos, pelo menos 10% já foram. Isso é ruim, um profissional, trabalhador que ajuda na economia em mais de trinta e cinco ou quarenta milhões por mês, isso é fato perguntem dos lojistas que eles confirmam o que eu estou dizendo e a gente ter que tratar ele como marginal, colocando no fundo de uma grade, numa cadeia, não é o correto pessoal. Alternativas e foi citado pelos Deputados, nós temos duas alternativas que apresentamos como propostas, Deputado Hermínio, uma delas; vamos tirar a margem de segurança da famigerada usina, 2.500 metros; limita 200 metros da margem direita, 100 a margem esquerda e trabalha no restante; 1.000 metros acima da ponte, primeira proposta, fica bom para todo mundo. "Mas não pode porque vai ficar nos olhares da sociedade". Mas, a sociedade que está aqui, nasceu aqui e veio para cá, já via os garimpeiros na década de 60, de 70, de 80, 90 e no ano 2000. Mudou alguma coisa? Sena, as dragas aumentaram de tamanho? Não é o mesmo tamanho que era antes? Então, não tem nada diferente. "Mas, tem a poluição com mercúrio". No passado se tinha uma grande poluição, Secretários e Coronel, hoje não meu irmão, hoje todos esses trabalhadores utilizam equipamentos chamado cadinho, quando ele faz a sucção do material, o mercúrio que estava lá no fundo do rio, vai para caixa ele, fica no carpete, quando ele bate aqueles panos dele, aquele mercúrio é reaproveitado porque ele não perde, ele faz a queima do

ouro dentro do cadinho. O mercúrio se transforma em gasoso e entra no tubo com água e vira líquido de novo. Qual é a perda disso? Muito pelo contrário, tira do rio, porque o garimpeiro não é louco para está jogando mil reais, que é o quilo do mercúrio hoje, fora, toda semana, muito pelo contrário. Então, senhores vamos buscar essa alternativa, a outra alternativa; se nós queremos tirar o garimpeiro dos olhares da sociedade e evitar que ele fique debaixo de uma ponte, que nós também somos contrários, que não vai, não são todos, é a minoria e essa minoria tem que ser responsabilizada criminalmente se acontecer, coloque a mil metros abaixo da ponte, tira 100 metros da margem direita ou 200 para a de navegação, 50 ou 100 metros da margem esquerda, resolve o problema, ordena todo mundo, e aquele que vai trabalhar num sistema de cooperativa legal, MINACOOOP, COOGAM, COOGARIMA, ele vai trabalhar de forma legal. E nós autoridades temos obrigação de ir lá e fazer credenciamento, não precisa contratar com carteira assinada, porque ele trabalha em cooperativismo. Disseram para o senhor que ele tinha que fazer quinze gramas. Isso é mentira, alguém disse para se livrar de ser preso, lá ele produz, ele ganha comissão de 30% não é isso senhores? Então, foi um engano, ele ganha, toda assistência é dada pelo dono da balsa e ele está lá como se fosse um dono. Precisamos regulamentar, o Estado ganha com isso e nós vamos evitar que essas pessoas fiquem desempregadas, vamos estudar pelo menos a segunda proposta, já colocar no Projeto aí viu, Deputado Jesuíno, 1.000 metros abaixo da ponte, 200 metros da margem direita, vai evitar qualquer problema com a navegação. Aí o senhor diz assim para mim: "em tese, mas Marcelo, aí o garimpeiro vai pegar a balsa dele a balsa vai lá para debaixo da ponte". Quantas pessoas a gente conhece que bebe e vai dirigir? Mas se ele for pego na blitz o que acontece com ele? Preso, então, a gente justifica a prisão, se o cara saiu dali do que foi limitado para ele trabalhar, ele está correndo o risco de ser preso, e ele vai pagar pelo erro que ele cometer, só que a gente não pode generalizar uma categoria toda por conta da ação de um ou dois, só precisamos regulamentar. Então, Deputados, parabenizando a iniciativa do Deputado Jesuíno, essa luta que o Deputado Hermínio, tem travado em todas as reuniões que eu tenho com a categoria, eu falo em seu nome porque eu sei que Vossa Excelência é um defensor do trabalhador, militamos juntos naquela Câmara, fiquei feliz quando veio ser Presidente desta Casa, e continuou com o mesmo ideal, a defesa do trabalhador, Deputado Hermínio, eu sou seu fã e vou continuar sendo seu fã, ainda mais agora que eu sei que os filhos dele vão votar em mim, aí eu fiquei mais contente. Então, Deputado Jesuíno, parabéns por essa iniciativa, a Câmara está lá à disposição, essa categoria toda que também está lutando, deixando seu trabalho laboral diário e foi lembrado pelo, acho que foi o Leudo Buriti, que já foi Deputado, o cara trabalha a noite, porque se ele for de dia, ele vai ser pego, e trabalhar a noite vai ser preso do mesmo jeito, quem quer está se matando a noite de trabalhar, se ele puder trabalhar durante o dia? Se regulamentar, o cara vai lá trabalhar sete horas da manhã, quando for seis horas da tarde, ele está indo para casa dele, tranquilo, fica a critério precisa regulamentar, e o Estado tem essa responsabilidade, o impacto social, eu já fiz os estudos e passo para os senhores, o impacto econômico,

eu já fiz os estudos e passo para os senhores com coerência, eu mandei uma equipe de economista para fazer os levantamentos, então, não tem nada ilegal, é só a gente ajustar, pegar o posicionamento do Governo e convencer o Governador, diga-se de passagem, o Prefeito Mauro Nazif, disse que está apoiando a geração de emprego, está conosco, o Vice-Governador Daniel Pereira, está conosco, a Câmara dos Vereadores, os vinte e um Vereadores estão conosco, a Assembleia Legislativa está conosco, o que falta agora a gente convencer o Governador? É só apresentar a forma correta, de como essas pessoas podem trabalhar, vamos evitar da Polícia está lá todo dia fazendo levantamento, o policial não quer fazer isso, vamos evitar esse constrangimento para que ele vá preso, vá lá para a delegacia, vamos evitar aquilo que a Tânia ouviu de um Delegado da Polícia Federal: “de novo Tânia, um monte de gente preso aqui!”. É porque a gente não tem a regulamentação, fez a regulamentação, trabalhar dentro do critério da Lei, Dura Lex Sede Lex, se ele infringir, ele vai ser responsabilizado. Esse é o nosso posicionamento, e eu fico muito feliz de estar abraçando uma causa que é necessária para todos, porque a geração do emprego e o aquecimento da nossa economia, sem vocês, o mercado de Porto Velho quebra, obrigado Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Marcelo. Eu só quero aqui dizer para o Marcelo, o seguinte: obrigado pela fala, o Marcelo conhece bem a situação e fala com propriedade porque conhece toda a problemática e deu as sugestões, aí que há muito tempo, todos sabem, inclusive nós já fizemos isso, já foi levado pronto para o Governador só assinar, inclusive, ele mandou e na hora ele não assinou. Eu queria dizer Marcelo, quando você cita a Câmara, a Assembleia, nós sabemos, a mesma coisa que o Governador não respeita a Assembleia, a mesma coisa como o Prefeito também não respeita a Câmara, eles conseguem uma maioria absoluta dentro dos parlamentos e atropelam tudo mesmo, e atropelam tudo. Eu só sou Deputado, eu não sou Juiz, eu não sou Promotor, eu não sou Desembargador e nem Ministro da Justiça ou do Supremo, a gente fez a Lei, agora se ele não cumpre, se ele não cumpre como é que vou prender ele, porque ele não está cumprindo a Lei, aqui dentro da Casa, não adianta quantas vezes eu já peguei as irmãs do Governador roubando, cunhado roubando, secretário roubando, denuncio e depois quem foi preso fui eu, eu que fui preso. A nossa parte a gente tem feito, a gente tem feito e continuamos fazendo, mas essa questão do Executivo não respeitar o parlamento infelizmente porque a maioria do nosso parlamento é formado por pessoas que se aliam ao Governo e fazem o que o Governo quer, as usinas mesmo, eu nunca votei nada a favor da usina, mas só tem meu voto e o do Deputado Jesuíno, dessa legislatura, da outra só era eu. Aí eu vou fazer, criticar os Parlamentares, não é a Assembleia de Rondônia, não todas as Assembleias, são todas as Câmaras. Infelizmente é como o Taborda fala: a maioria fica sempre do lado que a vaca deita, fica do lado que a vaca deita que é muito mais fácil. Quando prenderam o meu filho e me afastaram, o Confúcio estava em Portugal. Eu falei: eu poderia muito bem estar com o Confúcio lá em Portugal comendo bacalhau e tomando vinho, poderia estar se eu estivesse abraçado com ele. Mas não, eu estava tentando cumprir o

meu papel, enquanto ele estava lá curtindo, estava meu filho na cadeia e eu com o helicóptero por cima da minha casa sem eu poder sair de dentro de casa. Não fui preso porque não podiam me prender. Você também foi preso, e aí? Não é fácil a gente fazer o discurso. É como eu te falei tudo ali, porque para o Confúcio fazer o que fez comigo, eu fui falar para um colega que o Confúcio tinha feito isso comigo, aí ele falou: “Hermínio, se eu fosse o Confúcio, o Confúcio é bom demais contigo, porque se eu fosse o Confúcio eu já tinha mandado era te matar”. O que ele fez contra mim, mas, o que ele fez contra meu filho isso não tem jeito, isso não tem jeito. Prenderam meu filho e nunca tiveram a dignidade de dizer assim: “não, prendemos errado o filho do Hermínio, ele não tinha nada a ver com nada e prendemos”. Nunca falaram isso e nem vão falar, porque covarde não assume. Covarde nunca assume os erros que comete, isso não tem jeito. Mas é isso, Vereador Marcelo, não adianta, que esse Confúcio..., para nós legalizarmos aqui, Deputado Jesuíno, nós podemos legalizar, como já tem uma lei que ele não cumpre, vamos fazer outra que ele vai continuar não cumprindo. Sabe quando é que o Governador vai assinar qualquer coisa para beneficiar garimpeiro aqui em Rondônia? Nunca. Ainda bem que só falta um ano e três meses ou quatro meses para ele sair fora. Ainda bem. Que aí vem outro Governador, aí de repente a gente tem esperanças. Mas esse Governador jamais, com o apoio dele, ele vai legalizar o garimpo aqui em Rondônia. Eu quero passar para o Sena. Eu vou pedir aos companheiros serem mais objetivos, porque tem, eu não iria nem falar, mas, como o Vereador Marcelo falou e eu tinha que falar algumas coisas aqui também.

Tem um lanche aqui, mas já é hora de almoço, daqui a pouco é janta. E tem um pastel e um refrigerante para a gente comer para gente merendar, lanche, aí pedir para as pessoas serem mais objetivas na fala.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, é como eu digo, eu estou aqui porque eu estou com todas as Leis e a propositura que nós iremos encaminhar. Eu acho que tem que ir logo para os debates, para as discussões. Porque amanhã, nós, no caso, apresentaremos para a Comissão de Constituição e Justiça; iremos discutir junto com o Presidente de Meio Ambiente, para que essa matéria seja aprovada para já dar segurança para vocês. São dois posicionamentos que eu me debruço e já falei não vou recuar. A segunda é a situação da gente regulamentar para debaixo da ponte ali, 500 metros eu acho que é espaço razoável. Outro ponto. A gente dá nova redação ao artigo 1º; o artigo 2º, revoga o parágrafo único do artigo 4º, porque tem uma Lei nova vigorando. E quanto a Lei do ICMS, porque a própria Procuradora, promotora, ou a, Doutora Aidee, falou que vocês não arrecadam a situação para o Estado. E tem uma lei do ICMS que regula a questão do ouro aqui. No artigo 27 quanto às alíquotas nas operações de prestações internas naquela que tenha iniciado no exterior 9% da operação de ouro e pedras preciosas. Só que o artigo 15 inciso 16, diz: da saída de ouro na operação e que este que não for ativo, e vocês são ativos. Nós iremos dá uma nova redação a esse disposto, e aí a Presidente falou que o percentual razoável seria de 5%, 5% do ICMS que será cobrado para ir para o Estado, para o Estado. Por quê? Vocês pagam imposto de Renda para a União e 1% também não entra nos cofres do Estado.

Desta forma nós estamos regulamentando, nós estamos dando o que é de direito para o Estado. Eu estou falando de forma direta não indireta. Direta para o Estado e acaba com essa celeuma. Está Presidente? Eu entendo, quando o senhor diz que eu sempre divirjo neste entendimento, como o Deputado Hermínio quando diz que o Governo não vai respeitar esta Casa. Vai respeitar e deve respeitar. Isso aí não é assim não, eu estou só acumulando, todos os Projetos de Lei eu peço todas as informações inerentes. Estou só analisando um por um, analisando. E se for detectado qualquer ação, não tenha dúvidas, iremos instaurar sim um procedimento contra esse Governador. Ele não está acima da Lei, todos nós estamos dentro do que rege a Lei, então estamos submissos a Lei, ainda mais o administrador, está mais adstrito a Lei. Então o que eu queria dizer era isso. Os nossos encaminhamentos, revogamos, revoga não revoga, susta, não susta. Se sustar é que eles querem. Aí eles entram com a ADIN falam: olha, com uma nova ADIN, essa ADIN que está discutindo essa Lei, ela está lá sub judice não ganhou liminar. Se nós entrarmos amanhã com esse Decreto Legislativo de sustar, ele já tem uma nova ferramenta para falar: eles revogaram foi tudo. Eles ficaram loucos lá na Assembleia. Então a gente tem que ter essa cautela. Da nova redação delimita essa área que nós estamos discutindo. Correto? Disciplina a questão do ICMS e aí, sim, aí eles vão poder fazer o que quiserem, estão arrecadando como o próprio Ministério Público falou que era para compensar a situação desses desgastes naturais que ela alega, que é a Dra. Aídee, nós estamos dando para o Estado, nós que eu falo, vocês, vocês irão dar a devida arrecadação por parte da extração do minério, o ouro e acaba com essa discussão. Como bem disse o Vereador Marcelo Reis, quem descumprir a norma será também, eu vou querer também colocar aqui um dispositivo que as cooperativas serão responsabilizadas porque não é assim não, descumpriu, advertência e aí vai e até pode ter a revogação, Sales, se for necessário daqueles que estão descumprindo a cooperativa de ter a revogação das autorizações, então isso que tem que ter também cautela, tem que ter cautela, se você não fizer também uma lei que regule isso a gente não pode avançar. Amanhã os debates vão ser desta forma, eu vou agora...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Jesuíno, nós poderíamos já, porque na própria lei, nessa proposta já revogaria também todas as disposições em contrário, no caso até o decreto de 91.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, mas é aí que eu digo, aí sim essa nova lei, a minha preocupação, Deputado Hermínio, é se nós sustarmos aquele decreto lá nós estamos tirando a APA e aí é um subsídio muito mais forte para o Governo entrar e falar: “Desembargador, pelo amor de Deus dê a liminar que vai virar um negócio feio”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – A lei só era regulamentando, criando...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, a gente só deixa a APA lá no caso, mas, dá essa regulamentação, entendeu Doutor? É essa a minha discussão.

O SR. RODRIGO LUCIANO – Deputado Jesuíno, eu acho que nós temos que discutir duas coisas: a primeira coisa é revogar de fato o 5.197 que ele proíbe o garimpo de forma generalizada, inclusive, fora da APA, isso é uma coisa; a segunda situação é a situação da atividade mineral dentro da APA, que aí o posicionamento do senhor está corretíssimo, é de disciplinar como isso vai ser feito. Agora só para....

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então a gente revoga, qual é o para revogar?

O SR. RODRIGO LUCIANO – Revogar o 5197 que é o que está aqui nessa proposta do senhor aqui.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então amanhã a gente revoga o 5197 e regulamenta...

O SR. RODRIGO LUCIANO – Esse é o primeiro passo. Agora com relação ao da APA, isso daí sim o senhor está correto no sentido de normatizar como é que a atividade poderá ser feita lá dentro, sob pena de em revogando ele criar uma situação que de fato vai ser fácil do Governo do Estado vir com ADIN depois e suprir, e para que isso não aconteça e a gente não fique indo para frente e para trás, é melhor a gente fazer a coisa de forma cautelar, entendeu? Agora tem outra situação que é só para a gente deixar bem claro, com relação a APA, se a SEDAM quisesse e tivesse interesse, ela poderia fazer um plano de utilização da APA que a gente não precisava nem ficar discutindo revogação da APA, seria disciplinar, porque dentro da APA pode Porto que não está normatizado, tinha que estar dentro do plano de utilização da APA, tem o esgoto de Porto Velho que está jogando todo dentro da APA e não está normatizado, tem empresa de gás, tem uma série de atividades que dentro do plano de utilização a SEDAM poderia discutir, inclusive, licenciar esses empreendimentos nesse sentido e o garimpo dentro dele, entendeu? Então se a gente não conseguir, vamos dizer assim que esta Casa amanhã discuta e crie uma norma para criar uma atividade mineral dentro da APA respeitando os limites que o senhor já colocou e o Estado ainda assim venha não querer cumprir, a gente pode voltar no sentido de esta Casa apertar a SEDAM para que ela faça esse plano de estudo de utilização que também resolveria o problema, a gente deixaria de discussão, de se pode ou deixa de poder, eu acho que é até uma coisa prática, entendeu?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Jesuíno, aqui depois que encerrou a Sessão aqui poderia pegar uma comissão Jesuíno junto com o advogado da cooperativa de vocês, e se alguém do Governo também quiser participar e elaborar a proposta para a gente de repente já votar até amanhã dessa legislação. É como eu falei para vocês, isso aí, Deputado Jesuíno, eu quero que Vossa Excelência participe, que Vossa Excelência é o cara melhor que tem aqui na Assembleia para isso para essa questão de elaborar a proposta, as ideias, o Marcelo também contribuir, ajuda, que ele também é bom nisso e eu estou aqui para dar o meu voto para aprovar e colocar a minha assinatura embaixo, tem deputado aqui que defende vocês, mas não têm coragem de assinar embaixo, não tem coragem não, tem medo do Confúcio chamar na chinha como

diz o peão, tem companheiro, tem vários. É como o Deputado Jesuíno falou, aqui todo mundo é a favor dos trabalhadores, mas, tem hora, devido ao Governador, eles ficam escondidos porque o Governador não os deixa defenderem claramente, livremente os trabalhadores.

O SR. RODRIGO LUCIANO – Deputado, eu acho que com relação a essa situação até caberia um encaminhamento aqui da Assembleia para a PGE porque se a PGE está dando parecer para a SEDAM ela está acobertando não o cumprimento desta lei, como o Secretário Sales falou que eles revogaram e deixaram de fazer e teve um parecer da PGE, agora como é que a Procuradoria Geral do Estado dá um parecer deixando de cumprir uma própria lei que vocês fizeram?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas a questão, Doutor, as entidades que representam vocês, tem um monte de advogado, nós fizemos a lei já era para vocês também, já que a Assembleia não estava obrigando, mas, vocês tinham que ter feito isso, vocês teriam que ter feito isso, vocês não fizeram, para mim essa lei não valia mais nada. Aí Jesuíno, a partir de agora, o Deputado Jesuíno já vai, nós já vamos preparar aí uma ação já responsabilizando o governo por não estar cumprindo essa lei. Sena, você.

O SR. GEOMÁRIO SENA – Eu quero cumprimentar aqui o Deputado Jesuíno, o Deputado Hermínio Coelho; o Sales aqui presente, que a gente já se viu bastante vezes; a Tânia; o Rodrigo; o Coronel que acabou de levantar; é uma pena que a Dra. Aidee foi embora, essa Promotora; o Marcelo Reis, eu quero agradecer o apoio que você tem dado para a gente. Eu quero agradecer ao Dr. Mauro que quando ele era Deputado Federal, aí no rio Madeira, porque ele foi a favor da gente, contra as Usinas e conseguimos umas PLGs. Por exemplo, eu tenho 23 PLG, permissão de garimpeiros, em nome de pessoa física, aqui no rio Madeira, no lago do Santo Antônio. Aqui é o seguinte, esse Decreto, se começar a pensar, ele não se sustenta. Primeiro, a legislação mineral na Constituição Federal diz que só quem pode legislar sobre mineração é a União. Para o Governador Piana fazer esse Decreto, ele teria que pedir licença ao DNPM para poder proibir a garimpagem aqui no rio Madeira. Primeiro, é um rio federal. Segundo, o argumento que ele usa, por si só não se sustenta. Então, a gente tem que aprender que os nossos governantes, principalmente o Executivo, ele não faz de conta, ele faz a conta, quem dá mais. O Governador Piana fez esse Decreto porque o Planaflores ofereceu um dinheiro para ele, mas, em compensação ele tinha que proibir o garimpo. E que esse dinheiro, antes de sair esse Decreto, eu conversei com o Vice-Governador, que eu tinha acesso, que era o Assis Canuto, a primeira pergunta: “quanto o garimpo vai dá para a gente?”. Eu fiz uma conta lá, ele falou: “o Planaflores vai dá 100 vezes mais”. Ele não quer saber que aquelas pessoas que estão trabalhando ali, desde 79, desde 78, como tinha carteira de matrícula do garimpo, tirado pela Receita Federal, vendendo ouro com nota, aqui no Estado e esse ouro, levado para a Bolsa em São Paulo como ativo financeiro, ele ignorou tudo isso e fez esse Decreto e fez essa APA. Se é para respeitar os direitos adquiridos, não podia ter essa APA porque o garimpo está aí desde 78. E nós temos carteirinha

de matrícula, que depois foi extinta pela Lei 7.805, que a Dra. Aidee tinha que estar aí para escutar. Mas infelizmente, o meu medo era esse, eu vou ficar por último, aí vão ficar bem pouquinhos pessoas para ouvir a realidade. Que são eles que têm que ouvir porque os garimpeiros estão cansados de ouvir isso. Aqui não tem nenhum idiota. Aqui nós somos todos, nós somos acostumados com a lei. Por exemplo, tinha que ter mil pessoas aqui, mas, quinta-feira houve uma operação da PM, subjugando que nós íamos trabalhar à noite e tirou os equipamentos das balsas. Se a Polícia Militar tivesse toda essa ideia de adivinhação assim, ele devia: “vou prender você porque hoje à noite você vai roubar uma moto”. Podia prender. Não, eles foram lá e disseram: “à noite vocês vão trabalhar e vamos tirar esses equipamentos”. Que deixasse para prender a noite. E a operação seria uma operação de direito. Agora, vou prender esses equipamentos porque à noite vocês vão trabalhar? Isso por si só não se sustenta. Não tem um mandado judicial para isso. Eu tenho respeito pelo Coronel. Ele está aqui cuidando da segurança do Estado, da segurança da Capital, mas a gente não é criança. A gente sabe perfeitamente do acontecido. Não é assim que funciona a coisa. Nós estamos ali trabalhando porque o Governo Piana criou o Decreto, pegou o dinheiro do Planaflores, não aplicou no Estado porque a saúde está defasada, educação não tem, a segurança está sucateada, as cadeias estão aí, rebelião aí, porque tem muita banditagem e o governo não fez o dever de casa. E agora, o Governo Confúcio Moura, que é um garimpeiro, que está desde 83 em Ariquemes, com 02 hospitais, ganhou dinheiro com o Bom Futuro, que se propôs com a gente, que vai legalizar, vai cassar o Decreto do Piana, que na gestão dele vai dar continuidade. Por que esse garimpo, nós tivemos as nossas licenças ambientais, porque quando vieram as hidrelétricas para cá, que inibiu o garimpeiro a trabalhar ali para cima, aí o Governador pensou: “rapaz, vamos deixar, eles trabalharemos aqui embaixo, por aí, pelo menos, eles não se metem muito com a usina e a usina vai acontecer”. A usina já aconteceu, agora nós vamos reprimir. E ele quer pegar mais um dinheiro, que ele fez aqui uma agenda internacional com o Banco Interamericano para pegar um dinheiro para o Estado. Que não vai acontecer nada aqui, vão sumir com o dinheiro do mesmo jeito. E a gente fica sem os nossos empregos, sem o nosso sustento? Como é que nós vamos pagar nossa luz, o colégio dos meus filhos, como é que eu vou fazer? É assim que um Governo foi eleito? Porque quando nós sentamos com o Governador, com a Secretaria, com a SEDAM, o Governador disse: vocês me apoiem que nós vamos apoiar vocês, nós vamos cassar esse Decreto.

O outro, também fez a mesma proposta, o Expedito Júnior. Porque é que nós acreditamos no Confúcio? Porque ele era garimpeiro. Aí vem o Emerson: porque o senhor não pode garimpar ali que vai atrapalhar a navegação. Eu digo: de Calama até abaixo de Humaitá, até Manicoré, nós temos licença de operação do Estado do Amazonas e temos PLG. Aí ele olhou e disse assim: “então vocês vão embora para lá, saem daqui de Rondônia”.

Mas antes de votar nós temos que ficar. Depois que nós votamos, elegemos o homem, agora ele manda a gente embora daqui. Essas palavras foram dadas na frente do Secretário do Meio Ambiente, que eu acho que é Coronel também, Coronel Wilson, ele estava do meu lado.

Então, a gente tem que começar, vocês vão me desculpar que eu vou me estender um pouquinho, porque tem muita coisa a por a limpo aqui, porque tem umas coisas que não dá para a gente engolir. O garimpeiro está nesse Estado aqui desde 72, quem tem que fazer o dever de casa é o Governo do Estado, porque os nossos processos foram feitos ao DNPM e foram aceitos, o DNPM é um órgão federal eu tenho a minuta para trabalhar num rio federal, se eu não pudesse ter esse requerimento, tinha que está proibido no site do DNPM que ali eu não podia fazer requerimento como está proibido fazer em reserva indígena. Agora, depois que o empreendedor faz o requerimento, gasta dinheiro com o Geólogo, apresenta tudo, aí não pode. Ele senta em cima do processo e não solta! “Não, é porque isso aí é um rio federal, mas, passou o direito para o Governo do Estado”. Gente, nós não somos bandidos não, nós estamos aqui trabalhando desde 72 e garimpo faz parte da história de Rondônia e do desenvolvimento. Tem que começar a entender que dessa forma esse ouro que está saindo debaixo da ponte, o ouro que saiu lá do Cai N´Água está como ativo financeiro na Bolsa de Valores, lá não é crime, é crime aqui, aqui é crime, mas lá não é. Eu tenho carteira de matrícula de 1981 dado pela Receita Federal como fiscador para eu garimpar no rio Madeira, nos Municípios de Porto Velho e Guajará Mirim e nós estamos no ano de 2016 depois que eu criei uma família no garimpo, que formei uma filha, formei um filho, agora querem proibir o garimpo não pode dar o seguimento, porque existe o entendimento de quem dá mais! Isso é uma palhaçada gente, pelo amor de Deus, o caminho não é esse.

Eu acho que a Polícia Militar, a Polícia Federal, as demais Secretarias que tem o poder aí, eles vão obter muito mais dificuldades com essas duas mil pessoas desempregadas, aí o problema, hoje Rondônia não tem muito a crise do desemprego, porque nós temos um garimpo aqui que 90% da produção do garimpo é gasto de imediato no mercado, aqui na praça. Isso é reconhecido pelo Decreto da nossa declaração do Imposto de Renda, que o Governo Federal entende que 90% a gente gasta com a extração. Então 90%, tem gerado o ICMS do cabo de aço, do rancho, do petróleo, da chapa, de tudo, do táxi, da autopeça.

Nós temos hoje 500 motores Scania funcionando nessas dragas. Nós temos aqui no Estado de Rondônia 400 motores pequenos de 200 cavalos funcionando nas balsinhas; e aí acham que isso aí é bandidagem. Pelo amor de Deus, tem que ser reconhecido, todo mundo sabe disso. Esse Sales aí, está calejado de ir ao rio Madeira vê essa atividade, então agora, não pode, porque o Governador não quer, porque senão não sai o dinheiro aqui do Banco Interamericano. Pelo amor de Deus, gente. Vai sacrificar uma classe garimpeira, porque a Lei está, fica branda para os poderosos e encolhe para os peque. Eu acho que não é por aí o caminho, nós podíamos ter 1.000 pessoas aqui, mais infelizmente essa operação de quinta-feira inibiu um pouco o pessoal e o pessoal saiu daqui. Não é assim que funciona a coisa. Sabe, eu estou acompanhando o garimpo, eu estou desde 81, eu fico nervoso às vezes, chateado porque eu vivo, aquilo ali é a sobrevivência da minha casa, é o dia a dia, é o meu rancho e é de qualquer um que está sentado ali. Uma operação da Polícia Federal chega para mim e diz assim: porque que você é garimpeiro, porque que você não faz outra coisa? Eu digo, se eu chegar num comerciante e pedir

para comprar machado, foice, roçadeira para eu plantar pimenta, for para eu plantar verdura, se for para eu fazer carvão, ninguém financia. Mas, se eu chegar lá em qualquer comerciante e falar assim: Rapaz, eu quero 30 metros de mangueira, eu quero tantos metros de cabo de aço, quero um motor, quero isso, quero reconsertar esse motor aqui que quebrou. Todo mundo financia que sabe que ele traz o resultado positivo na semana, ele sabe que ele vai receber aquele dinheiro, se ele sabe que ele vai receber aquele dinheiro é porque a atividade é lucrativa. Agora, me aparece uma Procuradora que prendeu 400 quilos de mercúrio, esse mercúrio podia ter ido para o fertilizante, porque para garimpo? Se o fertilizante usa muito mais mercúrio do que o garimpeiro. Eu queria que você abrisse um espaço aí para falar, o professor da Universidade está sentado ali, o Dr. Almeida, que ele é biólogo, geneticista e que ele vai provar para vocês que não existe esta contaminação que eles falam, que não existe essa garimpagem altamente poluidora que nem a Dra. Aídee falou, é muito fácil acrescentar uma palavra: altamente poluidora. Por quê? As duas hidrelétricas jogaram 60 pessoas aí para achar um garimpeiro ou um ribeirão contaminado com o mercúrio. Só de mim foi tirado 03 vezes amostra do cabelo. A minha contaminação deu 08, 0,08, o corpo humano comporta 15 e nunca achou ninguém contaminado com mercúrio. Então, o garimpeiro está sabendo usar. Vai ver que ela descobriu um tráfico de mercúrio aqui para as indústrias de fertilizantes, não é para o garimpo; mas, ela já associou, ela tinha que está fiscalizando o Governo do Estado porque não cumpriu a legislação, ele tem que tomar as precauções. Mas, eles não podem proibir, isso é um absurdo. Aí, infelizmente eu tenho que falar porque as coisas engasgam quando a gente liga a televisão, a gente escuta as coisas. Nós temos um ex-deputado estadual que saiu desta Casa aqui, que hoje ele é dono de uma rádio e de uma TV, que eu acredito que ele conseguiu isso aí roubando dinheiro da Assembleia Legislativa, aconselhou tocar fogo nas dragas, aconselhou tocar fogo nas dragas. Eu não vou falar o nome dele aqui, porque fica chato, mas, é Everton Leoni, ele foi condenado a 10 anos de prisão porque roubou quinhentos e sessenta mil reais em 2004, nosso, e, agora está falando mal da gente, mandou tocar fogo nas dragas, depois que ele roubou o dinheiro aqui que criou atividade particular dele, agora ele é o bom, ele é o manso, ele é o tal, gozado, me chama aí que eu vou mostrar para você o quê que é uma Legislação Mineral, já que você não sabe e esteve aqui na Assembleia e não aprendeu; isso é inaceitável. E tem mais gente, eu quero convidar vocês que terminando aqui esta Audiência Pública, nós temos um carro de som aí fora para a gente fazer uma caminhada até o CPA, para gente ir lá e pedir para este Governador, ver se ele repensa o nosso caso que eu não acredito que ele seja tão duro desse jeito, que ele fique sensibilizado com a classe e faça com que a gente possa... Eu estou tomando esse espaço aqui porque é difícil da gente pegar uma hora dessa aqui um microfone desses para a gente falar o que a gente quer, não é toda hora que você tem um microfone desse aqui, que está no ar...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sena, você pode falar o que você quiser aí.

O SR. GEOMÁRIO SENA – A mídia funciona da seguinte forma. Em 2007, eu estava em casa assistindo o Jornal de Rondônia e apareceu assim: Polícia Federal desarticula quadrilha que tirava ouro no Caracol, aí mostrou cinquenta metros quadrado de desmatamento e umas balsinhas lá tirando cassiterita. No mesmo jornal, no fim do jornal tinha seis D8 abrindo cratera para fazer a hidrelétrica e o jornal diz: “até que enfim o desenvolvimento chegou ao Estado de Rondônia”. Enquanto eu desmatei cinquenta metros, eu sou destruidor da Amazônia, a hidrelétrica desmata o que ela quiser, os igarapés, estão todas as árvores mortas, represadas, é o desenvolvimento de Rondônia, um milhão e meio de hectares degradados e é o desenvolvimento de Rondônia. Desenvolvimento de Rondônia, é garimpo que mesmo debaixo da ponte, nós não derrubamos ela, e nós jogamos dinheiro aqui, não estou incentivando trabalhar lá não, mas, acontece que se a gente respeitar trezentos metros da ponte para a gente trabalhar, esses Deputados aqui ou o meio ambiente ou quem quer que seja, ou o coronel tem que saber, que a mineração é pontual, quem colocou esse ouro ali foi Deus, eu não posso tirar ouro numa fazenda porque lá não tem, eu tenho que garimpar, eu tenho que tirar aonde tem realmente, não é em qualquer lugar e se ele é pontual é aí que nós temos que tirar que é aí onde tem, em qualquer fazenda, em qualquer lugar você tira café, tira feijão é só adubar, plantar e aguardar, mas, a mineração não, a mineração é pontual, ela tem o lugar de ser extraída. Então, não tem razão nenhuma, esse rio é federal, esse rio jamais podia estar nas mãos da SEDAM, a contramão da história, na hora que a SEDAM foi liberar o garimpo, era a SEDAM que tinha que liberar, na hora de liberar a hidrelétrica foi o IBAMA, não, a SEDAM já está cuidando, já deu uma licença de garimpo, não pode sobrepor uma licença em cima da hidrelétrica. E a hidrelétrica, mandou um projeto, que o Sales estava sábado lá apresentando juntamente com o IBAMA, mandou para esta Casa aqui para aumentar 80% da cota, sendo que o plano de investigação não foi cumprido, será que o Sales, não sabe disso? Será que o Governador não sabe disso? Que lá está previsto para readequar os equipamentos de garimpo e os equipamentos de garimpo hoje estão defasados, porque o lago cresceu demais, o vento é muito forte, precisamos de flutuações maiores, de lanças mais compridas e de motores mais potentes, de cabo de aço mais grosso, e ninguém vê isso, agora na hora, porque a hidrelétrica tem dinheiro, aí tem que sacrificar o garimpeiro? Para aumentar, para aumentar a Floresta Nacional do Mapiunguari a SEDAM estava lá junto, que era o Governador do Estado, tirou aqui uma licença e passou lá desrespeitando um garimpo lá do São Lourenço, e pegou-se o rio Madeira a direita de quem sobe da Cachoeira do Jirau até a Ponte do Abunã, é reserva florestal. Como é que cria uma coisa sendo que tem outra atividade antes? Isso aí se chama rolo compressor em cima do menor. E vou falar para vocês aqui, não tem uma empresa de mineração garimpando aqui na frente da cidade, porque o Garimpo de Aluvião não interessa a mineração, só interessa a garimpeiro, porque se tivesse uma mineração de peso, ele chegava lá para o Governador e dizia: “vai querer ser senador”. É assim que funciona a coisa, e o pobre que se dane. Isso a Polícia Militar tinha que vê isso, essa Doutora Aíde, tinha que vê isso, o Ministério Público Federal, tinha que vê isso, somos nós que temos que dizer para eles como é

que funciona a coisa? Eles sabem perfeitamente da legalidade e da ilegalidade, eles sabem perfeitamente. Não tem nenhuma criança aqui, todo mundo conhece o histórico do garimpo de Rondônia, todo mundo sabe que todo dia nós colocamos dez quilos de ouro aqui na cidade, esse ouro vem de São Paulo, e o dinheiro fica aqui, o ouro vai embora, mas, o dinheiro fica aqui circulando. Logo quando chegaram as hidrelétricas aqui, nós perdemos nossos soldados das dragas, pronto agora é preocupante, seis meses depois estava todo mundo de volta no garimpo, a hidrelétrica era inviável, eles ganham muito mais no garimpo do que na hidrelétrica. E podem ter certeza que esse pessoal que está garimpando aqui na frente da cidade ou legal ou ilegal aí para baixo, ninguém está indo lá no João Paulo II não, ele tem dinheiro para levar o filho dele na clínica particular.

Ele chega à beira do rio já pega um táxi, vai direto à compra de ouro; da compra de ouro ele já pega o dinheiro vai direto ao supermercado; chega no fim do ano ele tem bicicleta para o filho, ele tem brinquedo, ele tem tudo, aí eu convivo na sociedade que chega no fim de semana a gente está num clube lá aí está o Coronel, está o Secretário de Meio Ambiente, está o Deputado Estadual e está o garimpeiro, todo mundo junto ali curtindo numa boa, aí de manhã, no outro dia, na segunda-feira, somos bandidos. Que é isso gente! Chega. Obrigado pela oportunidade.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado você Sena, obrigado.

A SRA. TÂNIA SENA – Eu quero só fazer um convite aqui, gente amanhã eu preciso, nós precisamos que todos vocês venham, a gente precisa lotar esta Casa amanhã porque vai ser amanhã a votação. Então, a gente vem com a camiseta de novo, chama todo mundo para quem não veio, vir também, vamos nos organizar, hoje nós vamos ter uma passeata, nós vamos ter uma passeata daqui a pouco, encerrando aqui a gente vai ter uma passeata até o CPA e amanhã às 15h00 é a votação, começa a partir das 15h00.

Então amanhã a gente precisa estar aqui para lotar esta Casa a gente precisa de todos vocês e todos vocês avisarem todo mundo.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente, pelo tardar do horário, eu estou aqui insistindo em ficar porque eu, já até descumpri, tem gente lá no meu gabinete, mas assim, vamos para os encaminhamentos, eu peço a compreensão de todos para a gente partir para os encaminhamentos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas vamos falar, porque já está passando da hora,...

O SR. JESUÍNO BOABAI – Não. A gente já entendeu tudo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Já entendeu.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Não. Mas eu sei; a gente já sabe o que vai fazer.

O SR. MARCELO REIS – Questão de Ordem Presidente. Eu acho que não precisa, o objetivo da Audiência, nós já alcançamos que é a questão da Lei para mudar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É, os encaminhamentos, é essa questão...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Amanhã, vamos fazer o seguinte, a gente vai apresentar eu já falei com a Assessoria Legislativa nossa, apresenta o Decreto Legislativo sustando os efeitos do 5.197, pronto.

Na mesma tarde de amanhã, eu e o Deputado Hermínio iremos apresentar um Projeto de Lei, susta, já cria uma Lei, que a Lei vai ficar o seguinte artigo: “dispõe sobre a extração de minério ou garimpagem na área específica.

Art. 1º - Ficam autorizadas todas e quaisquer atividades de extração de minério ou garimpagem no seguimento do rio Madeira compreendido no trecho de 500 metros abaixo da ponte sobre o rio Madeira e até a divisa do Estado do Amazonas.

Art. 2º - A Secretaria do Estado de Desenvolvimento – SEDAM, juntamente com a Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública, ficam responsáveis para colocar em prática as medidas determinadas na presente Lei.

Na presente Lei. Entendam, sustamos o Decreto, criamos a Lei, entendeu?

Esta Lei, entra em vigor, na data de sua publicação e revogam-se disposições em contrário”.

Entendeu! Vai ser assim, Doutor, que a gente vai fazer.

O SR. MARCELO REIS – Deputado só um segundo, isso é bom lembrar a categoria que mesmo aprovando por esta Casa precisa da sanção do Governador, não é isso?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim.

O SR. MARCELO REIS – Por isso que é importante a gente também e a categoria está pressionando esse homem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – A tendência natural é dele vetar, mas aí vetando, volta para cá o Veto, aí vamos precisar também do povo aqui no dia para derrubar o Veto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É isso que eu ia falar, o Governador com certeza vai vetar e nós iremos juntamente com os outros Deputados buscar a derrubada desse Veto.

Aí a Assessoria, o Dr. Manvailer, está me falando que amanhã nós iremos fazer duas situações, sustar, no meu entendimento; sustou, o Presidente vai só dar publicidade.

E essa Lei só vai vigorar depois que for promulgada, nós aprovamos, mandamos para o Governador e o Governador vai vetar, nisso esse rito é o tempo razoável que já sustou, já fez tudo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vai durar uns 30 dias é isso?

O SR. JESUÍNO BOABAID – É, vai demorar. Então, amanhã a gente susta, apresenta a Lei a que eu estou entregando agora, neste exato momento, eu pergunto ao Marcelo, aos Advogados se isso, na minha visão, o que eu entendi hoje vai contemplá-los, entendeu? Mesmo essa Lei nova ela vai revogar essa sua Lei de 2013, aquele dispositivo lá entendeu, dá nova redação automática, bem como, aí que vem aonde dói, a Lei de ICMS, a

Lei de ICMS lá que eu falei que é uma colcha de retalho, vai dar uma nova redação, aonde diz, vai ser alínea C, artigo 27: “5% nas operações com ouro”. Entendeu, de ICMS. Eu acho que a própria Presidente entendeu e o Governo vai poder falar. Além de está arrecadando, que é isso que ele quer, é isso que o Governo vem aqui constantemente: “olha, a gente precisa de arrecadação”. Vocês estarão regulamentados, estarão contribuindo para o Estado, pagarão seus impostos e se Deus quiser, ficarão tranquilos. Tem uma lei de ICMS está tramitando, eu vou fazer uma emenda nela.

E outra coisa, Sr. Manvailer, Dr. Manvailer, não é vício de iniciativa. Dr. Aparício, Procurador que discute o veto nas matérias do Governador, inclusive, ele tem esse entendimento junto comigo, o Supremo Tribunal Federal já disse, matéria tributária, esta Casa pode legislar concorrentemente, então acabou essa discussão, é matéria tributária, a Assembleia pode, e ele ainda ficou mais assim preocupado, se o Deputado quiser reduzir, pode reduzir, ninguém está reduzindo, nós estamos reduzindo e regulamentando outra situação e cabe a ele, inclusive, nessa própria decisão do Ministro Teori Zavascki diz, ele diz, o Rodrigo Janot cita lá, só estou pedindo parcialmente inconstitucional os artigos 1º, 2º, 3º 4º e 5º e os parágrafos que fala sobre tributo, ele nem discute, ele diz que é matéria legislativa das Casas Parlamentares, iniciativa. Então pode ficar tranquilo que nós iremos discutir isso e amanhã certamente nesta manhã a gente regulamenta tudo isso. Eu peço desculpa ao professor que estava aqui e se amanhã for necessário na reunião, ele pode vir, a gente discute com os demais parlamentares, que para nós já estamos contemplados com as informações.

O SR. MARCELO REIS – Deputado, rapidinho, só pedir para a categoria, os garimpeiros para evitar até que a gente tente resolver o impasse de forma administrativa, estar embaixo de ponte, na região da frente do Cai N'Água, então os senhores cumprirem o que está na lei, e pedir ao Coronel para dar uma amenizada lá com a polícia se o pessoal estiver trabalhando neste trecho que está em discussão ainda, pelo menos até a gente tentar regulamentar a atividade.

O SR. RODRIGO LUCIANO – Marcelo, deixa eu só complementar mais uma situação até em razão do que a gente vem colocando aqui que a classe é sempre ordeira, que toda essa discussão que a gente está tendo aqui na Assembleia é o início das coisas porque o que acontece, até a nossa atividade posteriormente vai depender, aprovando tudo, tudo sendo legalizado, tendo a forma legal de se fazer vamos ter que requerer o licenciamento junto a SEDAM, todo mundo vai ter que se adequar ao licenciamento ambiental que a SEDAM vai fazer, para aí a atividade estar legalizada de forma correta. Então isso aqui é o primeiro passo. Porque o que está acontecendo hoje com a cooperativa, Deputado? A gente não está conseguindo legalizar, licenciar porque existe essa lei que impede a SEDAM de fazê-lo, no momento que a gente conseguir votar isso e isso passar, a SEDAM terá condições de licenciar, até porque para não gerar uma falsa expectativa nas pessoas de que a Assembleia votou, eu posso trabalhar. Não. A Assembleia votou, a SEDAM pode e tem a obrigação de licenciar nossa atividade e deve, deve licenciar nossa atividade desde que nós adequamos à legislação ambiental. É isso.

O SR. MARCELO REIS – Amanhã às 15:00 horas, Hermínio?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Às 15:00 horas. Também só reforçando, é lógico que o nosso Tenente Coronel obedece às ordens do comando e do governo, mas, eu vou deixar só um recado para o governo e para o comando que ao invés de mandar uma equipe de policiamento da Polícia Militar para ir cumprir alguma coisa lá contra os garimpeiros que mande para a Zona Leste, para a Zona Sul que está cheio de vagabundo lá roubando o povo, lá vai ser muito mais útil ao povo do que lá com os nossos garimpeiros. Obrigado, tem um lanche aí quem quiser tem um lanche para dar azia, dá uma azia danada esse pastel e essa coxinha, mas estão todos convidados.

A SRA. TÂNIA SENA – Gente; não esqueçam a passeata, nós vamos fazer a passeata agora até o CPA, não esqueçam.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado a todos. Está encerrada esta audiência pública.

(Encerra-se esta audiência pública às 12h48min).

ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 23 de agosto de 2016

Presidência dos Srs.

EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente
LAZINHO DA FETAGRO - Deputado
HERMÍNIO COELHO - 2º Vice-Presidente
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente

Secretariado pelo Srs.

JESUÍNO BOABAID- Deputado
AIRTON GURGACZ- Deputado

(Às 15 horas e 22 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Ailton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Cleiton Roque (PSB), Glaucione (PMDB), Marcelino Tenório (PRP) e Saulo Moreira (PDT),

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 38ª Sessão Ordinária Legislativa da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Procede a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.
Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura do Expediente Recebido.

Mas antes, gostaria de registrar a presença da senhora Tânia Oliveira Sena, representante da Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia, COOGAM; em seu nome todos os Cooperados Garimpeiros, muito obrigado aí, pela presença. E também registrar a presença do senhor Inaldo Pedro Alves, Prefeito do município de Jaru. Muito obrigado pela presença.

Solicito ao ilustre Deputado Jesuíno Boabaid que proceda a leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 161/2016 – Poder Executivo, encaminhando Termo de Compromisso - Mesa de Negociação Política da Irmandade Rondônia – Beni, que celebram o Governo do Estado de Rondônia e o Departamento Autônomo de Beni – Bolívia.

02 – Ofício nº 3012/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 669/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

03 – Ofício nº 2803/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2350/16, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

04 – Ofício nº 3018/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2742/16 e 2743/16, de autoria do Senhor Deputado Aécio da TV.

05 – Ofício nº 3019/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2696/16, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

06 – Ofício nº 14924/2016 - Supremo Tribunal Federal, solicitando informações sobre a Emenda Constitucional nº 97/2015, objeto da ADIN nº 5.573.

07 – Ofício nº 1158/2016 – Ministério Público do Estado, solicitando cópia integral do processo legislativo referente à elaboração e à aprovação da Lei Estadual nº 3.271/2013.

08 – Ofício nº 3720/2016 – DER, informando o pagamento do Convênio nº 043/16/PJ/DER-RO, cujo objeto versa sobre a “Complementação do Sistema de Iluminação da Av. Brasil”, no Município de São Francisco do Guaporé.

09 – Ofício nº 2771/2016 – SEJUS, solicitando redesignação de Audiência Pública, devido ausência de Secretário Titular e Adjunto no órgão competente.

10 – Ofício nº 216/2016 – OAB/RO, encaminhando análise realizada pela Ordem Dos Advogados do Brasil em relação ao anteprojeto de lei de iniciativa do Tribunal de Justiça de Rondônia, que dispõe sobre a cobrança de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

11 – Ofício Circular nº 024/2016 – OAB/RO, encaminhando análise realizada pela Ordem Dos Advogados do Brasil em relação ao anteprojeto de lei de iniciativa do Tribunal de Justiça de Rondônia, que dispõe sobre a cobrança de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

12 – Ofício nº 17/2016 – Comitê de Prevenção e Combate à Tortura – RO, solicitando a indicação de parlamentar para compor o referido Comitê.

13 – Carta Circular nº 15/2016 – FIERO, indicando a necessidade de projeto de construção de algumas obras e conclusão de outras.

14 – Ofício nº 1417/2016 – CAIXA, notificando sobre a liberação de recursos que tem por objeto a Ampliação do Sistema de Abastecimento de Águas de Ji-Paraná.

15 – Ofício nº 1423/2016 – CAIXA, notificando sobre a liberação de recursos que tem por objeto a Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho.

16 – Ofício nº 065/2016 – Ministério Público do Estado, encaminhando cópia das ações judiciais sobre o aumento da cota do reservatório da UHE de Santo Antônio.

17 – Ofício S/N – Conselho de Associações dos Militares do Estado de Rondônia – CAME, encaminhando Proposta de Emenda Constitucional.

18 – Requerimento do Senhor Deputado Saulo Moreira, justificando ausência na sessão do dia 09 de agosto de 2016.

19 – Comunicado nº AL053500 a AL053630/2016 – Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

20 - Comunicado nº AL053734 a AL053753/2016 e AL53786 a AL053799 – Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

21 - Comunicado nº AL053754 a AL0053785/2016 e AL053800 a AL053850 – Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

22 - MENSAGEM Nº 162/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Emenda Constitucional que “Altera a redação e revoga dispositivos da Constituição do Estado de Rondônia”.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

(Às 15 horas e 43 minutos o senhor Edson Martins passa a Presidência ao senhor Lazinho da Fetagro)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Passemos às Breves Comunicações. Convidamos o Deputado Ezequiel Junior para fazer uso da palavra por cinco minutos, sem apartes.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Senhor Presidente, senhores Deputados, povo que nos assiste através da TV ALE e pelo mundo através da Internet; cumprimentar o nosso público presente acompanhando os trabalhos nesta Casa de Leis. Quero falar aqui Presidente da minha preocupação ao saber que o Procurador da República, Doutor Reginaldo Trindade será afastado dos trabalhos que ele faz em defesa do povo da Etnia Cinta Larga no Estado. O Doutor Reginaldo Trindade ele tem ao longo destes últimos 12 anos acompanhado de perto o sofrimento dos índios Cinta Larga aqui no nosso Estado, tem se feito presente em todos os momentos em que os índios desta Etnia precisaram da ação da defesa do Ministério Público Federal.

Tem feito um trabalho louvável e é um Procurador admirado e querido no meio da Etnia Cinta Larga. E hoje eu fiquei pasmo ao saber dessa notícia, Deputado Ribamar Araújo, do possível afastamento do Doutor Reginaldo Trindade, deste trabalho que ele vem fazendo ao longo de 12 anos. Nós tivemos a oportunidade, inclusive, de acompanhar o Dr. Reginaldo em Brasília, há alguns meses atrás onde ele estava preocupado com a segurança, com a sobrevivência, com a subsistência do povo Cinta Larga e preocupado com a garimpagem ilegal de diamantes lá em Espigão d'Oeste. Elaborou um projeto para regulamentar a garimpagem de diamantes naquela região, assunto esse, projeto idêntico a esse que vem sendo estudado já, está tramitando no Congresso Nacional, eu diria que o Dr. Reginaldo Trindade se transformou num símbolo de luta em defesa do povo Cinta Larga, em defesa dos índios aqui no Estado de Rondônia e fiquei muito preocupado, se eu que estou tão longe da tribo dos Cintas Largas fiquei preocupado por conhecer a realidade dos índios imagine só os próprios índios. E aí eu pergunto, o que motivou essa decisão, essa mudança? O Dr. Reginaldo tem um carinho muito especial por esta causa e pelo que nós conversamos durante essa nossa ida em Brasília ficou bem claro que ele jamais se afastaria dos índios porque existe realmente uma estreita relação harmônica entre a Procuradoria da República, no caso o Dr. Reginaldo, com os índios da etnia Cinta Larga. Será que o Ministério Público Federal ouviu os índios, consultou? Será que os Procuradores da República sabem do carinho que esses índios têm com o Dr. Reginald Trindade? Será que eles sabem da confiança que essa tribo, que os índios têm no trabalho do Dr. Reginaldo? Ele não quer se afastar, pelas informações que a gente tem que chega até a gente, ele não quer sair dessa causa porque ele faz também por amor, tanto que o Conselho Superior do Ministério Público Federal estará no mês que vem se reunindo para decidir, e eu espero que esse Conselho do Ministério Público Federal que vai se reunir em Brasília, no próximo dia 06 de setembro, tenha luz na consciência e conhecimento do trabalho que o Dr. Reginaldo Trindade vem fazendo ao longo desses 12 anos. Ele não começou ontem a defender os índios Cintas Largas, ele começou, ele vestiu a camisa, ele abraçou esta causa exatamente no momento da pior fase que essa tribo passou aqui no município quando da época daquela chacina que aconteceu lá no garimpo. Então eu acredito que não só eu, mas esta Casa por conhecer o trabalho e o compromisso do Dr. Reginaldo, todos os parlamentares devem ter sim uma preocupação porque nunca nenhum membro da Procuradoria da República, do Ministério Público Federal abraçou uma causa dos índios como o Dr. Reginald Trindade abraçou a causa dos Cintas Largas. Hoje eu recebi, inclusive, em meu gabinete a visita o Ueliton Gavião que é uma das lideranças indígenas deste Estado que falava também, entre outros assuntos, da sua preocupação do afastamento do Dr. Reginaldo desta causa. Os índios estão preocupados e se forem ouvidos o Dr. Reginaldo vai continuar sim defendendo a causa do povo Cinta Larga. Sr. Presidente, eu estou aqui nas Breves Comunicações de 5 minutos, o Deputado Alex Redano quer fazer um aparte, não é permitido pelo Regimento, Questão de Ordem, então.

O SR. ALEX REDANO – Questão de Ordem. Só gostaria de parabenizar o discurso do Deputado Ezequiel, eu recebi creio

que a mesma mensagem e falar da capacidade, da idoneidade e da dedicação do nosso Promotor Federal. Estive com ele fazendo parte dessa comitiva na viagem e muito fico indignado quando ele tem essa brilhante ideia que resolve grande parte dos nossos problemas que é da exploração legal desses diamantes. Eu não entendo porque que já tem uma área que já está devastada e porque não de autorizar uma maneira legal de dar emprego a tanta gente, ganham os índios, ganham os garimpeiros, ganha Rondônia com os impostos arrecadados e simplesmente é uma ideia que ele tem em mente e ele trabalha com isso e simplesmente estão querendo afastá-lo nosso amigo Reginaldo Trindade, e há tantos anos ele faz esse trabalho belíssimo, o porquê que agora que está tão perto de conseguir os objetivos através dessas reuniões, das audiências que fizemos em Brasília que surge esse afastamento. Então deixo aqui com certeza junto com os demais parlamentares a minha indignação o porquê desse afastamento repentino logo agora que está tão perto de conseguir realizar os sonhos das etnias, dos garimpeiros e de toda população de Rondônia. Obrigado pelo aparte. Obrigado pela Questão de Ordem.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Então, o nosso desejo, Presidente, é que o Conselho Superior do Ministério Público, em Brasília, no dia 06 de setembro, ouça a voz dos índios que não querem a saída do Dr. Reginaldo. E ele também não quer abandonar esta causa depois de 12 anos de dedicação.

O SR. DR. NEIDSON – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Questão de Ordem aqui também para o Deputado Dr. Neidson.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. DR. NEIDSON – Senhor Presidente, rapidamente, só para prestar nosso apoio aqui também. Estivemos aí frente a, como Presidente da Comissão de Assuntos Indígenas, e o Dr. Reginaldo se propôs todas as vezes em ajudar com relação a esses assuntos das terras indígenas. Estivemos lá na visita dos índios Cinta Largas, vimos a realidade e realmente aquela garimpagem que é ilegal, e ele está batalhando por isso e até pela comunidade indígena, nós queremos dar o total apoio, principalmente, da minha parte vai ter o total apoio, e talvez a Assembleia possa dar uma nota de apoio ao Dr. Reginaldo para que ele possa continuar e encaminhar uma nota de apoio para que esse Conselho dos Procuradores possam evitar a saída do Dr. Reginaldo que vem realizando um excelente trabalho. Obrigado pela Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Presidente, o Deputado Dr. Neidson falou dessa nota de apoio, nós podemos estudar aqui com a Secretaria Legislativa, qual o, sei lá, uma Moção, alguma coisa nesse sentido ou mesmo uma nota de apoio, não sei qual é o nome técnico.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Moção de Apoio.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Ou uma Moção de Apoio, a ser encaminhada antes dessa reunião do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pode. Ok, Deputado. Procurar aqui o Manvailer e ver como e que redige, redige e a gente já fala com a presidência para colocar em pauta. E tem que ser urgente porque as coisas estão andando lá em cima, e depois a gente acaba perdendo. Obrigado, nobre Deputado.

Convido agora o Deputado, mas antes comunicar aqui e agradecer a presença de todos os lojistas da área de garimpo que se fazem presentes, assim como todos os garimpeiros, garimpeiras; o Excelentíssimo Vereador Marcelo Reis, aqui do município de Porto Velho, também fazendo presença.

Com a palavra o nobre Deputado Adelino Follador, pelo tempo de cinco minutos, sem direito a apartes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Boa tarde a todos. Cumprimentar aqui o Deputado Lazinho, que está presidindo a Sessão hoje, Deputado Ezequiel, todos os Deputados aqui presentes, para nós é um prazer muito grande estar aqui presente hoje e com o plenário lotado. Cumprimentar a imprensa, dizer que agora de manhã nós ouvimos os representantes dos garimpeiros que estão aqui presentes; a Tânia, representando a Vice-Presidente da Cooperativa; Rodrigo também, advogado; também senhor Geomário Leitão de Sena, que falou muito bem lá, explanou a situação e José Airton Aguiar de Castro, Presidente da Cooperativa. Quero, em nome dessas pessoas que estiveram hoje na Comissão, cumprimentar todos os garimpeiros, todas as pessoas, as famílias dos garimpeiros aqui presentes. Eu quero, venho hoje à tribuna, nesse Pequeno Expediente, e quero, antes de começar a falar também me solidarizar com a questão do Trindade, Procurador que tem feito um grande trabalho, Deputado Ezequiel falou agora, endossar. Nós temos que fazer uma manifestação nesta Assembleia, em favor de uma pessoa que vem fazendo um grande trabalho, principalmente para os indígenas daqui do Estado de Rondônia. Mas eu quero também falar que como continuo como relator do PL 102/2016, onde trata da elevação dos 80cm da Usina de Santo Antônio. Nós encaminhamos mais 04 Requerimentos, pedimos informações para que a gente consiga ter essas informações e o Ministério Público também está fazendo um trabalho, onde nós pretendemos anexar e nos próximos dias o Ministério Público está mandando para nós essas informações dos trabalhos que já estão fazendo, para que a gente anexe para poder analisar melhor esse projeto. Que nós sabemos que é um projeto de suma importância, uma responsabilidade muito grande, com certeza esta Casa, com todos os 24 Deputados estão preocupados e nós vamos ter que analisar com carinho. Então pedi, inclusive, na Comissão, para suspender o prazo até que cheguem todas essas informações. O Requerimento é solicitando ao Consórcio Santo Antônio Energia referente às compensações do município de Porto Velho, em valores, o que já foi executado e o que falta executar. Que nós recebemos do Governo do Estado todas as obras já realizadas, que foram executadas, aquilo que estava programado e queremos também saber do município, o que foi feito via município. Nós também temos outro Requerimento solicitando ao CRE – Conselho

Regional de Engenharia, cópia dos estudos realizados sobre a elevação do rio Madeira que foi feito na época pelo CREA, esse levantamento nós queremos uma cópia para também comparar, juntar com essas informações que nós já temos.

Também outro Requerimento, solicitando ao IBAMA cópia da Audiência Pública realizada no dia 12/08/16 no Distrito de JaciParaná e do dia 13/08 no município de Porto Velho, que tratou da elevação do Rio Madeira tendo em vista que a gente sabe Deputado Ribamar que houve a manifestação da população, não houve possibilidade de discutir nessa Audiência Pública, mas nós queremos saber o que IBAMA escreveu nessa Ata para ver o que foi documentado para que a gente não fique, que de repente, colocaram lá coisas que não aconteceu e como a manifestação foi muito grande teve que ser suspensa, não foi votado nada, então nós queremos ver o que foi colocado na Ata porque tem gente que acha que foi escrito coisas que não aconteceu nesse dia.

Também outro Requerimento, solicitando do SENGE – Sindicato dos Engenheiros do Estado de Rondônia, cópia dos estudos realizados sobre a elevação do Rio Madeira que também eles têm um estudo já realizado nesse sentido. Então nós queremos também que se possível mande o mais rápido possível para a gente nos prevenir, documentar.

Eu estou aqui também com o Ofício do dia 26 de janeiro de 2016, aonde, foi feito um Ofício da Agência Nacional de Águas, onde cobrava da Santo Antônio várias situações e até agora não foi nada dado essas informações. Aqui se trata, informando a relação das áreas urbanas de Jaci-Paraná, cronograma de apresentação que atendeu o disposto no Ofício foram apresentadas justificativas para “delação” de prazo apresentar. Então, assim fica mantido o prazo para a conclusão da referida atividade, observando que as áreas rurais incluídas no cronograma apresentado não foram objeto de solicitação. Então, todas, inclusive, sobre a elevação das obras também da 364 não foi informado esses estudos que a ANA pediu. Então, várias solicitações que foram feitas nesse Ofício não foram informadas.

Eu estou aqui também com documento onde também a Agência Nacional das Águas, no dia 10 de agosto de 2015, cobra da Santo Antônio, inclusive, a situação da elevação aonde comprova que o próprio bairro onde foi remanejada as famílias, 180 casas foram construídas e foram remanejadas as famílias de Jaci Paraná, agora vai ser alagada, se subir os 80 cm vão ser atingidas essas casas, eles vão ter que remanejar de novo. Então, não só essa área, mas também todas as outras casas que vão ser atingidas, praticamente, 2/3 (dois terços) JaciParaná e também a BR-364 dentro de JaciParaná que também vai ter que elevar e nada dessas informações aqui, até o dia 10 de agosto de 2015 foram feitos esses estudos. Então, nós não aceitamos e nós queremos, inclusive, levantar todas essas informações para que a gente discuta junto com os Deputados e que não aprove esse Projeto sem ter todas essas informações, sem saber o que vai ser feito e até qual o dano. Deputado Lazinho, as áreas rurais também, ainda não temos o estudo para saber quanto vai ser atingido, quanto vai alagar mais. Então, nós sabemos que isso é muito grave.

Nós também temos aqui outro Ofício da Agência Nacional de Águas, que foi encaminhado no dia 22 de janeiro de 2016, também pela ANA, outra observação que faz é que a

carta do SAE/São Paulo, o cronograma para recolocação das áreas urbanas de Jaci-Paraná também faz referência às áreas rurais que não foram objeto do Ofício nº 390 de 2015 e que podem ter impactado na ampliação do cronograma proposta do SAE.

Então, a ANA, Deputado Lazinho, está cobrando, já cobrou agora de novo, dizendo que não apresentaram esses estudos ainda para saber o que é que vai atingir. Então, lamentavelmente, um Projeto se manda para esta Casa sem saber, inclusive, as compensações querendo aprovar sem as compensações que com certeza, se na primeira etapa teve, as compensações foram calculadas já no leilão, já foi calculado um valor, os últimos oitentas centímetros Deputado Maurão, vai ser atingido muito mais, o impacto ambiental é muito maior do que os anteriores, e a questão de questionar dizer que Rondônia e Acre, sem essas seis usinas pode ter falta de energia, que essas seis turbinas vão vir favorecer Rondônia e Acre, é mentira. Nós pedimos uma audiência na Eletrobras e os técnicos se juntaram e deram todas as explicações que tecnicamente esse sistema já está energizado tanto pode ser com essas seis usinas, como pode ser com as outras quarenta e quatro, é tudo mentira essa propaganda enganosa. Inclusive Deputado Maurão, eu gostaria que a Assembleia analisasse bem juridicamente para ver o que pode ser feito, porque eles estão fazendo isso para colocar, para que a gente não cobre o que esses garimpeiros estão cobrando hoje, para que a gente não cobre a execução daquilo que eles tinham que fazer, para que a gente aprove em toque de caixa esse Projeto. Então, estão pagando uma mídia paga, estão usando a mídia falada e escrita para poder enganar a população, falar uma mentira, isso é grave, nós não podemos admitir essas pessoas que vem em Rondônia, para ganhar dinheiro, para sugar só para levar embora querendo vender para um grupo chinês para poder deixar o abacaxi aqui para nós. Todos os impactos ambientais normalmente, a gente fica com ônus e o bônus, aqui nós estamos só ficando com o ônus e não com o bônus. Então, a nossa preocupação é muito grande, e eu espero, eu tenho certeza que esta Casa, não vai aprovar esse Projeto até que a gente consiga ter todas as explicações, as compensações que já foram feitas, aquelas que não foram feitas e se vale a pena aumentar para ter tanto dano ambiental, para perturbar tanto a população de Rondônia. Essas são as minhas palavras, muito obrigado.

(Às 16h06min o senhor Lazinho da Fetagro passou a Presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Com a palavra o Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado Deputado Hermínio, cumprimentar a todos os senhores e senhoras Deputadas, nossos colaboradores desta Casa, a imprensa local, cumprimentar e agradecer a presença de todo público presente, os nossos garimpeiros, toda a comunidade que vive desse trabalho digno e que tem que ser respeitado no nosso Estado. Parabenizá-lo já Deputado Hermínio pela iniciativa de propor essa mudança nessa legislação aqui para beneficiar esse público, e essa comunidade que trabalha e que só tem que enri-

quecer o Estado de Rondônia. Quero destacar aqui um trabalho feito pela APAE de Jaru, que foi colocar no seu interior, no seu trabalho a Escola Preciso de Carinho, essa escola está completando hoje vinte anos, ela foi fundada em 10.09 de 1986, é isso vinte anos, trinta anos, vinte ou trinta? Trinta anos. Então, é uma escola que trabalha dentro da APAE para educação especial dos alunos com necessidades especiais, trabalha e educa essas crianças com fonoaudiólogos especiais, com fisioterapeutas especiais, trabalham com artes, com educação formal. E desde a fundação quando da época lá em 1986, teve a Presidência da Senhora Alzira Coelho Baratela, esposa do então Prefeito Leonildo Baratela, aquela época dos anos 80 e desde então, vem trabalhando no município com a formação educacional estimulando em várias frentes de ação essas crianças, jovens, oficina que prepara o trabalho. Então, é uma escola multidisciplinar com a capacidade muito grande de poder fazer com que essas crianças se integrem literalmente dentro do meio social. E parabenizar com muito carinho hoje a Presidente a senhora Eliana, professora Eliana, senhora Eliana, e parabenizar também o Presidente da APAE de Jaru, senhor Everaldo José Santana, amigo nosso, parceiro, empresário do município que tem feito um grande trabalho naquele município. Então, eu venho aqui neste momento depois eu vou usar a tribuna no meu tempo regimental para poder falar de um tema muito importante, mas nesse momento parabenizar a Escola da APAE de Jaru, a APAE de Jaru, assim como todas as APAEs essas escolas e essas atividades envolvidas em todo Estado de Rondônia. Ji-Paraná é fantástico o que a APAE de Ji-Paraná faz; Ariquemes; aqui em Porto Velho. Então, são profissionais que estão envolvidos com essas pessoas que precisam ter um carinho especial, tem que ter um trabalho especial para integrá-las ao seio completo da nossa sociedade sem discriminação, com respeito e com carinho de toda forma. Era isso que eu tenho senhor Presidente, pela oportunidade.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Deputado Lazinho.

Com a palavra o Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Senhores Pares, cidadãos que nos visitam nestatarde. Primeiramente eu quero aqui só reforçar o discurso de Vossa Excelência, Deputado Follador, em relação às usinas. Eu já me posicionei extremamente contrário a favorecer mais uma vez esse consórcio dessas usinas que nada de bom trouxe ao Estado de Rondônia. Mas quando a gente pensa que eles prejudicaram a nossa Capital Porto Velho, prejudicaram o nosso Estado de Rondônia, prejudicaram os pescadores, prejudicaram os ribeirinhos. Inclusive, roubaram os nossos sonhos de dias melhores, aí eu me deparo com mais uma grande categoria, que também esse consórcio prejudicou que são vocês, os garimpeiros. Então contem com o nosso apoio, e pode ter a grande certeza, podem ter a grande certeza que lá no passado, Deputado Ribamar, Vossa Excelência que é um defensor ferrenho da Capital Porto Velho, dessa maravilhosa cidade. Lá no passado esse mesmo consórcio das usinas Deputada Lúcia Tereza, veio aqui apresentou diversos slides, filmes aqui, como se a gente quando assistisse é como se a gente estivesse se aproximando do paraíso. Mas era o engodo uma mentira uma enganação. E se não bastasse, pen-

sávamos nós, Deputado Hermínio Coelho e Deputado Ezequiel, Deputado Ezequiel Júnior, que também na sua cidade de Machadinho está para receber a implantação de uma usina, a usina Tabajara. Abra a olho, Deputado. Já falei isso lá, já falei aqui por diversas vezes na Tribuna. E como se a gente pensasse que já tivesse vencido aquela era das mentiras implantadas por este consórcio, eles nos vêm com mais uma. Na semana passada o Deputado Jesuíno Boabaid apresentou vídeo institucional do consórcio das usinas do Madeira, principalmente Santo Antônio, e ali eles evidenciaram com muita clareza, Deputado Aécio da TV, com muita clareza, que a energia das novas turbinas que estão para ser autorizada a sua geração através de um projeto de lei que toma assento aqui nesta Casa, que está para ser aprovado ou não, eles vieram aqui com vídeo e falaram que esta usina, destas turbinas seriam exclusivamente para uso do Estado de Rondônia e para uso do Estado do Acre. Inclusive colocaram aqui uma ilustração das pessoas andando nas ruas, e as luzes se acendendo no Estado de Rondônia. As pessoas do Estado do Acre andando pelas ruas e aonde iam passando os caminhos ficavam claros pela geração de energia. As casas que estavam na escuridão estariam recebendo energia, tanto de Rondônia quanto do Acre. E, aí, deputado Follador, Vossa Excelência com a sua visão de responsabilidade visitou, visitou a usina e descobriu que é mais uma mentira, mais uma enganação, porque não tem nada de geração direta de energia para Rondônia e para o Acre. Basta! Basta! Essas usinas trazerem prejuízo e desgraça para o nosso Estado de Rondônia. Por isso a minha posição é contra este projeto, nós não podemos aceitar, punir um garimpeiro porque ele está atraindo ouro, punir o agricultor porque muitas vezes está fazendo um tanque de peixe sem uma autorização da SEDAM ou do IBAMA para o seu próprio sustento familiar e a autorizar o alagamento de três Parques Ecológicos do nosso Estado. Somos contra, não aceitamos e essa será a nossa posição, a mesma de ontem, a de hoje também e a de amanhã, porque nós temos é chegada a hora de nós defendermos de fato o nosso Estado de Rondônia.

Então assim eu deixo este registro em relação as usinas e me atenho ao que me traz a essa Tribuna. Eu quero dizer que uma empresa, quando a gente institui uma empresa em qualquer cidade, qualquer Estado, no nosso país é muito difícil que essa empresa dure por muitos anos porque as dificuldades são grandes. Eu quero registrar uma empresa que se consolidou nos seus 36 anos de história, 36 anos de história, que é a tribuna Popular, meio de comunicação do empresário Perin, fundada há 36 anos lá na cidade de Cacoal, é por isso que nós queremos parabenizar essa empresa pelos seus 36 anos de fundação peço seu proprietário, e também dizer que estamos na torcida que ela continue se consolidando, prosperando para levar acima de tudo a notícia para a população do Estado de Rondônia. Então parabéns a Tribuna Popular do empresário Perin pelos seus 36 anos de fundação. Muito obrigado, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado deputado Luizinho. Eu quero aqui agradecer a presença de todos os trabalhadores e família dos trabalhadores que trabalham com garimpo, todas as cooperativas, sejam bem-vindos, daqui a pouco nós vamos estar discutindo o projeto de vocês, que é de

interesse de vocês, que infelizmente o Estado que deveria fazer não resolveu e se Deus quiser a Assembleia Legislativa agora vai resolver. Eu espero que a partir de hoje aprovando esta legislação, esta nova legislação para vocês para que vocês venham poder trabalhar em paz com dignidade gerando riqueza tanto para vocês quanto para o Estado de Rondônia e para o município de Porto Velho. Mas uma notícia que não é tão boa para vocês, nós vamos votar o projeto de vocês por último para vocês ficarem aí até o final da sessão. Porque aqui sempre quando a gente vota o projeto dos companheiros, dos segmentos que é beneficiado abandonam e deixam a gente aqui falando sozinho. Mas nós não vamos deixar por último não, mas vamos ainda debater muitas coisas aqui, fiquem à vontade. Pedir para o pessoal atender com água, cafezinho os trabalhadores e vamos fazer festa, se Deus quiser a partir de hoje vocês vão poder trabalhar com dignidade. Eu quero aqui cumprimentar o nosso companheiro Roque que é Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, obrigado Roque pela luta e pelo trabalho em defesa dos trabalhadores tanto do Judiciário como de outras categorias, também do Marcelo Henrique de Lima Borges, Diretor-Presidente da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia, obrigado pela presença, seja bem-vindo a nossa Casa.

O próximo orador Deputado Ezequiel Junior, lá do município de Machadinho d'Oeste, que representa muito bem Machadinho e sua região.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Obrigado, Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, público mais uma vez aqui nas galerias, povo que nos assiste através da TV Ale pela rede mundial de computadores. Venho falar hoje aqui do resultado de uma reunião que eu tive a satisfação de participar na manhã de ontem no Palácio do Governo, no gabinete do Governador, reunião essa que contou com a presença do Presidente Nacional do INCRA Leonardo Góes, o Governador do Estado estava presente, vários Secretários de Estado, Superintendente do INCRA, o Brito, e diversas outras lideranças aqui do nosso Estado, e o Presidente do INCRA veio no nosso Estado para conhecer das autoridades aqui a realidade da situação fundiária aqui do nosso Estado. Eu tive oportunidade de na minha fala relatar os conflitos e as necessidades de regularização fundiária na região em que represento e que tenho a minha base Machadinho d'Oeste e Cujubim. Fiquei feliz em ouvir do presidente na reunião que até o final do ano que vem o INCRA estará emitindo cerca de 250 mil títulos definitivos de propriedade. Para Rondônia o plano, o projeto, a meta é atender, emitir até o final do ano que vem 34 mil títulos definitivos, o que representa pouco mais de 1/3 das propriedades que precisam do título definitivo aqui no Estado, hoje é em torno de 90 mil propriedades estão ainda sem o título definitivo em Rondônia. Hoje no nosso Estado nós temos mais de 100 áreas ocupadas, 147 mandados de reintegração de posse estão sendo discutidos aqui em nosso Estado. Na minha região nós temos duas necessidades. Em Machadinho, pessoas que ali estão, Vale do Anari, Cujubim, pessoas que estão há 20, 25 anos em cima de suas propriedades e não têm ainda o documento da terra. Outra preocupação, outro problema que nós vemos no campo lá, são as possibilidades de conflito, principalmente na região de Cujubim. Pessoas ligadas à Liga dos Camponeses Pobres de

Rondônia, estão ocupando uma propriedade lá no município de Cujubim e o risco de conflito ali é iminente. Então tive a oportunidade, nessa reunião, durante a minha fala, de passar todo esse cenário daquela região para o Presidente Nacional do Incra. Hoje o Incra, há cerca de dois meses, aqui no Estado, está no comando do Brito, pessoa que eu vejo que tem todas as qualificações, tem competência para ajudar nesse processo. Agora, o Brito trabalhando com o Incra, que é o órgão da União mais sucateado hoje, da Federação, sozinho não vai conseguir. Sozinho com essa equipe do Incra não vai conseguir. Enquanto o Programa Terra Legal não estiver trabalhando em harmonia com o Incra, dentro do Incra, daqui 10, 20 anos nós vamos estar falando a mesma coisa aqui. Daqui 10, 20 anos, parece uma novela mexicana, esse assunto não vai terminar. Parece até que o Programa Terra Legal, e isso eu falei ontem na reunião, ele foi criado com o objetivo de ser um concorrente, na reforma agrária, do Incra. Tanto que ele funciona, Deputado Airton, dentro do SIPAM, que é um órgão que nem todos os cidadãos têm acesso que é de segurança nacional. Então, tudo isso eu tive oportunidade de relatar ontem, de passar essas dificuldades para o Presidente Nacional do Incra. E ele anunciou também investimentos. E ontem ele veio aqui para dizer também, aos agricultores de Rondônia, que já estão prontos para serem emitidos desde ontem, três mil títulos. Lá no meu município, Machadinho d'Oeste, falaram que eram três mil títulos só para Machadinho. Fui em busca de informação com o Superintendente e ele negou. Disse que desses três mil, aproximadamente 600 são para atender propriedades do município de Machadinho. Mas são números que nos animam e eu espero que essa novela da regularização fundiária termine logo, porque nós teremos duas histórias de Rondônia para contar, uma antes da titulação de terras e outra depois. Porque com título definitivo, com documento da sua terra, Deputado Lázinho, o nosso produtor rural, o nosso parceiro vai poder chegar a um Banco e ter acesso a diversas linhas de crédito, a diversos financiamentos. Na minha região, em Cujubim, por exemplo, muitas pessoas estão há 10, 12 anos em assentamentos como o Galo Velho, por exemplo, sem energia. Estivemos no Programa Luz para Todos aqui em Porto Velho, com a comitiva de agricultores e nos foi informado que sem o documento do Incra não tem como o Programa atender os agricultores. Então é muita coisa ligada, Deputada Lúcia Tereza, a essa questão da titulação das terras aqui no nosso município. Eu espero que tudo o que o Presidente nacional do Incra firmou de compromisso ontem, tudo que ele falou, que seja cumprido com as autoridades e com o povo do Estado de Rondônia, porque essa novela tem que acabar. Era o que eu tinha para o dia de hoje, Presidente.

O SR. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero parabenizar, Deputado Ezequiel, por trazer esse assunto tão importante e com certeza essa violência que está no Estado de Rondônia, principalmente na área rural, é ligada à regularização fundiária. Não é só o desenvolvimento do Estado, não é só uma maneira de você regularizar o agricultor para ele buscar o financiamento,

progredir na vida, mas também é motivo de acabar com a violência no campo. A responsabilidade hoje da violência no campo, hoje, é da falta de documento, é a falta de regularização. Pessoas que estão lá mais de 20 anos, 25 anos e não tem seu documento e depois de 18, 20 anos eles são perturbados lá. Aí, cria uma expectativa do pessoal que quer terra, dizendo que vão tomar terra do outro. Aí você joga um contra o outro; um não tem culpa, outro também não tem, mas acaba tendo conflito. E olha quantas pessoas já morreram e quantos conflitos, quantos prejuízos. Então, isso é a pior política que existe, colocando um contra o outro. E a culpa é do governo que não regulariza. É dizer: você tem direito, dá o documento. Você não tem direito, não deixa entrar. Então deixa aí 20 anos para depois falar que não pode entrar lá, que essa terra não é dele. Ele investiu a vida dele, dos filhos. Então, parabenizar o Deputado Ezequiel por trazer esse assunto e tomara que o Incra tire o pé do chão, que o Terra Legal que foi criado também porque disse que o Incra era inoperante, mas o Terra Legal que é mais inoperante ainda...

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Trava o Incra...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Trava o Incra e criou para criar dificuldade para o outro. Então com certeza tem que se unir e o objetivo é um só regularizar que ninguém aguenta Rondônia. Se regularizar as terras que tem já estão assentadas, que ninguém vai desmatar nada não, é aquilo que já está concreto, já está feito, regularizar esse povo para trabalhar ninguém aguenta, Rondônia explode, já está bom em nível de Brasil vai estar muito melhor. Obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Concorde e encerro o meu pronunciamento nesta tarde cumprimentando um cidadão pioneiro de Machadinho d'Oeste que está me acompanhando aqui esta semana a meu convite, meu amigo José Dilson Brandão, popular Zelão, que está nos visitando hoje, amigo e eleitor, pioneiro de Machadinho, são 30 anos naquele município. Obrigado José Dilson pela sua companhia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Com a palavra o Deputado Lazinho, por 20 minutos meu companheiro, com apurtes.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado Nobre Deputado, Presidente Hermínio. Senhoras e senhores eu queria hoje aproveitar, usar a Tribuna para salientar, para levantar aqui uma demanda em sequência à questão de regularização de terras no Estado que é a questão ambiental no Estado. Uma questão ambiental que quando a gente trata assim ao grosso modo vai se falar: “bom, vamos começar a discutir agora, aquilo que está emperrando o desenvolvimento do Estado que é a questão ambiental”. Muito pelo contrário, naquilo que vou dizer. Mas, antes, só lembrar aqui ao Deputado Ezequiel que hoje Deputado Ezequiel o INCRA tem possibilidade nos próximos quatro anos de entregar no Estado de Rondônia mais de 30 mil títulos, 34 mil só no Estado de Rondônia. É justamente dado ao Programa Terra Legal que tratou da parte mais grossa da legalização que é o georreferenciamento dessas áreas. Então, eu tenho acompanhado e aí não chegou ao ponto de a entrega

dos títulos dado a burocracia, dado todas as condições que agora passa a ser feito, porque o georreferenciamento, por exemplo, na 429 toda aquela região está georreferenciado nas suas glebas, Machadinho a mesma coisa. Lá no Cone Sul a parte de Corumbiara também georreferenciado, isso aí facilita hoje para a entrega e a confecção da documentação. Então é um processo que, eu acredito, não sou sonhador de que é num estalo de dedo que nós vamos estar com tudo documentado, porém eu tenho certeza que nos próximos cinco anos nós vamos ter, praticamente zerado esse problema de documentos de terra no Estado de Rondônia e se seguir a programação do Governo com relação a isso. Mas, tratando aqui da questão ambiental eu estava lendo algumas matérias com relação ao desmatamento, com relação ainda a queima de mata, a queima de propriedade no Estado e levantando os dados do histórico de luta nosso com relação a essa questão da reserva na propriedade, das áreas de APP na propriedade. E desde que eu me conheço por militante do Movimento Sindical a gente vinha questionando até a forma de entrega de terras nesse Estado e a forma como foi imposta, a partir dos anos 90 ao Estado de Rondônia e a região Amazônica a obrigatoriedade de preservação de 80% da área das propriedades. Quando começou a trabalhar o Estado de Rondônia a integrar para não entregar nos anos 70 entregava-se o título da terra e embaixo do título estava escrito que só podia derrubar 50%, porém, a prática do Governo, a prática do INCRA, a prática dos próprios funcionários que dizia quando entregavam a terra dizia muito antes de entregar o título, dizia: “essa propriedade se você derrubar é sua e você vai ter outra terra, inclusive”. Porque o título veio muitas vezes Deputada Lúcia, muito depois das propriedades já estarem todas elas abertas, 10, 15, 20 anos depois. Então, esses produtores já foram penalizados com isso, quando foi nos anos 90 que veio a discussão do Banco Mundial na Amazônia e principalmente em Rondônia 80% do Estado de Rondônia na minha visão foi vendido ao compromisso com o banco da Amazônia, na época Vossa Excelência era Deputado, o Deputado, outros Deputados que passaram por aqui e nós discutíamos lá no Movimento Sindical de que a preservação da forma como estava se pondo não seria condicional para poder a propriedade realmente, a família viver realmente em cima da propriedade porque a cultura de desenvolvimento e a cultura modelo de agricultura empregada àqueles agricultores não era o de preservação, era de derrubar, e aonde começa na minha visão a injustiça. Começa quando você trata da mesma forma os desiguais. Quando você trata a grande e a pequena propriedade da mesma forma. Uma coisa é você preservar 80% de uma propriedade que tem dois mil hectares, eu estou falando aqui de propriedade de dois mil, nós temos de trinta mil, nós temos de quarenta mil, nós temos de cinco mil, nós temos de dez mil. Então, você tratar uma propriedade de dez mil hectares da mesma forma que uma propriedade de vinte ou de dez hectares é injusto, é injusto porque a família que está em cima de dez hectares pode ter três, quatro ou cinco filhos e pode ter um filho só, é o proprietário que tem a grande área também tem a sua família. Então, o que nós pregávamos naquela época que primeira coisa, o produtor pequeno e grande tinha que ser tratado diferente no que se refere a sua reserva legal, a sua área de preservação. Segundo que nós pregamos e continuamos debatendo, que todo produtor que cum-

pre legalmente a sua função na questão ambiental, que a sua propriedade seja regularmente tratada na questão ambiental, seja legal perante a Lei, esse produtor seja ele grande ou pequeno, ele tem que receber por isso, porque não dá para nós vivermos no Estado de Rondônia, um Estado essencialmente agrícola e sendo cobrado por quem mora em São Paulo, comendo bife do boi ou o leite que nós produzimos aqui no Estado, cobrando de nós a preservação sendo que essa propriedade para produzir tem que ter desmatamento, tem que desmatar. E eu duvido que vá diminuir o desmatamento no Estado de Rondônia, e no Brasil de uma forma geral, no Amazonas, na Região Amazônica principalmente, se esse produtor não tiver algum benefício para poder preservar aquilo lá, se os ribeirinhos, se o extrativista, se o indígena, se o produtor não está recebendo nada para preservar, porque a nossa, a nossa economia, ela é capitalista e o que manda infelizmente é o dinheiro, se não tiver renda, não fica, não sobrevive, não vende, não produz. Esse produtor que tem que preservar a sua pequena reserva ou a sua grande reserva, ele tem que cuidar dela, ele ainda paga o ITR por ela, ele paga o imposto para preservar, ele tem que fazer acero para não queimar, ele tem que tomar conta para pessoas não entrar e não roubar madeira, e ninguém, ninguém em sã consciência vai fazer isso de graça, embora a gente saiba e tenho na minha concepção a importância que é a gente preservar e respeitar a questão ambiental, respeitar as nossas nascentes, respeitar as nossas margens de rio, respeitar as nossas reservas, eu tenho consciência de que isso é preciso ser feito, mas eu também tenho a consciência que o produtor, ele tem que ter alguma compensação para que ele possa fazer dessa forma. E para isso, eu estou terminando agora com a equipe de trabalho, inclusive com a participação da SEDAM, estarei apresentando por esses dias um anteprojeto nesta Casa, para ser amadurecido e tratado junto ao Governo do Estado, que nós estamos chamando de compensação por serviços ambientais, nós não podemos esperar que Brasília defina isso lá, nós temos que ter o nosso Estado, nós temos que ter a nossa legislação, recurso e formas de compensação, nós temos de várias fontes, nós temos organismos internacional que tem perfeitamente interesse em investir na Amazônia, em investir na questão da preservação na Região Amazônica e no Estado de Rondônia, nós temos fonte de recurso no Estado que a gente pode trabalhar com relação a isso, nós temos as usinas que agora mesmo o debate está aqui em cima disso e nós estamos sendo questionado por ter segurado o Projeto de aumento de cota, porque essa Casa, agora tem a responsabilidade e está tendo com os nobres pares de visualizar o problema que nós vamos ter com mais esse aumento de cota. Então, se todo mundo quer vir aqui no Estado de Rondônia, construir as usinas degradar milhares e milhares de hectares de terra, deixar famílias, várias e várias famílias desabrigadas, trazer problemas ambientais para o Estado, trazer problema de saúde, essas pessoas, essas empresas também tem a obrigação de contribuir com quem ajuda a preservar. Então, esse Projeto tem o cunho de fazer esse debate, de nossa parte, nós não podemos apresentar um Projeto de Lei, nós temos que apresentar um anteprojeto e estamos concluindo essa primeira fase do anteprojeto desde julho do ano passado está sendo trabalhado, porque ele é muito complexo, não é fácil para você ter uma legislação deste porte, porque não é uma simples experiência, não é uma simples experiência de criar alguns polos demonstrativos como tem no Estado de Minas, como já tem em outras regiões, como tem no Acre, como

tem no Mato Grosso, é criar um Projeto modelo para o nosso Estado, que possa beneficiar e fortalecer e valorizar a questão ambiental partido das famílias que vivem em cima da terra. Então, é por isso que nós temos esse cuidado, não dá para nós aceitarmos aqui que todo mundo vem para Rondônia tira o que nós temos, vai embora e sobra para nós os problemas. Não dá para a gente aceitar isso. Nós temos inúmeros problemas que é perfeitamente possível de serem solucionados. É perfeitamente possível de nós em comunhão com a sociedade, com o empresariado com organismos internacionais, com o Governo Federal, poder discutir e construir aqui dentro do nosso Estado, porque nós temos consciência da importância que é a questão ambiental. Agora é muito fácil a gente ver na Rede Globo de Televisão, Deputado Hermínio, uma atriz chamada Christiane Torloni, não precisa escrever o nome dela não, na matéria, não põe não. Mas ela bota um salto de 15 centímetros e vem falar de questão ambiental e nunca pisou na terra, e não sabe o que é viver lá no mato, não sabe o que é plantar um pé de café, não sabe o que é tirar um litro de leite de manhã cedo. E vem dizer que nós estamos degradando e acabando com a Amazônia, e acabando com o Estado e Rondônia. Então é muito revoltante. Eu me lembro muito bem que nós encaminhamos uma proposta de diferenciar a Reserva Legal por propriedade ao Congresso Nacional na época ainda que eu era Presidente da FETAGRO, na formulação do Código Florestal também foi colocado isso. Mas, infelizmente, nós estamos no mesmo patamar. Você quer que uma família que é acostumada a viver convencionalmente como modelo de produção ter uma produção convencional, quer que essa família viva ou sobreviva três, quatro, cinco pessoas em cima de dois alqueires de terra. O INCRA assentar uma família em cima de 10 alqueires e dizer: vocês só podem derrubar dois alqueires. Ou, fazer igual foi feito aqui no PAF Jequitibá, achar que vai pegar, que a ideia do Programa do PAF Jequitibá foi excelente. Programa de Assentamento Florestal. Você vai trabalhar você vai receber 100 hectares, 90 você vai preservar, 10 você vai poder derrubar, mas você não vai poder criar grandes animais, você só vai, não vai poder plantar e aí pega uma família que não tem o perfil e joga m cima desta terra e quer exigir dela que ela faça aquilo que ela não aprendeu fazer. Não vai sobreviver. Então eu tenho, tinha que colocar, tinha que colocar isso aqui, peço já para os nobres pares a hora que a gente apresentar esse primeiro esboço a gente possa discutir isso na Comissão de Meio Ambiente, nas outras Comissões, em todos os setores para que a gente construa junto com o Governo um Projeto definitivo de compensação por serviço ambiental. Eu acho que aquela propriedade que tem o perfil, que tem a sua legislação sendo cumprida através da legalidade na questão ambiental, esse proprietário ele tem que ser remunerado. Não dá para fazer isso de graça, nem para quem mora nos Estados Unidos e nem para quem mora em São Paulo, no Paraná e nem para quem mora em outros Estados querendo que nós paguemos, possamos pagar aquilo que eles não fizeram no passado. A pessoa mora lá em São Paulo, no Rio de Janeiro em uma área e APP que vem bater em nós aqui no Amazonas, aqui em Rondônia. Mora lá dentro do rio Tietê, joga o esgoto dentro do rio Tietê e vem reclamar de nós aqui. Eles querem isso, querem um ambiente limpo, querem o Meio Ambiente preservado, pois que faça aqui para nós e nos pague, porque nós também somos gente, precisamos de dinheiro, ninguém vive sem a remuneração, ninguém

vive sem salário. Em uma audiência em São Paulo, ainda na discussão do Código Florestal, uma Promotora ela veio cobrar de que nós tínhamos que cumprir a Lei aqui. Era 80% e tinha que ser 80%. E eu perguntei para ela, Deputado Aírton, se ele pegaria 80% do salário dela e colocaria no Meio Ambiente. Ela me respondeu que o assunto não era esse. Eu disse: é esse, Doutora. Porque lá aquele Produtor já derrubou os 100% da sua propriedade. Se ele tiver que recuperar os 80% como a senhora está falando vai tirar 80% da renda dele. Agora se todos os trabalhadores urbanos abrirem mão, se os nossos colegas aqui na Assembleia, abrir mão de 80% do salário, é isso? Se a senhora abrir mão do salário da senhora, não é isso? Aí nós vamos ver como os produtores também para fazer a parte deles. Então eu acho que é uma coisa que é muito séria isso, não está contendo o desmatamento no Estado. Não está conseguindo conter a invasão das Reservas. Não está conseguindo conter a invasão nas Reservas Indígenas. Por quê? Porque acha que vai fazer isso a bel prazer, somente pelo amor. Em um país Capitalista onde o dinheiro precisa não vai acontecer, não vai acontecer. Então eu quero salientar aos nobres Pares que nós vamos estar com certeza apresentando mais rápido possível esse projeto.

E para concluir, lembrar aqui de um problema que está acontecendo aqui em Porto Velho em uma indústria chamada IMMA. Eu acho que o Deputado Adelino conhece até mais do que eu, o Deputado Hermínio, os deputados aqui de Porto Velho. Eu conheço de passagem. Ela é instalada ali quase em frente ao hospital Santa Marcelina e essa empresa acaba de demitir 280 funcionários, ela de forma dizendo que não tem condições de manter, que a crise pegou e vai ter que demitir e agora o movimento, o sindicato ligado a área, a Central Única dos Trabalhadores estão junto com o Ministério Público negociando uma forma de adequar para não precisar demitir. Eu estava vendo uma reportagem esses dias na Voz do Brasil, inclusive, que eu ainda ouço a Voz do Brasil porque na minha visão é o espaço de repórter mais educativo que tem no Brasil é a Voz do Brasil ainda porque os outros infelizmente não tem, eu ainda ouço e eles estavam falando de empresas que criaram instrumentos legais em parceria com os empregados para não precisar mandar embora para resistir a crise, e essa empresa está sendo agora chamada para poder fazer essa discussão e tentar num acordo retomar os trabalhos e retomar o emprego dessas 280 pessoas que acabaram desempregadas. É importante para o Estado, peço encarecidamente que o proprietário da IMMA possa aderir a esse novo modelo, discutir, conversar, você pode ter exemplo de redução de jornada de trabalho com redução de salário como foi o caso de algumas empresas no Estado de São Paulo fez isso, em outros países também se fazem isso, tentar reduzir e manter porque no atual momento é melhor você ter o básico do que não ter nada para poder comer e estar desempregado. Então, eu venho aqui pedir encarecidamente para que o Ministério Público, para que a empresa possa sentar e rediscutir essa questão das demissões. Era isso, senhor Presidente, obrigado pela oportunidade, obrigado aos nossos companheiros por nos acompanhar.

(Às 16h47min o senhor Hermínio Coelho passou a Presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. O Deputado está ausente, encerrado o Grande Expediente. Passamos as Comunicações de Lideranças, com a palavra Deputado Laerte Gomes. O deputado está ausente. Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura das proposições recebidas.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Procede a leitura das proposições recebidas:

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA MESA DIRETORA. Homologa o Termo de Compromisso da Mesa de Negociação Política da Irmandade Rondonia - Beni;

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO e DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Dispõe sobre a liberação de licença para a atividade garimpeira no rio Madeira no trecho que qualifica, e dá outras providências;

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Altera o dispositivo do Decreto Legislativo nº 591, de 20.05.2015;

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Institui o Setembro Verde, mês de doação de órgãos no Estado de Rondônia;

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede título honorífico de Honra ao Mérito a Sra. Sônia Duarte de Souza Bragado, por ter prestado relevantes serviços ao Corpo de Bombeiro Mirim no município de Guajará-Mirim;

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede título honorífico de Honra ao Mérito ao 2º TEN BM Newton Barroso Paz, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de Bombeiro Militar e Corpo de Bombeiro Mirim no município de Guajará-Mirim;

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede título honorífico de Honra ao Mérito ao 2º SGT BM Livaldo Barroso Medeiros, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de Bombeiros Militar e ao Corpo de Bombeiro Mirim, no município de Guajará-Mirim;

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede título honorífico de Honra ao Mérito ao 1º SGT Josimar Ribeiro Bragado, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de Bombeiros Militar e ao Corpo de Bombeiro Mirim, no município de Guajará-Mirim;

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer que seja encaminhado Voto de Louvor para a empresa Ciclo Cairú pelo importante apoio que vem exercendo junto ao evento do Bike Trilha, realizado todos os anos no município de Guajará-Mirim;

– PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Susta os efeitos do Decreto Governamental nº 5197, de 29 de julho de 1991.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Altera dispositivo do Regimento Interno.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Altera dispositivo do Regimento Interno.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Título Honorífico de Honra ao Mérito ao 1º SGT BM Salvador Santos Silva Júnior, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de bombeiros Militar e Bombeiro Mirim no município de Guajará-Mirim.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ALEX REDANO. Fica vedado a FHEMERON – Fundação Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia, qualquer cobrança no fornecimento de bolsas de sangue aos hospitais públicos ou privados do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR. Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas e postos de saúde da rede pública e privada a divulgarem a Lei Federal nº 13.301/2016, a qual assegura o direito a prestação continuada temporário à criança vítima de microcefalia e aumenta para 180 dias a licença maternidade.

- REQUERIMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR PERMANENTE DESTINADA A VIABILIZAR SOLUÇÕES AOS DESABRIGADOS DAS ENCHENTES DO RIO MADEIRA. Requer à Mesa Diretora, a realização de Audiência Pública, no dia 31 d/08/2016, às 15 horas, para discutir sobre o PLC nº 102/16, de autoria do Poder Executivo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 08 de setembro de 2016, às 15:00 horas, no Plenário desta Casa de Leis, com o objetivo de discutir e analisar sobre o Projeto de Lei Complementar nº 107, de 08 de agosto de 2016, que dispõe sobre a alteração do Quadro de Cargos de Direção Superior de Órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor para o SD PM Gilmar Magalhães Lopes, pelo ato de bravura ao salvar cadeirante com deficiência fonoauditiva, no incêndio ocorrido na noite do dia 03 de agosto de 2016, no município de Vilhena, interior do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora a retirada de tramitação do Projeto de Resolução 061/2016, que acrescenta dispositivo ao Regimento Interno.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora a retirada de tramitação do Projeto de Resolução nº 076/2016, que acrescenta dispositivo ao Regimento Interno.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Requer informações sobre Projetos de Expansão no fornecimento de água na zona Sul de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia, cópia de estudos realizados sobre a elevação do rio Madeira.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Consórcio Santo Antônio Energia, relatório referente às compensações para o município de Porto Velho – RO, com valores, o que já foi executado e o que falta executar.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado do SENGE – Sindicato dos Engenheiros do Estado de Rondônia, cópia de estudos realizados sobre a elevação do rio Madeira.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado do IBAMA, cópia das audiências públicas realizadas nos dias 12/08/2016 no distrito de Jaci-Paraná e 13/08/2016 no município de Porto Velho, que tratou da elevação do rio Madeira.

- REQUERIMENTO DE DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR. Requer à Mesa Diretora, Voto de Louvor ao Procurador da República Dr. Reginaldo Pereira Trindade, por sua atuação em defesa dos direitos dos índios CintaLarga.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA. Indica ao Excelentíssimo Senhor governador do Estado de Rondônia, que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagens – DER, sobre a necessidade de recuperação da RO-208, que liga o município de São Felipe do Oeste ao município de Parecis/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS. Indica ao Governo do Estado de Rondônia que por meio do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia – DER, da necessidade de construção urgente de 02 (duas) lombadas no KM 13, nas proximidades da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, na Rodovia 473, que liga o município de Urupá ao município de Alvorada d'Oeste.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Senhor Governador do Estado, juntamente com o Diretor do DER, sobre a necessidade de construção de 01 (uma) ponte sobre o rio São Domingos que está localizada na Linha 58, com 50 mts de extensão, no distrito de São Domingos do Guaporé, no município de Costa Marques.

- MENSAGEM Nº 162, DE 23 DE AGOSTO DE 2016. Projeto de Emenda Constitucional que altera a redação e revoga dispositivo da Constituição do Estado de Rondônia.

Lida as matérias, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lida as matérias recebidas. Solicito ao senhor Secretário proceder a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR. Requer a Mesa Diretora que seja realizada Sessão Solene no dia 12 de Setembro de 2016, às 15h00, para outorga de Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Giocondo Vale.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Ilustre Deputado Ezequiel Junior. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente. Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR PERMANENTE DESTINADA A VIABILIZAR SOLUÇÕES AOS DESABRIGADOS DAS ENCHENTES DO RIO MADEIRA. Requer à Mesa Diretora, a realização de Audiência Pública no dia 31/08/16, às 15horas, para discutir sobre a PLC nº 102/16 de autoria do Poder Executivo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento ora lido em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente. Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer, seja encaminhado Voto de Louvor para a Empresa “Ciclo Cairú”, pelo importante apoio que vem exercendo junto ao Evento Bike Trilha, realizado todos os anos no município de Guajará-Mirim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento de autoria do Ilustre Deputado Dr. Neidson. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente. Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor, para o SD PM Gilmar Magalhães Lopes, pelo ato de bravura, ao salvar cadeirante com deficiência fonoauditiva, do incêndio ocorrido no dia 03 de agosto de 2016, no município de Vilhena, interior do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento de autoria do Ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente. Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 08 de setembro de 2016, às 15h00, no Plenário desta Casa de Leis, com o objetivo de discutir e analisar sobre o Projeto de Lei Complementar nº 107 de 08 de agosto de 2016, que dispõe sobre a alteração do Quadro de Cargos de Direção Superior de Órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente. Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR. Requer à Mesa Diretora, Voto de Louvor ao Procurador da República, Dr. Reginaldo Pereira Trindade, por sua atuação em defesa dos direitos dos índios CintaLarga.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento de autoria do Ilustre Deputado Ezequiel Junior. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Quero convidar os Deputados que venham ao Plenário para que possamos iniciar a votação e tem alguns Projetos com votação nominal. Solicito a presença dos Deputados que estiverem nos gabinetes e na galeria da Casa, por favor, que venham ao Plenário para iniciarmos o processo de votação. Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 464/16 DOS DEPUTADOS HERMÍNIO COELHO E JESUÍNO BOABAID. Dispõe sobre a liberação de licença para a atividade garimpeira, no Rio Madeira, no trecho que especifica e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto encontra-se sem parecer. É um Projeto de autoria do Ilustre Deputado Hermínio Coelho e Deputado Jesuíno Boabaid.

Solicito ao Deputado Adelino Follador, que possa proceder de parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 464/16, Projeto de autoria dos Deputados Hermínio Coelho e Jesuíno Boabaid. Dispõe sobre a liberação de licença para a atividade garimpeira, no Rio Madeira no trecho que especifica e dá outras providências.

Senhor Presidente, parabenizar os Deputados por estarem fazendo esse Projeto, é muito importante e com certeza vai ajudar muito o pessoal que trabalha, e o Estado não dificultando a população que trabalha, já faz um grande favor e eu tenho certeza que nós estamos dando condições, inclusive não só dos garimpeiros trabalhar, mas principalmente também arrecadar impostos, não ficar trabalhando aí ilegalmente, dando condições para o pessoal se regularizar.

Somos de parecer favorável pelas Comissões Pertinente Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em discussão o parecer, para discutir o ilustre Deputado Ezequiel Junior.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Presidente, esse Projeto está na Casa aqui desde quando? Eu estou ouvido falar desse Projeto agora aqui somente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, deixa eu explicar para o Deputado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Vou pedir para o Deputado Jesuíno Boabaid, que possa estar explicando, esclarecendo a questão desse projeto aqui nesse momento.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Ezequiel Junior, membro desta egrégia Casa de Leis também. Nós tivemos reunidos com todas as cooperativas, os garimpeiros nesta Casa, numa Audiência Pública que foi na segunda-feira, foi ontem. Na Audiência Pública, nós debatemos, foi apresentado diversas discussões, e nos debates o Presidente, o Deputado Hermínio, suscitou uma Lei, uma norma que estava vigorando, e essa Lei se encontra vigente, mesmo, mesmo estando com ADI, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. E essa Lei regula a questão da garimpagem no âmbito do Estado de Rondônia, ou seja, na questão do início da Santo Antônio, até a questão da limitação com o Amazonas. E existe também um Decreto do Governo Piana, que veda a garimpagem, só que após exaustivas discussões bem como nós tivemos entendimento que está ocorrendo a devida garimpagem, está ocorrendo também uma situação de uma espécie de perseguição que eu posso entender assim aos garimpeiros, porque mesmo havendo essa questão de operações, havendo a questão da proibição, eles estão exercendo a garimpagem. O que esse Projeto, aí eu quero deixar bem tranquilo aos nobres pares, traz aqui no seu bojo, aí é bom explicar para entender e é isso que eu ia fazer no segundo momento, que a questão, nós estamos discutindo o parecer, mas é a oportunidade. Dispõe sobre a liberação de licença para a atividade garimpeira, no Rio Madeira no trecho que especifica e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam permitidas atividades minerais ou garimpeiras, no trecho do Rio Madeira, compreendo (500) quinhentos metros abaixo da Ponte sob o Rio Madeira até a divisa do Estado do Amazonas, desde que respeitadas às normas estabelecidas na presente Lei.

Art. 2º - As atividades minerais e/ou garimpeiras, sem prejuízo do disposto na Legislação Federal pertinente, dependerá de autorização da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, que seguirá a Lei Federal, a presente Lei, e suas normas já existentes.

Art. 3º - As atividades minerais e/ou garimpeiras ficam restritas às áreas devidamente licenciadas junto a SEDAM, é só poderão ser realizadas no leito do Rio, ficando expressamente proibido nas margens, (barrancos), canal de navegação ou portos.

Art. 4º - Ficam expressamente proibidas as atividades minerais e/ou garimpeiras, entre a Usina de Santo Antônio, até (500) quinhentos metros a baixo da ponte sobre o Rio Madeira.

Art. 5º - Fica proibido o lançamento de corpo d' água de óleos, graxas, detergentes ou qualquer tipo de substância que possa causar poluição hídrica.

Art. 6º - Todos os trabalhadores envolvidos diretamente com as atividades produtivas, deverão ser obrigatoriamente cadastrados junto a cooperativa detentora da licença, e autorizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.

§ 1º - Os trabalhadores a que se refere o caput desse artigo deverão realizar o trabalho de acordo com o estabelecido na Lei 11.685/08, (Estatuto do Garimpeiro).

§ 2º - É obrigatório o uso de EPI em todas as embarcações envolvidas na atividade de extração.

Art. 7º - As atividades só poderão ser iniciadas com a obtenção da Licença de Operação emitida pela SEDAM e outorga de Departamento Nacional de Produção Mineral.

§ 1º - Todos os equipamentos da lavra, devem estar devidamente licenciados pela Capitania dos Portos, com placa de identificação em local visível com o nome da draga ou balsa, o nome do Proprietário, o nome do detentor da área, sendo ele cooperativa ou pessoa física, informações sobre a licença de Operação e Permissão de Lavra Garimpeira.

§ 2º Os equipamentos flutuantes devem possuir sinalização noturno, e sua concentração e disposição ao longo do Rio deve estar em conformidade com as normas de segurança da navegação estabelecidas pela Autoridade Marítima.

§ 3º Todas as dragas e balsas devem estar devidamente equipadas com Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

Art. 8º É obrigatório o uso da retorta (cadinho) em todas as embarcações, para garantir o processo de recuperação do Mercúrio, evitando seu desperdício e consequente contaminação do Meio Ambiente.

Art. 9º Sobre todo o ouro extraído na forma desta Lei incidirá o percentual de 5% (cinco) por cento, que deverá ser recolhido junto a SEFIN, cujo montante deverá ser destinado imediatamente ao Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação – FITHA.

Art. 10º Aqueles que no exercício das atividades mineiras e ou garimpeiras extrapolarem o limite estabelecido no Art. 1º desta Lei, terão todo o material apreendido, além do pagamento de multa fixado no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo Único. No caso de reincidência o transgressor terá cassado o direito de exercer as atividades minerárias e ou de garimpagem, contempladas por esta Lei.

Art. 11. Fica revogada a Lei 3.213 de 10 de outubro de 2013.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Ou seja, contempla a questão da regulamentação ela é bem, ao meu olhar, bem explicativa, é uma Lei que realmente vai trazer uma segurança para o próprio Estado, vai fomentar de forma indireta e direta o Estado, e como hoje eu estive no programa de rádio, vários ouvintes falando por que não regulamentar? Por que não já dar aquilo que é de Direito. O Estado parece que o Estado é burro. Eu não posso pensar assim, que o Estado é burro. Prefere marginalizar, prefere perseguir do que regulamentar. E eles irão continuar exercendo. Eu fui primeiro no dia que estava discutindo aqui as audiências e fui o primeiro a colocar a restrição abaixo dos da ponte, porque eu defendo essa situação de que nós não reomos pontos Turísticos. E a gente tirasse essa imagem que bem na frente, que a gente não tem local, Porto Velho infelizmente, sou portovelhense, não temos locais que você possa fazer o Turismo. E, aí na frente no caso de Porto Velho ali na Estrada de Ferro da Madeira-Mamoré e abaixo nós entendemos que deve ser no caso proibida a extração de minérios. E eles mesmos contemplaram e entenderam que isso é viável, motivo pelo qual, Deputado Ezequiel, é desta forma então que tem a questão das multas, tem a questão da situação da reprimenda, no caso da pessoa descumprir. Existem as vedações federais, Legislação federal que estão sendo contempladas e uma série de outras questões. E dizer que aí cabe se o Governo, e aí eu quero deixar a todos os senhores se aí os nobres Pares que eu peço apoio nesta votação, entenderem que este Projeto seja aprovado, hoje, o Governo

tem o poder de vetar ou não, que fique aqui. Se o Governo vetar vem para esta Casa, e aí, sim, iremos discutir em segundo momento o Veto, se nós derrubarmos o veto ou mantermos, no caso derrubarmos o governo ainda tem a possibilidade de entrar com a ADIN, Ação Direta de Inconstitucionalidade. Mas eu não quero acreditar que o Governo Confúcio Mora, possa fazer uma ação dessas. Porque é fácil, pode pegar um veículo ou um barco e você vai ver as dragas ficam encostadas na margem do Madeira. Dessa forma eu quero dizer a todos os senhores que eu como Deputado, Presidente da Comissão, após a aprovação desta Lei e ela entrar em vigor, quero fazer questão de fiscalizar in loco para entender e saber como está a questão do respeito desta Lei. E se houver o descumprimento desta Lei certamente estarei aqui novamente apresentando uma devida proposição para revogação. É este compromisso que nós temos com cidadão, a responsabilidade. Agora o que eu não posso permitir, igual hoje vocês defenderam o procurador da República que está saindo da sua pasta porque lutou, lutou e não teve condições de vencer o sistema de regulamentar aquele garimpo de diamantes que está sendo a todo momento retirado pedras e pedras e o Estado de Rondônia não fica com um centavo. Milhões que poderiam ser investidos aqui. Aí eu falo, aí eu pergunto, o Procurador Doutor Trindade hoje está sendo retirado. Eu pergunto por qual motivo retirar o Procurador? Será que ele já chegou ao limite, está incomodando alguma pessoa? Não sei. Eu não quero pensar que é isso, eu quero pensar que ele deve ser visto em outro local para exercer o seu papel em alguma situação, em outra pasta ou em uma outra Procuradoria. Mas não, tira aquilo que está dando certo, para realmente colocar uma pessoa que nem entende da matéria. Então é isso que eu vejo nesta tarde, é a nossa justificativa como membro da CCJ, fazendo a minha defesa neste exato momento para que os nobres pares entendam que este projeto entendo que vai fomentar sim o Estado de Rondônia, é um avanço no que tange a questão da regulamentação da dragagem, da garimpagem no eixo do Madeira. Quem dera eu até o final do nosso mandato poder regulamentar toda extração de minério no âmbito do Estado de Rondônia. Era isso que eu queria falar.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Está em discussão ainda o parecer do nosso relator do projeto Adelino Follador, já vota o parecer e depois nós discutimos o projeto, porque está em discussão ainda o parecer. Presidente, coloca em votação o parecer.

(Às 17h16min, o senhor Edson Martins passa a Presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vossa Excelência quer fazer logo a discussão do parecer? Depois a gente coloca em votação.

O SR. HERMÍNIO COELHO – É, pode ser.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado Hermínio, eu queria fazer uma pergunta porque, peço desculpas aos nobres garimpeiros porque eu não entendo nada, eu queria saber só, se o senhor pudesse explicar, como que é feito, porque tem o

tributo a ser recolhido, se o senhor sabe como que é feita a parte de fiscalização da produção nesse caso aí, Vossa Excelência tem como informar? Eu sou leigo e gostaria de saber. Porque tem uma parte que é recolhido, não é isso?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Essa questão do recolhimento, inclusive foi discutida aqui e o Estado, segundo informação que a gente tem o ouro é diferenciado, mas aí está dizendo para a SEFIN, o Estado....

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu sei que é na venda do ouro.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Quer saber o percentual, não é Deputado Lazinho?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Lazinho, a informação que a gente tem, Presidente, é que o imposto do ouro, o principal imposto do ouro hoje atual é pago para a União, e nós não podemos criar imposto, quem tem que criar o imposto é o Governo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno, V.Exª poderia explicar melhor o projeto? Um momento Deputado Hermínio, o Deputado Jesuíno que é o autor, o relator é o Deputado Adelino, o Deputado Jesuíno proponente pode explicar sobre o projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sobre a situação da taxa, Deputado Hermínio, realmente o imposto nós podemos criar imposto quanto a questão do minério, isso é fato, imposto, mas, nós estamos criando uma taxa, é uma taxa que vai para o FITHA, se isso é constitucional ou inconstitucional vai ser discutido, suscitado no momento oportuno. Mas os próprios garimpeiros entendem que querem contribuir também com esse montante, entendeu? Eles querem pagar. Agora o que não pode aqui é a gente ficar discutindo, eles querem ter a devida legalidade. O que eu agora raciocinei, foi suscitado aqui agorinha é o prazo para eles regularem a questão da adequação desses todos equipamentos, que nós não colocamos na lei um prazo, apenas 'entra em vigor na data da sua publicação', não tem prazo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno, mas pelo que eu entendo, eu acho que assim que aprovando esta alteração e este projeto a regulamentação da SEFIN quem tem que fazer é o Estado, ele tem que mandar o projeto para cá e regulamentar, desde que esteja tirando o ouro e vendendo nós já estamos gerando receita. Deputado Lazinho, eles compram o combustível, eles compram no mercado, geram emprego, tudo isso gera imposto, então é disso aí que vira imposto, agora se o Governador tem uma taxa e quer fixar algum imposto dentro da legislação ele manda um projeto depois e nós adequamos aqui. Eu tenho certeza, eu conversei direto com o sindicato, com a Dra. Tânia, com o sindicato e eu sei que eles querem pagar imposto, na verdade eles querem estar legalizados, querem ter tranquilidade, querem paz, querem trabalhar, esse é o direito que eles querem por isso que a Assembleia hoje está aqui priorizando, aprovando um projeto que é uma reivindicação antiga e a Dra.

Tânia que vem sempre acompanhando, que conhece toda a legislação e que deu essa assessoria à Casa, ao Deputado Jesuíno que é o proponente do projeto, o projeto está bem baseado, está bem feito e se tiver qualquer alteração que tiver que fazer depois nós podemos fazer, mas que seja ajustado para o bem do projeto e que vocês possam ter a liberdade de trabalhar que é o que vocês querem, é isso que a Assembleia hoje está aqui autorizando, fazendo essa alteração na lei. Hoje eu conversei com o Governador pela manhã, que ele ficou sabendo, Deputado Hermínio, que o projeto estava sendo aprovado, eu estava com ele desde ontem em Cacoal, chegamos agora há pouco, ele ficou muito preocupado e falou assim que ele está preocupado com o mercúrio que o pessoal tem colocado muito na água, que isso tem contaminado doenças, que isso tem tido a preocupação do Governador e realmente ele no primeiro momento é contra porque há denúncias que há esse mercúrio. Agora, veja bem, o que é que eu fiz? Eu falei para o Governador: "Governador, eu já assumi o compromisso de colocar em pauta". É um projeto que o Deputado Hermínio, o Deputado Jesuíno, e eu sempre venho defendendo para aprovar aqui nesta Casa e combinamos com o Deputado Hermínio, o Deputado Jesuíno e a maioria dos Deputados para que a gente pudesse aprovar esse projeto, dar uma legalidade para que vocês pudessem trabalhar. Eu acho que se está gerando emprego, está gerando imposto, isso é uma riqueza que está dentro da terra e que nós temos que explorar, eu sou favorável. Toda riqueza que seja, que está encoberta, debaixo da terra, o minério tem que ser explorado. É nosso, portanto, eu sou favorável. E aí o Governador, eu falei: 'não tem mais jeito, a maioria entende e o projeto já está na pauta e nós vamos votar'. Eu penso que ele deve vetar. Ele deve vetar o projeto e nós vamos trabalhar. Vamos trabalhar isso com o Governador, a Casa, o compromisso, a maioria é de votar o projeto e se tiver o Veto nós vamos trabalhar para derrubar o Veto, entendendo que vocês geram emprego no garimpo, que vocês geram receita, que são três mil famílias que hoje vivem do garimpo e sabemos que a lei tem que ser cumprida. Por isso que está sendo proposto um projeto de lei dentro da normalidade, que vocês vão ter que cumprir. Agora, não dá para vocês ficarem como estão hoje, a Polícia Federal chegando, prendendo as balsas de vocês, prendendo vocês, a Polícia Ambiental, sendo multados e vocês trabalhando como bandidos. Então não dá para continuar como vocês vêm até agora. Preferimos legalizá-los, dar legalidade para que vocês trabalhem, gerem emprego, sustentem a família de vocês e gerem receita para o nosso Estado que é um produto que Deus deixou aí e eu sou favorável que todos os minérios sejam explorados para a riqueza do nosso País.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Maurão, eu quero que vote logo, primeiro o relatório, para depois nós discutimos o projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio que é um dos defensores do projeto, sempre defendeu esse projeto. Inclusive, por várias vezes nós conversamos com o Governador. Um dia, o Governador estava favorável, ele mesmo fazer o projeto, depois veio, bem no dia que nós discutimos, no outro dia veio a Polícia Federal aqui e aí fez aquele

estardalhaço todo e ele ficou assustado e acabou voltando atrás. Mas tiveram vários momentos favoráveis em aprovar e liberar essa área para que vocês pudessem explorar. E a pedido meu, do Deputado Hermínio, do Deputado Jesuíno, da maioria dos Deputados, que entende que é importante a liberação da área de vocês.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, coloca em votação o parecer do projeto. Aí, depois nós discutimos o projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em votação o parecer do eminente Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontra, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão o projeto. Alguém que queira discutir? O Deputado Hermínio, depois a Deputada Lúcia, o Deputado Edson Martins e aprovado aqui o parecer do Deputado Adelino Follador.

Com a palavra, para discutir o projeto, ainda, o Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só queria, primeiro boa tarde a todos. Agora nós vamos votar a primeira votação e depois vai ter a segunda. A gente pede a vocês que fiquem aqui, pelo menos, até a votação da segunda. Essa questão do garimpo do rio Madeira, todo mundo sabe, a maioria de nós políticos aqui deste Estado, nós que estamos aqui neste plenário, e o próprio Confúcio Moura, quando chegou em Rondônia já tinha os garimpeiros em Rondônia e a extração de garimpo no rio Madeira já existia há anos. A maioria de nós, acho que não tinha nem nascido ainda. Em 1991, o Piana, um irresponsável que dizia que era filho da terra, de forma irresponsável e para poder pegar dinheiro do governo federal e de outros órgãos aí, vendeu a dignidade dos garimpeiros e proibiu, em troca desse recurso, ele proibiu a mineração de ouro, aqui, parece que de Santo Antônio, a divisa com o Amazonas. Proibiu 100%, tudo, tudo! E logo, agora já em dois mil e pouco eles colocaram dentro dessa, aonde é proibido qualquer trabalhador garimpar, mesmo que seja de forma artesanal ou de forma bem... Colocaram a Usina de Santo Antônio aí dentro dessa APA, estuprando todo tipo de meio ambiente aqui da nossa região. Mas o pior disso tudo é o seguinte, que desde 91, quando eles inventaram, esse Piana inventou esse Decreto e trocou a dignidade dos nossos garimpeiros por dinheiro, que com certeza ele não investiu neste Estado, deve ter se beneficiado, ele e a quadrilha dele na época, nunca o Estado proibiu de verdade a garimpagem aqui no nosso rio Madeira. Sempre teve a garimpagem no rio Madeira, sempre teve. E esse ouro, os trabalhadores extraem, tira a riqueza daqui do rio Madeira e tem que vender escondido na Bolívia, gerando riqueza, tirando a nossa riqueza aqui, vendendo lá nos bolivianos e todo mundo nesse Estado sabe, o Confúcio Moura sabe 100%. O Confúcio Moura já sentou com nós e a nossa Liderança das Cooperativas dos Garimpeiros e se comprometeu: "pode fazer desse jeito que eu assino". Aí a SEDAM, a SEDAM que é o órgão responsável da área prepara o Projeto junto com os trabalhadores, quando chega à Mesa do Governador falta o de sempre para ele, falta coragem para o Confúcio Moura, falta coragem. Aí ele vai e não assina o papel. Não sei que "diabo" ele

tem tanto medo. Eu não sei de que o Confúcio tem tanto medo de assinar qualquer Projeto que tem a ver com o meio ambiente. O que é que nós estamos fazendo aqui hoje? Nós estamos fazendo o que tinha já ter sido feito há muitos anos, explorar nossas riquezas de forma sustentável, com critério, com ordem, pagando imposto, isso já era pra termos feito há muitos anos e nós fizemos em 2013, mas eles nunca cumpriram a nossa Lei, nunca cumpriram, a nossa Lei está em vigor. Deputado Maurão, uma Lei que regulamenta essa questão está em vigor desde 2013, mas a SEDAM, a SEDAM, o Confúcio junto com a maioria do grupo deles na época da eleição foi lá em cima da balsa pedir voto, inclusive, um Defensor 100% de vocês estava lá junto, o Senador Acir Gurgacz, que a chapa era junta Acir e Confúcio, Governador e Senador e deram licença na campanha todos vocês aí tiveram licença, vocês tem licença para garimpar até o dia 05 de outubro, que foi o dia da eleição, dia 06 a Polícia estava lá na balsa prendendo os meninos, prendendo os trabalhadores. O que eu quero dizer aqui é o seguinte, eu falei com o Senador Acir junto com alguns trabalhadores que trabalham no Rio Madeira, o Acir também tentou de todas as formas junto ao Confúcio para regulamentar essa situação e o Confúcio não regulamenta. Eu não sei quem é, eu não sei qual é a ONG ou o ambientalista, deve ser Green Peace, que deve está ameaçando o Confúcio para que ele não..., porque aí, não é autorizar os trabalhadores ou o povo acabar com o meio ambiente do nosso Estado, é exatamente o contrário que nós estamos fazendo aqui, nós estamos fazendo aqui é explorar de forma sustentável e legal as riquezas nossas aqui do Estado e está sendo hoje do Rio Madeira depois nós vamos fazer em outras áreas, como a Deputada Lúcia falou, temos os diamantes lá em Espigão, tem várias riquezas debaixo da terra aqui nesse Estado que só não é explorada pelo povo desse Estado de forma sustentável porque os políticos, as principais lideranças desse Estado sempre foram covardes, sempre nos venderam, sempre nos venderam a troco de rolos deles lá, não a benefício do Estado.

Por isso, a Lei foi melhorada, obrigada nosso companheiro Deputado Jesuíno que ainda vai ser um grande Advogado, porque nunca vi gostar de §, de lei e de artigo igual a esse menino, e ele é muito cuidadoso em momento algum fez média com os trabalhadores garimpeiro, em momento algum, teve hora aqui que eu até pensei: “cuidado, calma Deputado Jesuíno, calma”. Ele querendo, dizendo que não concordava. Eu disse: “mas os trabalhadores também não concordam com isso não Deputado Jesuíno”. E o Deputado Jesuíno junto com os Advogados, a doutora e o doutor e os trabalhadores conseguiram colocar essa proposta aonde está tudo bem definido e eu tenho certeza que a partir de agora essa situação vai melhorar aonde os trabalhadores vão poder trabalhar com tranquilidade e vai gerar riqueza e vai gerar a paz aqui no nosso Rio Madeira.

Essa semana mesmo a Polícia Militar foi lá prender trabalhador lá no garimpo. Falar para o Governo, falei para o Comandante, o Comandante não, parece-me que o Coronel, Tenente Coronel que foi lá na operação, eu disse: “rapaz, vocês em vez de pegar 15 policiais militar e levar lá para encher o saco de trabalhador e prender, leva para a Zona Leste, um monte de vagabundo lá aterrorizando lá, na Zona Sul, leva para região de Ariquemes, para a região de Jaru, que é um

faroeste danado, mata gente todo dia. O que eu quero dizer para o Governador Confúcio: “Governador Confúcio, se o senhor vetar nós vamos derrubar o Veto”. É fácil nós derrubarmos o Veto, mas a ADIN! Eu pediria ao Governador e a equipe dele, pediria aos nossos Procuradores do Estado para analisar bem a nossa Lei e a Lei é Constitucional, é uma Lei responsável, não é uma Lei irresponsável, é uma Lei responsável. A Dra. Aideê que é uma pessoa muito séria estava ontem aqui no debate e ela é a favor que se encontre uma regulamentação séria e responsável para essa situação. Por isso não tem necessidade, Governador Confúcio, eu podia lhe xingar para caramba hoje aqui, não vou xingar não, não vou. Governador Confúcio, analise bem, os Procuradores do Estado, o Dr. Moacir, o Procurador Geral, quem é?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Juraci, Dr. Juraci.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Lá da Procuradoria, Dr. Juraci, Dr. Juraci e os nossos Procuradores do Estado analisem bem, a Lei é muito boa, é muito boa vai trazer muito benefício para Rondônia, vai tirar os nossos trabalhadores, que sempre foram considerados marginais os nossos garimpeiros, como bandido, agora os únicos bandidos que eu nunca vi assaltar ninguém, e nem matar ninguém. Eu tenho vinte e cinco anos, tenho vinte e cinco anos que moro em Rondônia, eu nunca vi uma morte nesse Rio Madeira, nunca vi um assassinato que um garimpeiro seja suspeito, não tem um, não tem um, conheço todos eles, lá é os bandidos, os bandidos estão aí, estão aí, quem é que tem cara de bandido ou jeito de bandido aí? Por isso, pedir ao nosso Governador Confúcio e a Procuradoria, que não entre com ação de inconstitucionalidade, vete que é sua obrigação que ele pode para não ficar com a responsabilidade nas costas, joga para cá, que aqui nesta Casa aqui, tem pessoas que tem responsabilidade e que não tem medo de fugir dela, que vai derrubar o Veto e promulgar a Lei, Deputado Maurão, obrigado Vossa Excelência que sempre apoiou e sempre ajudou nesta luta, obrigado a todos os Deputados aqui que não tem nenhum Deputado aqui contra os trabalhadores garimpeiros, todos são a favor. Hoje nós estamos fazendo um bem tão grande Deputada Lúcia, nós que tanto nos queixamos porque que às vezes nós somos improdutivos Deputada Lúcia, quantas vezes nós não ficamos, nós ficamos até doente em ganhar dinheiro, em ganhar um salário bom ter verba de todo tipo de verba, mordomia e tudo, e não produzir quase nada para o Estado. Hoje aqui, hoje eu mereci o que eu ganhei hoje no dia, eu acho que eu contribui para o nosso Estado, e eu acho que foi todos nós, estamos contribuindo para o Estado, para uma categoria de mais de dois mil trabalhadores só aqui no Rio Madeira. Por isso, hoje eu estou feliz, estou de alma lavada pelo bem que nós estamos fazendo a milhares de trabalhadores, pais de família, de pessoas descentes. Era isso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Hermínio.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, para discutir senhor Presidente. Só ressaltar a insistência e a persistência do Deputado Hermínio nessa matéria, desde que eu cheguei a

essa Casa, eu tenho visto Deputado Jesuíno, que também foi autor junto dessa ação, desse Projeto. Mas o Deputado Hermínio, Deputado Hermínio, desde que eu cheguei aqui, tem debatido, tem reunido, tem brigado para poder construir isso que está sendo votado aqui hoje, então, eu acho que a gente tem que ser justo com as pessoas que tem as suas bandeiras e correm atrás delas. E o Deputado Hermínio, tem feito isso desde que aqui cheguei nesta Casa, Deputado Hermínio, parabéns pelo seu trabalho, parabéns pela sua persistência. Dizer também Deputado Hermínio, que nós não podemos sofrer por antecedência, essa matéria está aqui nesta Casa hoje, apresentada hoje, o nosso Presidente Maurão, colocou na pauta o que foi o primeiro passo importante Presidente, para a gente aprovar com certeza vai ter o voto de todos os Deputados estaduais aqui desta Casa. A gente não pode sofrer já imaginando que o Governador vai vetar, ele teve uma conversa com Vossa Excelência, mas acho que tudo está discutido e conversado, eu acho que nós um tempo para discutir, para tentar o convencimento junto ao Governo, para que sancione essa matéria, se isso não ocorrer e vier a vetar, logicamente que esta Casa, Deputado Adelino, vai se posicionar. Mas, eu acho que hoje é um dia, é um momento tão especial Deputado Hermínio, fruto de uma luta de trabalho de Vossa Excelência que nós temos só que comemorar junto com Vossa Excelência, com o Deputado Jesuíno, com o Presidente Maurão, também que sempre defendeu essa bandeira essa causa. A questão do Veto, vamos no diálogo, vamos no convencimento, às vezes é possível, os homens são passíveis Deputada Lúcia, de mudar de opinião, basta um bom diálogo e basta convencimento, parabéns a todos os nossos garimpeiros aqui.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado líder. Só o Deputado Ribamar, que queria discutir a matéria.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, eu gostaria também de discutir o Projeto. Presidente, eu gostaria de parabenizar Deputado Hermínio, e o Deputado Jesuíno, pela iniciativa, eu acho que é muito bom esse Projeto, eu gostei muito e entendi que o Projeto foi bem discutido a questão das leis ambientais, a questão do Estatuto dos Garimpeiros e achei muito bom. Eu acho que nós precisamos realmente regulamentar, dá legalidade para que eles possam trabalhar e desenvolver a profissão deles de garimpeiro. Mas, viu Presidente, eu acho que o Projeto é muito pouco discutido, o Deputado Jesuíno, viu Deputado Jesuíno, eu não sei era para votar hoje, um Projeto tão importante que nós não podemos correr o risco desse Projeto ser vetado e nós perdermos tempo, eu sugeria, eu não sei se foi discutido até eu achei bastante confuso a questão da discussão de valores que seria cobrado, que seria taxa, ou seria alíquota, ou seria imposto sobre fortuna, qual que seria a taxa, seria pago sobre o ouro ou diamante seja o que for explorado Deputado Jesuíno, mas pela importância do Projeto. Eu quero lhe parabenizar, parabenizar o Deputado Hermínio, pela autoria do Projeto, mas eu acho que nós não podemos correr o risco de votar para ser vetado, sabendo que tem que cumprir a legislação e tal. Deputado Jesuíno, já explicou, se foi discutido Deputado Jesuíno, toda a questão de legalidade para que a gente não corra o risco, pela importância do Projeto, eu quero votar nesse hoje,

se for preciso votar na semana que vem, mas que seja sancionado o Projeto também, eu acho que nós, não podemos correr o risco realmente de votar e ser vetado. Então, eu gostaria Deputado Jesuíno, que Vossa Excelência que discutiu que acompanhou a elaboração do Projeto, eu quero parabenizar a assessoria que elaborou esse Projeto, parece que foi muito bem elaborado, mas que realmente nós não corrêsemos nenhum risco que esse Projeto viesse a ser vetado. Seria essa minha discussão e parabenizar pela importância do Projeto, quando eu vejo uma quantidade de trabalhadores, buscando querer trabalhar na legalidade. Eu acho que o dever desta casa, e aqui eu queria parabenizar o nosso Presidente Maurão em colocar hoje na pauta, a vontade, a ansiedade nossa e do Presidente e de todos os deputados em estarem votando este projeto. Mas qual é o caso, deputada Rosângela? Até a inversão de pauta para que possa realmente buscar mais alguma informação. Porque na verdade eu vim ouvir falar deste projeto aqui, agora há pouco presidindo, quando começamos aqui a discutir este Projeto. Parabéns, este projeto é muito importante e com certeza terá o meu apoio, e parabéns a todos os trabalhadores que buscam trabalhar na legalidade. Parabéns.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda para discutir o Projeto o Deputado Ribamar Araújo.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Excelentíssimo senhor Deputado Maurão de Carvalho, Presidente da Casa, dos trabalhos; demais membros que compõe a Mesa, nobres Pares; funcionários da Casa; imprensa; meus queridos amigos garimpeiros; minhas senhoras; meus senhores.

Queria em primeiro lugar parabenizar o Deputado Hermínio Coelho pelo Projeto; aos outros deputados como o Deputado Jesuíno Boabaid; o próprio Presidente Maurão de Carvalho e a todos os deputados que entendem perfeitamente a luta e a importância desta categoria para a nossa cidade de Porto Velho. Eu fui Garimpeiro no ano de 89, aí no rio Madeira, e eu sei muito bem o sofrimento que passa essa categoria. E sei também da importância que essa categoria tem. É claro, em 89 outros tempos, o Brasil era outro. Esse Garimpo do rio Madeira foi explorado tanto que tanto ouro saiu deste nosso rio Madeira. Se naquele tempo a gente já tivesse Governos sérios no Estado de Rondônia, voltados para coisas sérias, teriam organizado melhor naquele tempo o garimpo de Ouro do rio Madeira. E eu tenho certeza que até hoje ainda tinha ouro neste rio e muito ouro. Mas a desorganização naquele tempo era grande demais, e a única coisa que se fazia pelo garimpeiro naquele tempo foi o Governador instalar uma barreira ali perto da UNIR para cobrar as Notas Fiscais de quem comprava as coisas aqui em Porto Velho. Nada foi feito pelo garimpeiro. A matança era grande demais naquele tempo, e o Policial só iria lá muitas vezes para tomar o Ouro do garimpeiro. Para vocês terem uma ideia da esculhambação que era esse país. Vinha gente de o mundo inteiro garimpar no rio Madeira e levava este Ouro muitas vezes levavam esse Ouro todo contrabandeado sem o Brasil tomar conhecimento nem detectar quem era que estava garimpando neste rio Madeira. Para vocês terem uma ideia até da diferença entre o garimpo do lado brasileiro e do lado boliviano todas as vezes que a draga atravessava do lado brasileiro para o lado bolivi-

ano do rio eles detectavam e colocavam o cidadão de volta para cá. Para vocês terem uma ideia a Bolívia fazia isso. E nós deixamos os nossos garimpeiros totalmente abandonados. Poderia naquele tempo o Governo do Estado ter criado um Pelotão para dar proteção aqueles Garimpeiros que realmente trabalhavam fazendo da garimpagem uma atividade importante. Aliás, talvez, o único meio de vida que tinha naquele tempo. Poderia ter sido criado naquele tempo também um hospital só para garimpeiro, que era garimpeiro demais no rio Madeira, e morriam muitos das muitas diversas doenças, mas morriam acima de tudo assassinados. Era uma matança muito grande. Hoje é claro, tudo mudou, e os garimpeiros que restam garimpando no rio Madeira esses são os verdadeiros garimpeiros que honram a categoria. Não tem mais bandido como existia antigamente, não tem mais a matança que existia antigamente, por isso Deputado Hermínio, nada contra ser novamente permitida essa garimpagem, é claro, da maneira racional, da maneira organizada e vocês garimpeiros cumprindo com a Legislação sem descumprir absolutamente nada. Porque o mais importante, Deputado Hermínio, é dar a eles a condição de trabalhar com dignidade, de criar seus filhos com dignidade. E o Garimpo do rio Madeira hoje a quantidade de ouro que esses Garimpeiros, que esses trabalhadores do garimpo tiram de ouro incrementa muito a economia de Porto Velho e dá a muitos pais de família, talvez a única opção de sobrevivência, a única opção que eles têm para manterem as suas vidas, é a única atividade. Porque muitos deles não sabem fazer absolutamente nada, ou, outra coisa a não ser garimpar. Então não podemos tirar destes trabalhadores a condição nem o um direito de fazer de explorar essa atividade que não é ilícita, que não é em momento nenhum depreciativa, pelo contrário, hoje os garimpeiros são todas pessoas de bem e todos procurando um lugar ao sol e nós todos temos que defender absolutamente tudo isso, dando a eles essa condição para eles continuarem sem estar precisando se esconder trabalhando de noite e muitas vezes tendo que parar as atividades durante o dia. Não, vamos deixar os nossos garimpeiros sobreviverem, vamos deixar os nossos garimpeiros continuarem com essa atividade lícita, limpa e eles sobreviverem e criarem os seus filhos com toda dignidade como muitos procuram por aí. O tempo da bandidagem do garimpo já passou, vinha bandido de tudo quanto era canto do Brasil para se esconder no garimpo do rio Madeira, hoje graças a Deus é tudo diferente, restaram somente os verdadeiros garimpeiros, aqueles que fazem da sua atividade uma atividade limpa, uma atividade lícita em busca de um sonho legítimo e sagrado que é o de melhorar de vida e isso nós temos que respeitar. Por isso meus amigos o meu voto é a favor de vocês e sempre serei a favor de vocês. Claro, pedindo a vocês que mantenham a ordem, respeitem as leis, respeitem as leis ambientais para a gente poder continuar a vida inteira vocês tendo essa atividade para seus filhos, para seus netos, é isso que nós todos desejamos a todos vocês. Muito obrigado, muito obrigado Presidente.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Para discutir, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputada Lúcia com a palavra para discutir.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, público aqui presente, imprensa. Vocês devem saber como faz quase dois anos que estamos juntos que dificilmente eu venho a tribuna expressar as angústias, as alegrias, e hoje eu venho a esta tribuna por várias razões, uma para expressar a minha alegria quando eu vejo de fato um amigo, um irmão feliz que é o Hermínio juntamente com o Jesuíno que fez com que todos nós deputados déssemos as mãos, é só assim que a gente vai construindo, é sendo solidários por causas justas. A batalha é difícil. Mas, Hermínio, quando você liga às 3 horas da manhã, às vezes meia noite e diz assim, é bom vocês saberem porque tem muita gente que pensa que político é só festa, é só despreocupação, é só mordomia, então eu queria falar para vocês mesmo que o tempo é às vezes incômodo ficar escutando, mas eu vou pedir licença para vocês me achando no direito de falar e de vocês ouvirem porque eu sou mais velha que todo mundo aqui, por isso eu peço atenção. Quando o Hermínio, liga, Jesuíno, e diz 'Lucinha, estou me achando inútil, não consigo evoluir, fazer nada para meus irmãos, tem gente morrendo Lucinha, tem gente que está sofrendo e que quer trabalhar, tem gente honesta que quer trabalhar e não pode em vários setores', e me fala de tudo aquilo que a gente também sabe. Todos nós deputados sabemos, cada um diferentemente no seu município vive e convive com os problemas e cabe a nós muitas vezes administrar problemas imediatos. Quando o Hermínio se somou ao Jesuíno e se somou a todos aqui no incentivo deste grande projeto eu me senti uma pessoa feliz de ver o Hermínio revitalizar, o Hermínio vestir uma camisa, passar perfume e sorrir e levantar cedo da cama e vir para a Assembleia porque o Hermínio tinha motivo, porque o Hermínio tem, porque o Hermínio é igual a todos nós a todo ser humano que quer só trabalhar, que quer só produzir. Então eu quero aqui diante de todos dar os parabéns e dizer Hermínio, juntamente, não posso deixar de falar do Jesuíno porque o que falta no Hermínio o Jesuíno inteira, e nós então podemos falar que são duas pessoas neste projeto feito a quatro mãos e obviamente será aprovado pelos 24 deputados, porque todos nós. Então eu quero aqui dizer ao povo que está aqui, independente se mora aqui, se mora acolá, mas que trabalha aqui. Dizer para vocês observarem quais os defeitos que um político não pode ter, para vocês observarem quais as qualidades que um político tem que ter para te representar. Ele tem que ser igual a você, sentir o que você sente, ir atrás daquilo que você quer, aí ele está te representando, observe isso, é tão fácil escolher um político para te representar. Eu só voto naquele que se parece, pensa igual a mim. Porque nem todos podem estar aqui, representa 24, mas aqui estão Deputados, principalmente esses nessa causa do garimpo, Deputados aqui de Porto Velho, todos imbuídos em apoiar esse projeto, Deputado Hermínio, porque ele não é seu, não é de vocês, é de todos nós. É do homem e da mulher que trabalha, é do homem e da mulher que quer sobreviver pela sua produção. Eu só acredito no prazer, na alegria, na felicidade, na qualidade de vida pela produção, pelo trabalho, e aqui tem homens e mulheres que só querem trabalhar. E eu gostaria de dizer a todos vocês aqui presentes, eu gostaria de ser garimpeira, se eu fosse, falaria com orgulho. Só não tenho a raça que vocês têm, não tenho condição física, quem nasceu para ser garimpeiro vai ser garimpeiro. Cada um no seu galho; cada qual, o qual. Mas eu

apoio todo ser humano que quer trabalhar honradamente, que quer produzir, que não quer ser parasita, que não quer mamar nas tetas do governo, ser tratado com esmola. É a vocês que nós temos que dar apoio, independente, vocês sabiam, e vou avisar vocês, que eu estou sofrendo a muitos anos por causa de garimpeiro. Aí eu fui processada, saiu na revista assim: “Prefeita de Espigão d'Oeste pega diamante da Reserva Roosevelt e leva...” – olha, que eu não sei de cor, tenham paciência comigo - ‘leva combustível da Prefeitura para buscar diamante na Reserva indígena’. Eu nunca tinha ido na Reserva. A Prefeitura, eu abastecia o carro do gabinete porque ela não tinha condições de abastecer as ambulâncias, na época em que eu assumi a Prefeitura. Lá tinham cinco mil garimpeiros em Espigão, e o orçamento era de R\$ 800 mil/mês. Nós tínhamos nenhum médico, nenhuma ambulância, foi em 2001. E o Jornal Nacional falava assim: “Em Espigão d'Oeste, na Reserva Indígena Cinta Larga, no rio Roosevelt, tem a maior jazida de diamante do mundo, o melhor diamante do mundo”. No outro dia chegavam caminhões e caminhões de gente e ônibus. E eu com a cara de vaca olhando vitrine, porque eu não sabia o que ia fazer. Pedi apoio para o Governador, para Deputado, para tudo, eles não quiseram nem chegar perto. E aí nós fomos sofrendo, porque eu via que era gente que chegava, que estava querendo trabalhar. Obviamente que, como disse o Deputado Ribamar, chegavam também as pessoas aproveitadoras, onde tem o homem, tem tudo isso. Não é só em garimpo que tem cachaça, prostituição, não é só no garimpo. Têm muitos palácios, muitas casas de pessoas abastadas que também tem a prostituição em silêncio, a cachaça e a droga na noitada, não é só no garimpo. Aí eu fui defender garimpeiro, e aí fui tachada como incentivadora das coisas ilegais. E aí fui enterrar garimpeiro sem pai e sem mãe. Aí fui enterrar 28, depois 14, depois 5, com as mãos calejadas, cheia de calo; amarrados, pés e mãos, mortos. E os enterrei como gente lá em Espigão d'Oeste. Podem ir lá, nossos garimpeiros têm um lugar diferenciado no cemitério em Espigão. Eu disse e pus: “aqui jaz homens trabalhadores que morreram por querer trabalhar”. E nós estamos sofrendo muito ainda. Por isso e quero aproveitar aqui e dizer que hoje vários fizeram homenagem ao Reginaldo Trindade. Eu só não fiz, e os índios Cinta Larga só não fizeram uma revolta porque eu, há mais de 02 meses, estou tentando, Deputado Hermínio, apaziguar para não ficar pior. A sorte nossa é que nós temos uma boa convivência e eles não se rebelaram para não piorar. Sabe Deus o que está atrás disso! Estou sendo seguida na minha cidade. Aonde eu vou, sempre tem um carrinho descaracterizado, me filmando. Mas o que eu faço da minha vida pode filmar. Eu não tenho segredo na minha vida e nem quero que vocês contem segredo para mim porque eu conto para todo mundo mesmo. Eu estou sendo investigada. Agora, o que eu quero dizer aqui, que eu preciso que os nossos queridos Deputados aprovelem esse projeto porque é a única oportunidade que nós temos, e que eu estou a quase 50 anos trabalhando, lutando e construindo este Estado, é a única oportunidade, Deputado Hermínio, Deputado Jesuíno, Deputado Laerte, Deputado Luizinho, é a única oportunidade que eu tenho de expandir esta lei para que o garimpo lá da 14, lá da 17, da 21, garimpo manual do ouro também seja legalizado. Que essa riqueza que Deus nos deixou, com equilíbrio, como disse, com equilíbrio ela possa ser usada para os nossos bene-

fícios e que as pessoas que estavam garimpando lá no meu Espigão e redondeza e que foram, estão sendo processadas, estão processadas porque estavam tentando tirar o sustento da terra e que essa Lei venha de encontro. Eu quero aqui agradecer Deputado Hermínio e todos que ajudaram, principalmente o Deputado Jesuíno, que ajudou a confeccionar essa Lei, a todos os Deputados que vão aprovar, mas queria desabafar aqui: “que bom que eu estou Deputada, que bom que vocês são Deputados, que bom que vocês gostam de gente, que bom que vocês vejam que ainda há possibilidade das pessoas trabalharem e se sustentarem e deixarem de ser marginalizados, que todos os garimpeiros de Rondônia através dessa Lei possam se legalizar, obrigada a vocês”. Eu quero que o Deputado Hermínio, Deputado Jesuíno, fique marcado aqui, que essa Lei sendo aprovada, todos nós, principalmente os garimpeiros, deixarão de ser indivíduos, vocês serão cidadãos. Muito obrigada.

(Às 17h59min, o senhor Maurão de Carvalho passa a Presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda em discussão o Projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Questão de Ordem?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Vossa Excelência em questão de inversão de Pauta, mas até para tirar uma dúvida, quanto às garantias Constitucionais, o art. 24 da Constituição Federal diz que: “competem à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente; Inciso VII – defesa do solo, dos recursos naturais proteção ao meio ambiente e o controle de poluição; responsabilidade por dano ao meio ambiente”.

O art. 176 - isso é detentora concorrentemente, ou seja, o Estado poderá legislar sobre essa matéria também.

O art. 176 - da própria Carta Magna Maior, ele diz, o 176: “a responsabilidade, ‘que é o Projeto de Lei 176’ às jazidas, em lavra ou não, e demais recursos e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade destinada do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e percentagem à União”, ou seja, a União”.

Por isso que o próprio Projeto de Lei diz o seguinte: “DNPM autoriza, a lavra, exemplo, a concessão”. Mas, após, após, a autorização da SEDAM. Então, quanto à questão da Constitucionalidade, são matérias ao meu olhar que por isso que o próprio STF, quando foi suscitada a Lei anterior que nós estamos revogando, alterando ele não deu a liminar, não deu liminar e quando o próprio Rodrigo Janot, Procurador da República Geral diz o seguinte: “peço que seja julgada parcialmente procedente a Lei Estadual, que dispõe sobre a regulamentação da extração do minério no âmbito, no caso do Rio Madeira”.

Então, nós nos sentimos tranquilos, tranquilos, em julgar questão da constitucionalidade, ou seja, julgar esse Projeto nesse exato momento em aprovar por conta dessas disposições, está o DNPM, está a SEDAM, deve-se haver o devido respeito quanto às questões ambientais, quanto a própria Lei que dispõe sobre os garimpeiros.

Então, está toda ao meu olhar, ao meu sentir, contemplada a questão constitucional e peço também, ao próprio, aí eu falo da Bancada que é forte do PMDB, ao Presidente desta Casa, a Vossa Excelência, aos demais pares que buscam ao Governo do Estado de Rondônia que ele não entre com ação direta de inconstitucionalidade. Eu não posso acreditar, como bem disse a Deputada Lúcia Tereza que vários recursos foram levados, que foram, no caso, disponibilizados a outros Estados e o Estado de Rondônia não teve nenhuma espécie de ganho para isso.

Então é isso. Pode ter certeza, Presidente, eu queria falar para Vossa Excelência dessa forma, o aspecto quanto à legalidade está dentro da nossa Carta Maior que é a Constituição Federal de 1988. Por isso que eu peço que não haja inversão da Pauta.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Jesuíno.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas, eu não quero, quem foi que pediu inversão de Pauta?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Jesuíno, quero agradecer a Vossa Excelência por Vossa Excelência explicar tão bem Deputado Jesuíno, um Deputado de 1º mandato nesta Casa, um Deputado que tem sido muito coerente, estudioso quanto aos Regimentos e as Leis e com profundo conhecimento. Por isso Deputado Jesuíno a minha preocupação, com certeza, eu quero votar seguro nesse Projeto que esses garimpeiros, profissionais vão sair de casa, vão ter a Lei deles sancionada e vão sair de casa com a segurança que vão trabalhar, a família, os filhos que vão ficar em Casa saber que eles estão indo trabalhar na legalidade. Não preocupar que às vezes o trabalhador vai para o serviço preocupar em ser preso trabalhando, isso é um absurdo. Então, eu quero parabenizar mais uma vez Deputado Jesuíno Vossa Excelência, o Deputado Hermínio por apresentar nesta Casa, uma Lei de tamanha importância que é essa Lei que nós vamos estar votando aqui hoje.

Encerrado as discussões do Projeto.

Deputado Luizinho Goebel, quer discutir o Projeto?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Não Presidente, tranquilo, só gostaria que após a votação dessa matéria que então nós votássemos o PLC nº 112/16 na sequência o PL nº 455/16, se possível, Presidente. Ok, beleza, beleza. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrada a discussão, vamos a votação do Projeto. Votação nominal simbólica em primeira votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Só para solicitar do Deputado Jesuíno, autor do Projeto de Resolução 080, fazer um pedido ao nobre Deputado que peça a retirada de pauta.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu peço que seja retirada de pauta o Projeto de Resolução 080, por gentileza.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu não entendi, perdi.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só a retirada de pauta o 080 Projeto de Resolução. De pauta, não tramitação, vai tramitar.

O SR. LAERTE GOMES – De pauta, tirar da pauta.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está deferido. Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 455/16 DO PODER JUDICIÁRIO/Ofício nº 036/16. Dispõe sobre a cobrança de custas dos serviços forense no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto se encontra sem parecer. Solicitar o membro da Comissão de Constituição Justiça e Redação, para proceder parecer pelas Comissões Pertinentes. Deputado Laerte Gomes, para proceder parecer.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se de um Projeto de Autoria do Poder Judiciário, Ofício nº 036/16 Projeto de Lei 455/16. Dispõe sobre a cobrança de custas dos serviços forense no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Senhor Presidente, pela boa redação técnica, pela legalidade, inconstitucionalidade, o nosso parecer é favorável pelas Comissões Pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão o Projeto, não havendo quem queria discutir, em primeira votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 112/16 DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA/OFÍCIO Nº 053/2016. Altera o Código de Organização Judiciária do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto encontra-se sem parecer. Eu solicito ao ilustre Deputado Laerte Gomes, para proceder parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se de uma matéria de autoria do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Ofício nº 053/16 Projeto de Lei Complementar 112/16. Que altera o Código de Organização Judiciária do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Senhor Presidente, o nosso parecer pela boa redação técnica, pela legalidade, inconstitucionalidade, somos de parecer favorável pelas Comissões Pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto, para discutir o Projeto de Lei Complementar 112/16 o ilustre Deputado Dr. Neidson.

Registrar e agradecer a presença do Francisco Roque, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário, muito obrigado pela presença.

O SR. DR. NEIDSON – Senhor Presidente, na verdade esse Projeto se trata pela falta de juizes em algumas comarcas do Estado e principalmente em Guajará-Mirim, no qual vai ser vincular juntamente com a comarca daqui de Porto Velho, para que possa prestar o atendimento necessário à população. Então, acredito que, quero pedir até o apoio dos Deputados, para que possam aprovar esse Projeto para melhoria do atendimento ao público principalmente no trabalho judiciário lá no município também de Guajará-Mirim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda em discussão o Projeto de LEI complementar 112/16. Para discutir o Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente, esse Projeto de Lei trata as questões das taxas, não é? Leia a ementa aí por gentileza. Das taxas já foi? Ah sim! Tá bom.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda em discussão. Alguma dúvida Deputado?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Só para esclarecer Deputado Edson, o juiz pode ser substituído, o juiz daquele pode ir lá a Guajará-Mirim e prestar serviço, ele não precisa no caso faltando levar um juiz substituto e substituir lá em Guajará. Então isso é importante, eu acho que... Está aí o Deputado de Guajará que está defendendo o projeto. É o Relator do Projeto, Deputado Neidson? Mas eu acho de grande importância e gostaria de pedir o apoio de todos os deputados entendendo a melhoria para os usuários na Justiça.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Isso é para evitar que a Comarca possa ficar sem juiz durante o período de férias, de um juiz, para que um juiz possa substituir neste período.

Votação nominal. E o painel já está aberto.

Registrar a presença do Vereador Nalton Borges, Câmara Municipal de Itapuã do Oeste. Obrigado Vereador Nalton pela presença.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu queria Deputada Lúcia Tereza, eu só queria Deputada Lúcia...

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 15 votos favoráveis está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente. Eu não terminei a Questão de Ordem.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 109/16 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA/OFÍCIO Nº1.126/16. Institui no âmbito do Ministério Público do Estado de Rondônia o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), destinado aos servidores de seu quadro efetivo que preencham os requisitos para a aposentadoria voluntária e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 109/16 encontra-se sem Parecer. Solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador para emitir o Parecer pelas Comissões Pertinentes.

Pois não, Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Oi, Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Pois não, Deputado Hermínio, pode falar.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só quero, eu ouvi aqui vários deputados, o Deputado Ezequiel Junior, o Deputado Jesuíno, vários deputados aqui falarem sobre o nosso Promotor de Justiça Federal aqui no nosso Estado, o Doutor Reginaldo Trindade. O Doutor Reginaldo Trindade ele é o Procurador mais respeitado e mais famoso e conhecido que nós temos no nosso Estado. E tudo isso, e ele têm todo esse reconhecimento tudo por muito trabalho que ele fez em prol do Estado. Sempre com muita seriedade, sempre com muita responsabilidade. E, além disso, o trabalho social, esse trabalho com relação aos índios, principalmente a Aldeia Cinta Larga, é um serviço ele faz um trabalho que é de responsabilidade do Estado, do país, da União, do Estado, e ele assume essa responsabilidade abraça esta causa. E agora está sendo perseguido, isso é natural. Primeiro, o Doutor Reginaldo ele tem uma fama de ser partidário, o Doutor Reginaldo nunca foi filiado a partido nenhum, pelo menos que eu saiba, e ele nunca declarou e nunca demonstrou cor partidária. Mas ele sempre tinha uma fama até pela, na época em que o PT tinha uma bandeira ainda muito combativa ele tinha uma fama de petista, talvez essa perseguição ao doutor Reginaldo, que eu não quero crer que seja, mas está parecendo, é exatamente por ele cumprir muito bem a obrigação dele além, além. Porque ele não tem responsabilidade nenhuma de estar fazendo o trabalho lindo que ele vinha fazendo na educação, em tudo para dar dignidade aquele povo, principalmente àquelas famílias, mais de duas vezes do povo Cinta Larga, lá da região ali da região de Espigão d'Oeste. Por isso eu também quero repudiar, isso talvez seja feito já do Governo Temer, do Governo Tampão, do Governo Golpista que é perseguir, perseguir as pessoas que procuram ser justas e que faz justiça ao seu trabalho. Eu quero aqui repudiar e dizer e mandar um abraço grande ao nosso Procurador Doutor Reginaldo Trindade e obrigado Doutor Reginaldo por tudo que o senhor ter feito de bom pelo Estado, o Estado só tem a agradecer ao senhor e ao Brasil também. Obrigado Doutor Reginaldo.

Obrigado Presidente pela Questão de Ordem.

(Às 18h15min, o senhor Edson Martins passa a Presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deixa eu só fazer uma complementação aqui a fala do Deputado Hermínio, o Dr. Trindade mandou uma mensagem para todos deputados. Eu penso, não é Deputada Lúcia, expondo a situação, um grande defensor dos índios Cinta Larga, ele que batalhava por aqueles índios e isto eu tenho certeza a parte dele ele fez, ele fez, e a Assembleia Legislativa o que pode fazer fez também que pudesse ajudar, através da Deputada Lúcia Tereza, o que pode fazer a Casa fez colocando parte das emendas para ajudar, atendendo ao pedido do Dr. Trindade, mas chegou numa hora que acabou o limite. E o Dr. Trindade fez um agradecimento a toda esta Casa, a todos os deputados, mas nós ficamos gratos por ele também entender como Procurador Geral do Ministério Público Federal o trabalho que ele atendendo os índios Cinta Larga, entendendo o sofrimento deles. E a Deputada Lúcia que

é de Espigão conhece de perto o sofrimento daquele povo e que tanto precisava de vosso apoio. Que V.Ex^a ainda quando prefeita quanto ajudou aqueles índios, aqueles povos e o Dr. Trindade um grande defensor, fez o que pode e, portanto, a Assembleia lamenta neste momento ele não poder fazer o que tanto ele queria. Mas nós estamos aqui à disposição, Deputada Lúcia, V.Ex^a que é a madrinha daquele povo e eu tenho certeza que vai continuar defendendo e ajudando e a Assembleia vai continuar aqui de portas abertas para somar e ajudar nos momentos mais difíceis.

Com a palavra o Eminentíssimo Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 109/2016, do Ministério Público do Estado de Rondônia/Ofício 1126/2016. Institui no âmbito do Ministério Público do Estado de Rondônia o Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, destinado aos servidores de seu quadro efetivo que preencham os requisitos para aposentadoria voluntária, e dá outras providências.

Então somos de parecer favorável pelas comissões pertinentes, se tratando de um projeto já discutido junto ao Ministério Público e com certeza foi discutido com o sindicato, com dirigentes do Ministério Público. E nós somos de parecer favorável pelas comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu vou, eu peço a, pode fazer a leitura que eu vou pedir, não ele tem que falar, pode falar, pede, pede. Presidente, conduz aí.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu pediria ao Deputado Jesuíno que não pedisse, esse é um projeto importante Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu vou pedir inversão de pauta, e porque eu digo isso? Porque é a mesma situação, se eu pedir informação, veio informação do Estado, Tribunal de Justiça, por que eu vou abrir mão agora de não conhecer essa matéria do Ministério Público? Se o senhor insistir eu vou pedir vista. Se me dar, porque eu quero saber o seguinte, eu quero saber...

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, inverte a pauta para ele conhecer, inverte a pauta e enquanto isso o deputado vai analisar o projeto, senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, faz melhor, o senhor conhece do parecer e eu peço vista.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado Adelino já deu parecer, deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ele deu parecer, mas o senhor tem que falar para a plenária.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Os deputados favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu peço vista do processo, conhecido o voto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno pede vista do projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Conhecido o voto do relator eu peço vista, eu conheci o voto.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Jesuíno, V.Exª pediu inversão de pauta, o Presidente acatou inversão de pauta.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não, não. Eu conheci o voto, são dois momentos aqui, eu conheci o voto.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, V.Exª acatou inversão de pauta.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Acatei inversão de pauta.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ah, está certo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próxima matéria. Está acatada inversão de pauta e ele abriu mão da vista. O projeto é importante, gente, o projeto é importante. E o projeto que nós aprovamos nesta Casa para incentivar as pessoas a aposentar, é isso que o Procurador Geral Dr. Airton quer, ele quer aposentar, ele precisa baixar o índice da folha. O projeto é de grande importância para o MP, por isso que nós entendemos e a maioria e eu conto com o apoio dos deputados para aprovar este projeto. Sabemos da importância e o MP precisa deste projeto para que ele possa efetivar as aposentadorias com o incentivo do projeto, o PAI, dando esse incentivo aos servidores. Foi o mesmo que nós fizemos aqui. Se nós não tivéssemos aprovado um projeto como este aqui, deputado Adelino, nós estaríamos hoje com pelo menos mais cem servidores na folha e com isso nós já conseguimos aposentar e está fora da folha. Mas está invertido.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 081/16 DO DEPUTADO HERMÍNIO. Altera dispositivo do Regimento Interno.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de autoria do Deputado Hermínio Coelho, 081/16. Para explicar o projeto, o autor, Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Esse projeto é o seguinte, por que é que eu achei ele um pouco importante? Eu acho esse projeto importante, Deputado Jesuíno, para falar a verdade eu não sou muito nem de entrar muito no mérito esses projetos. Deputado Jesuíno, eu quero dizer o seguinte, esse projeto, eu não sou nem muito fã de apresentar e nunca fui, não é meu objetivo estar aqui nesta Casa, não é dos principais objetivos estar homenageando ninguém, mas qual é a questão? Você vai homenagear, Deputada Lúcia, por exemplo um professor, você vai dar uma medalha para um professor, aí está limitado aqui, o Deputado só pode homenagear com uma medalha por ano, um exemplo. É mais ou menos o que está aí. Quando você vai homenagear o professor ou um batalhão, sempre tem várias pessoas. Eu estou falando de dois projetos, tem dos títulos e tem das medalhas. Você vai homenagear um Batalhão, às ve-

zes tem uma guarnição lá que fez um relevante trabalho, fora no dia a dia, fez acima da obrigação deles. Você vai homenagear, você só pode homenagear um. Qual é o problema? Uma medalha dessas, para falar a verdade o valor dela é simbólico. Eu acho que é dez reais. Eu acho que o Deputado Maurão comprou por dez reais uma medalha dessas. Mas para o trabalhador que é homenageado e recebe aquela medalha, é muito importante. Eu já vi isso, os trabalhadores, tanto da Polícia Militar como médico, como enfermeiro, como professor, como qualquer trabalhador, quando recebe essa homenagem, você fica, as pessoas gostam de ser homenageadas, se sentem bem com a homenagem. E a mesma coisa, digamos que a gente fosse homenagear um garimpeiro. Nós deveríamos homenagear 100 garimpeiros, vamos homenagear só 01 porque não podemos homenagear mais do que 01. Aí, Deputado Jesuíno, e acho que não tem, é um projeto tranquilo, Deputado Adelino, e outra coisa, se você não quiser homenagear ninguém, ninguém e obrigado a homenagear ninguém. E também são os números... Aqui, na época, teve época aqui de 01 Deputado só dar 81 Títulos de Cidadão Honorário numa porrada só, para 81 pastores. Inclusive, na época eu até citei: será que não tem nenhum pedófilo no meio desses 81? Eu até brinquei. Porque é difícil, hoje, você pegar 81 padres e não ter um pedófilo, um safado no meio. Infelizmente é assim. Por isso eu quero dizer assim, o que a gente está colocando é um projeto razoável, Deputado Lazineiro, razoável e que eu acho que não é abusivo, Deputado Maurão. E outra coisa, quem não quiser homenagear alguém, não tem obrigação. Aqui nós estamos colocando, porque 01 eu acho muito pouco e nossos trabalhadores, tem trabalhadores em todas as áreas, tanto no setor público como no setor privado, empresários, industriais, religiosos. O que tem de gente neste Estado e nesta cidade que merece sim ser homenageado e a gente vai ter uma condição melhor de homenagear mais pessoas que contribuem com o nosso Estado e com o nosso município.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Hermínio. Eu concordo. Eu acho muito pouco. Antes nós tínhamos, era demais. Aí colocamos limite, mas eu creio que abaixou demais o limite. Vota agora o Projeto de Resolução que está em pauta aumentando o Título Honorífico de 01 até 05. Depois o outro que é das medalhas, que vai até 10. Está entendido, Deputado? Alguém?

O SR. JESUÍNO BOABAID – São 10 medalhas?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deixa eu ler o projeto. É o Projeto de Resolução 081/16, autor Deputado Hermínio Coelho. Altera dispositivo do Regimento Interno. Aqui, cada parlamentar poderá conceder 05 Títulos de Cidadão Honorífico do Estado de Rondônia e 05 Títulos Honoríficos de Honra ao Mérito, por ano, sendo cumulativo por toda a legislatura.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, não, mas aí está da mesma forma. Eu acho que está tendo um equívoco aí. É porque Título Honorífico é 05, é 05, então aumenta para 10 e a medalhas aumenta para 10. Como é que é? São 05 para Honra ao Mérito...

O SR. ADELINO FOLLADOR – É. Está dizendo 05 par Honra ao Mérito e 05 para Título Honorífico do Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Medalha de Honra ao Mérito...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Até 05, não diz isso aqui, mas realidade é até 05.

O SR. JESUÍNO BOABAID – 05. E a Medalha?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Nós somos de parecer favorável em função, é até 05. Quem quiser homenagear só 01 pode, quem quiser homenagear 02 ou 03, é até 05. Então somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes. Só esclarecendo aqui que o Deputado Hermínio falou dos pastores aqui, não foi nenhum Deputado daqui não, foi à época do Valter Araújo que homenageou aqueles pastores que foi falado daquela vez, só para não dizer que não é ninguém da Casa aqui, foi na época do Valter, que teve aquela lista que homenageou trinta e poucos pastores de uma vez só, então não foi esta Legislatura não.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Foi por isso que, foi justamente feito essa adequação porque alguns exageravam nos títulos porque não tinha limite.

Então, a Lei foi certa e agora está colocando limite razoável.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu quero acrescentar uma Emenda aí. Porque é que eu quero acrescentar uma Emenda aí. Calma, o coração dos senhores.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Qual a Emenda, porque...

O SR. JESUÍNO BOABAID – A Emenda porque o ano passado a gente concedeu só um, que a gente conceda então mais quatro, o restante, pronto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está bom Deputado Jesuíno.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, nós somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes...

O SR. LAERTE GOMES - Sem Emenda, Sem Emenda.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sem Emenda, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Sem Emenda.

O SR. LAERTE GOMES – Vota o Projeto, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Eminentíssimo Deputado Adelino Follador. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 066/16 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Susta os efeitos do Decreto Governamental nº 5197, de 29 de julho de 1991.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto encontra-se sem parecer, Projeto do Deputado Hermínio Coelho nº 066/16. É o Projeto que susta o Decreto nº 5197. Solicito ao Deputado Jesuíno Boabaid para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sr. Presidente, trata do Projeto de Decreto Legislativo 066/16. Susta os efeitos do Decreto nº 5197, de 29 de julho de 1991.

Como nós aprovamos hoje, acabamos de aprovar o Projeto de Lei que, regula a situação da garimpagem no Rio Madeira, nós temos que sustar o efeito desse Decreto Governamental. Então, é por isso, porque aqui esse Decreto proíbe a extração de minério, com isso nós sustamos e aí essa Lei terá a devida eficácia, o Governo não poderá querer embargar ou querer, no caso, arguir inconstitucionalidade ou algo assim, poderá, poderá, isso aí é uma condição dela. Mas, dessa forma não irá ter esse conflito da SEDAM dizer: “não, mas tem o Decreto do Governo de 1991, nº 5197, que proíbe a extração de minério”.

Desta forma, somos de parecer favorável pela Comissão pertinente, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS – Questão de Ordem Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Em discussão. O Deputado Edson Martins para discutir o parecer.

O SR. EDSON MARTINS – Esse Decreto Presidente, ele está sendo sustado, de repente, pode até vir a prejudicar os próprios garimpeiros que hoje “desregulamenta parte desse Decreto”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não, não, Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS – Está de acordo com eles? Está. Porque ainda nós não temos que é uma legislação que ainda está em vigência pode ser, vai ter tramitação para ser sancionado ou vetado para ser discutido isso. Foi discutido isso? Não vai prejudicar a categoria?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já foi Deputado Edson. O Decreto que impede deles trabalharem e está sendo suspenso para dar liberdade para que ele possa trabalhar.

O SR. EDSON MARTINS – Se foi discutido, tem o meu apoio com certeza, agora a minha preocupação, a minha preocupação é que venha deixar eles desamparados, realmente, pior situação ainda.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão ainda. Os Deputados que queiram discutir o parecer do Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, eu só quero dizer o seguinte: tudo o que a gente encaminhou aí foi discutido numa Audiência Pública e foi tudo reivindicação da categoria.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Da categoria e com os Advogados, com os técnicos, está tudo de acordo com o que o Deputado disse.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Inclusive, participação do próprio Governo, tinha membro do Governo na Mesa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Também Deputado Hermínio, inclusive, eu estive ontem também pela manhã com o Dr. Wilson, o Secretário da SEDAM, eu expliquei que nós íamos votar o Projeto ele falou assim: “é bom que vocês legalizem que pelo menos a gente fica mais tranquilo acaba essa situação, esse problema que hoje, se não está regularizado nós temos que mandar os fiscais, temos que fiscalizar, temos que cumprir a Lei, se vocês legalizarem e a Lei está legal, nós vamos cumprir a Lei dentro do que está aprovado”.

Então, ele mesmo concordou e achou por bem de nós legalizarmos, regularizarmos para que eles pudessem trabalhar à vontade e aí não vai ter problema que eles têm hoje.

Em votação o parecer do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em discussão Única e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 066/16. Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o Projeto.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 457/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 158. Autoriza o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON a alienar os bens imóveis registrados ao Fundo Previdenciário Financeiro do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei do Poder Executivo 457/16. Falta o parecer das Comissões Pertinentes. Solicito ao Deputado Adelino Follador para emitir parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – O pessoal está saindo, agradecer a presença de vocês, isso é uma vitória para nós é um prazer poder ter contribuído com vocês, e também foi uma vitória de vocês, vocês unidos convenceram na Audiência Pública e hoje os Deputados estão aqui para apoiarem a sua ação. Então, obrigado pela presença de vocês.

Projeto de Lei 457/16 do Poder Executivo/Mensagem 158. Autoriza o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON a alienar os bens imóveis registrados ao Fundo Previdenciário Financeiro do Estado de Rondônia.

Somos de parecer favorável pelas Comissões Pertinente Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 457/16. Os Deputados favoráveis como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o Projeto.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 067/16 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Altera dispositivos do Decreto Legislativo nº 591, de 20/05/2015.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Esse é o Projeto das Medalhas, que são dois, um é do Título Honorífico e o outro das Medalhas, são dois Projetos de Lei que regulamenta. Não, o Deputado Hermínio já explicou. Solicito ao Deputado Adelino que emita parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto também do Deputado Hermínio Coelho, 067/16. Altera dispositivos do Decreto Legislativo nº 591, de 20/05/2015.

Esse então é das Medalhas, que altera o número de Medalhas para vinte, aí cada Deputado pode colocar até vinte. Somos de parecer favorável pelas Comissões Pertinentes, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do iminente Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo 067/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 068/16 DA MESA DIRETORA. Homologa o Termo de Compromisso da Mesa de Negociação Política da Irmandade Rondônia-Beni.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo 068/16, está sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador para emitir parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Isso aqui se trata de um convênio feito entre Brasil e Bolívia, e nós precisamos aprovar, já tem o Projeto de Resolução, Decreto Legislativo do Governo do Estado, esse Projeto 068/16. Que Homologa o Termo de Compromisso da Mesa de Negociação Política da Irmandade Rondônia-Beni.

Então, nós precisamos aprovar aqui para que consiga valer esse termo de compromisso, foi equipado um barco em conjunto ao Beni com o Brasil.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, agora eu vou fazer o correto, na hora Vossas Excelências interpretaram de uma forma, sabe por que eu vou criar. Se o senhor colocar em discussão, eu vou pedir vista, porque, eu quero ver um brasileiro ir lá à Bolívia fazer uma consulta, eu quero ver um brasileiro ir lá agora nesse exato momento utilizar da medicina da Bolívia. O Brasil constrói um barco, não entrou nada a Bolívia com nenhum custo e agora a gente vai ter que disponibilizar, o orçamento vai vir para onde? Sou contrário a esse Projeto, se

não me explicar da forma correta eu vou pedir Vista. Não tenho nada contra a questão da Bolívia, mas eu quero entender o seguinte: qual o ganho, qual é o ganho que nós temos. E aí eu quero que seja explicado neste Projeto, qual é o ganho que nós temos que Bolívia vai disponibilizar o que para o Brasil? Já não temos uma saúde de qualidade, já não temos uma condição básica. Em Guajará-Mirim eu fui ao hospital, tem que ser interditado aquilo, tem que ser interditado aquele hospital que é do município que o Estado não quer assumir. Aí, constrói um barco para ficar à disposição agora dos bolivianos. Não, eu tenho que entender esse projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou pedir ao Deputado que é médico, o Doutor Neidson, que é de Guajará e é Membro da Frente Parlamentar e você falou aí da cidade dele que é Guajará-Mirim. Então Doutor Neidson, o senhor que é médico.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É meu amigo, é meu amigo, mas ele sabe.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Que conhece, e é médico da Bolívia, eu sempre falo que é o nosso médico boliviano.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É um exímio boliviano.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Doutor, o senhor fala em castelhano aí, fala com explica bem o Projeto.

O SR. DOUTOR NEIDSON – Na verdade nós estivemos lá na inauguração do barco hospital e foi uma das compensações da usina...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Já foi inaugurado o barco?

O SR. DR. NEIDSON – Já, já está em funcionamento, ele não está atendendo ninguém da Bolívia. Os bolivianos se propuseram em emprestar o atendimento colocando médicos bolivianos, enfermeiros bolivianos e medicamentos da Bolívia, mas para isso tem que ter um acordo no Itamarati. Não vai poder realizar esse atendimento assim sem ter a liberação do Ministério das Relações Exteriores para que possa regulamentar. E o Itamarati necessita deste documento que é o Termo de Acordo lá de compromisso que foi realizado lá em Guajará-Mirim, assinado pelas autoridades...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Qual é o compromisso, deputado?

O SR. DR. NEIDSON – Autoridades bolivianas no qual vai dividir as despesas do barco para atender fazer o atendimento tanto na Bolívia como na parte do Brasil e vai ser dividido também os medicamentos e todo atendimento que for realizado na Bolívia vai ser por custa do Governo boliviano e no Brasil vai ser por custa do Governo brasileiro.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É isso que está consagrado aí no texto?

O SR. DR. NEIDSON – Sim, eu estava lá no dia da inauguração.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É justamente isso aí. O Deputado Doutor Neidson explicou muito bem, está acompanhando de perto, está atualizado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso. Eu espero que ele não faça igual às duas petrolíferas que tinha aqui que foram lá e sequestraram e disseram que... Expulsaram os brasileiros e tomou e pronto, daqui a pouco toma esse barco. Brinca, brinca com boliviano. Eu fico vendo um país daquele tamanho, mas afronta constantemente os brasileiros. Entendeu? Essa é a minha preocupação, o barco vai fazer esse Termo de Cooperação amanhã ou depois passam os anos e depois e fala: esse barco é meu. Vai lá e cruza para lá e o barco é deles. Então é essa a nossa preocupação. Eu não vou entrar em...

O SR. DR. NEIDSON – O Termo de Compromisso diz que olha aqui 'entre a Bolívia como contrapartida dos serviços prestados pelo barco Valter Bártolo, em fornecer dois médicos Clínicos Gerais, dois Enfermeiros, dois Técnicos de Enfermagem, dois Técnicos Administrativos, como bem Marinheiros, membros da tripulação e equipe de ação social na mesma proporção ofertada pelo Governo de Rondônia'. Mas aqui tem uma...

O SR. JESUÍNO BOABAID – A Bolívia?

O SR. DR. NEIDSON – A Bolívia.

O SR. JESUÍNO BOABAID – A Bolívia vai dar o que? Os dois Médicos?

O SR. DR. NEIDSON – Vai oferecer a metade da tripulação, mas foi acordado lá também que eu estava na reunião...

O SR. JESUÍNO BOABAID – O senhor é boliviano?

O SR. DR. NEIDSON – Sobre a questão...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, mas vai que está defendendo ali igual...

O SR. DR. NEIDSON – Sobre a questão do combustível, também, e das despesas que vão ser dos insumos de medicamentos e insumos que vão ser disponibilizados pela...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Como é que vai controlar essa despesa? Quem vai dizer quanto custou para cada lado?

O SR. DR. NEIDSON – Vai ser a parte administrativa, boliviana e brasileira, e tudo isso vai ser registrado. Eles precisam somente deste documento para que possam ter a autorização, para tentar conseguir uma autorização do atendimento, tanto na Bolívia quanto no Brasil através do Itamarati e o Ministro das Relações Exteriores.

O SR. HERMÍNIO COELHO – o que está pegando, Deputado Jesuíno?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, é porquê...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com essa autorização depois as duas partes vão sentar para negociar, é isso?

O SR. JESUÍNO BOABAID – O Barco já foi construído com compensações dessas malditas usinas, foram para lá para Guajará. Eu defendo que o barco fique somente para Guajará, para o Estado brasileiro. Só que agora nós estamos aqui discutindo uma questão do Termo de Cooperação ente o Itamarati e o Estado de Rondônia, autorizando que os bolivianos também sejam beneficiados pelo barco. Aí eu falei no início da minha fala, quero ver um brasileiro ir agora lá utilizar da saúde lá da Bolívia. Ele vai sair de lá no tapa, que lá os bolivianos são totalmente contrários aqui, tem a nacionalidade deles.

O SR. ADELINO FOLLADOR – São bairristas, são bairristas.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então é isso que eu fico vendo aqui o Brasil ser assim uma terra de mãe, mesmo. Chega aqui vão acontecer. E pode ter certeza, não é que vou votar neste mandato ou não. A minha preocupação é que esse barco com esse Termo de Cooperação, amanhã ou depois, ele cruza e não volta mais. Vai lá o Evo Morales e diz: a partir de hoje esse barco é meu e acabou e vai para lá. É assim que funciona. Eu não vou interferir, até eu não vou mais causar celeuma, porque já tanta coisa que acontece que a gente fica assistindo, mas isso é uma, isso causa uma indignação, mesmo. Sou brasileiro. A minha vontade às vezes, a gente tem que ser nacionalista patriota. Eu vejo isso lá na Bolívia. Nós fomos lá em uma situação que percorremos, veja a diferença, o respeito que eles têm a nacionalidade que eles têm. Já o brasileiro parece que não respeita a bandeira, não respeita a sua nação. Eu quero ver, eu quero eu estar vivo, que esse barco realmente seja tomado pela Bolívia, seja de assalto. Porque do jeito que eles afrontam, eles afrontam, ameaçam até guerra, eles querem intervir aqui no Estado brasileiro. 'Se Dilma cair eu vou invadir. Olha a petulância. Um país daquele tamanho, querer, não aguenta nem uma hora de munição com o Brasil e ainda quer dar uma de revoltados. Eu vou cessar a minha fala, eu não vou mais obstruir.

O SR. AÉLCIO DA TV – E queria fazer um comentário, Presidente, porque em se tratando de medicina e formação de profissionais a Bolívia forma muitos profissionais brasileiros, a prova está aqui o Dr. Neidson é um deles, é um dos médicos formados na Bolívia. A Bolívia, a número de médicos por habitante da Bolívia não tem comparação, o Brasil não tem médico perto da Bolívia, a Bolívia tem muito médico, e nós sabemos a dificuldade que o Brasil vai ter para colocar médico dentro desse barco, fazer um barco para deixar ele rodando sem médico dentro não vale nada, então se for para termo de cooperação para colocar médicos bolivianos para atender mesmo que a responsabilidade seja dividida eu sou totalmente favorável. Vou contar para V.Ex^a uma coisa, deputado. Em 96, eu quase morri aqui com a febre tifo durante 20 dias, rodando em tudo quanto era hospital e ninguém descobria o que era, peguei um ônibus aqui passei a noite rodando, amanheci o dia na Bolívia, lá em Guajará-Mirim, quando foi 11:00 horas da manhã eu estava

com diagnóstico na mão, lá com aquele padre que atendia lá em Guajará-Mirim e outro boliviano, aqui eu fiquei internado no hospital Central, fiquei naquela época era hospital Metropolitano, fiquei internado no hospital Metropolitano, cai na mão do Dr. Baldez, todos esses médicos nenhum descobriu o que eu tinha, em 4 horas lá na Bolívia eles descobriram o problema que eu tinha, estava quase morrendo, desmaiei, estava na beira do precipício, 20 dias com febre tifo não é uma coisa simples, caroço pela cabeça, em todos os lados, cheguei às 7:00 horas da manhã, às 11:00 horas eu estava com diagnóstico, às 2 horas da tarde saí de lá com um pacote de comprimidos enrolados num papel, que nem embalagem não tinha, para tratar e fui curado pelo médico boliviano. Paguei a consulta, aqui naquela época custava 50 reais, paguei 5,00 reais lá pela consulta com direito a ultrassom junto, eram uns equipamentos mais antigos do mundo, parecia aqueles ferros de brasa de engomar roupa, mas saí de lá com diagnóstico, medicamentos e fui tratado pelo médico boliviano. Então eu respeito a medicina boliviana e lá eles têm profissionais que podem nos ajudar muito nessa fronteira para atender a população ribeirinha.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Ezequiel Júnior.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Deputado Aécio, eu tenho vários amigos em Machadinho, região de Cujubim, que não conseguem fazer cirurgia de cataratas aqui, cirurgiazinhas tão simples, vão lá para a Bolívia, pegam barco, só pagam a passagem do ônibus e vão se operar gratuitamente. No Brasil filho de pobre não pode se formar médico, mas cruzam a fronteira, cruzam o rio e vão lá se formar em medicina, a mensalidade a preço de feira e voltam aqui para o Brasil para salvar vidas. Então eu tenho certeza essa parceria tem que acontecer porque independente de fronteira todos nós somos irmãos, parceiros, países vizinhos e amigos e não temos que barrar esse tipo de projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Amigo, quero ver na hora que eles fecharem aquela fronteira lá se vocês passam, até quando eles quiserem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Muito bem Deputado Ezequiel Junior, é verdade. E nós estivemos na Bolívia com mais de 17, 18 deputados, caravana toda, o Governador, o Vice-Governador, Secretários de Estado, eles recebem muito bem a gente, os nossos pacientes, os nossos alunos que vão lá, nós temos hoje mais de 6 mil alunos que estudam na Bolívia. E Vossa Excelência foi lá, Deputado Jesuíno, V.Ex^a viu a recepção que fizeram para nós, receberam nós de tapete vermelho, presente na mão, todos os lugares que nós íamos música, onde que o brasileiro faz o que o boliviano fez para nós, Deputado Lazinho, faz? Não estou entendendo o Deputado Jesuíno, não.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, eu estou vendo aqui as autoridades que foram lá fazer esse evento, o Vice-Governador e Assembleia, era deputado federal, senador, e estava o Dr. Neidson, o Só Na Bença e também o Deputado

Lebrão representando a Assembleia e nós não vamos deixar eles passar vergonha não, vamos aprovar esse projeto, e tantas autoridades aqui da Bolívia...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – E o Deputado Jesuíno vai votar também, pela consciência ele vai entender.

O SR. ADELINO FOLLADOR – E depois é o seguinte, eu tenho quase certeza como Guajará-Mirim não consegue ter médico no hospital, quem vai tocar esse barco são os bolivianos mesmo. Nós vamos fazer o acordo, mas os médicos brasileiros dificilmente vão ter lá no barco, então vamos fazer essa parceria que eu tenho certeza que os bolivianos têm muito mais facilidade de colocar médicos lá.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já estão fazendo há muito tempo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – A gente já sabe que vai funcionar com os bolivianos mesmo, porque os brasileiros, não é Dr. Neidson, é muito difícil funcionar, e nós temos que dar um crédito para os três deputados que estavam lá representando esta Assembleia, representando os 24 Deputados, e com certeza merece o nosso crédito.

O SR. AIRTON GURGACZ - Deputado Dr. Neidson, nós tivemos ainda quando Vice-Governador, Deputado Jesuíno, representando o Estado e com vários Deputados na época, fazendo esse acordo, porque nós temos muita ajuda da Bolívia. Hoje nós temos, só para Vossa Excelência ter uma ideia, nós temos mais de 15 mil brasileiros fazendo curso de Medicina. Aí do interior de Rondônia nós temos mais de 1.500 pessoas aqui do nosso Estado fazendo o curso de Medicina com custos baixíssimos. E nós fizemos lá esse acordo, que precisamos dessa aprovação para o Itamarati nos autorizar, que a gente faça um grande convênio. E aqui tem uma Comissão Parlamentar dentro desta Assembleia que negocia esta situação. Estiveram conosco agora também no Show Rural, Rondônia Show, o que esse povo cobrou de nós, Deputado Jesuíno, então, é uma coisa que nós precisamos ter aí um carinho com os nossos irmãos que estão nos ajudando com o problema de saúde que é sério no Brasil e no nosso Estado de Rondônia. Então, eu peço aí o seu apoio, para que nos ajude a aprovar esse documento que vai para o Itamarati, que a gente precisa continuar conversando com os nossos hermanos bolivianos. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Vamos dar o Parecer então?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, concluir o relatório.

O SR. DR. NEIDSON – Só complementar...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Tem que dar o Parecer ainda.

O SR. DR. NEIDSON – Tem que dar o parecer.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deixa ele concluir.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Decreto Legislativo de Lei nº 068/16 de autoria da Mesa Diretora. Homologa o Termo de Compromisso de Mesa de Negociações Políticas da Irmandade Rondônia - Beni.

Somos de Parecer favorável, senhor Presidente. Com certeza um projeto muito interessante para o Brasil também não é só para Bolívia não. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o Parecer.

O SR. DR. NEIDSON - Discussão do projeto, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda para discutir, Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – É só para complementar, o barco Hospital hoje, ele já está atendendo a comunidade ribeirinha, vai até o distrito de Surpresa. E toda essa região ribeirinha que vai atender de Guajará-Mirim a Pimenteiras, é área de fronteira. Não existe vedação nenhuma para o barco Hospital, para os funcionários e a equipe de saúde do barco Hospital atender os bolivianos. Ele vai atender e está atendendo hoje gratuitamente, os bolivianos que se deslocarem da fronteira, que é só cruzar o rio, no barco Hospital, e foi dito isso para as autoridades bolivianas que eles não vão se negar a fazer o atendimento desses bolivianos. E hoje ele está realizando esse atendimento, sem contrapartida nenhuma do governo boliviano. Se não tivermos esse aprovado e não tivermos essa relação com o Itamarati e o Ministério de Relações Exteriores para que possa liberar, nós vamos estar prestando o atendimento como se realiza hoje no município de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, atendimento aos bolivianos sem ressarcimento nenhum do Sistema Único de Saúde, porque não tem legalidade e vamos estar fazendo esse atendimento gratuitamente sem ter nenhum benefício e nenhuma contrapartida do governo boliviano. Então, acredito que seja de suma importância que seja aprovado, para que não tenha mais perdas. Os bolivianos estão sendo atendidos, hoje, lá no barco Hospital, que provavelmente hoje deve estar no distrito de Surpresa. Então eu peço apoio de todos. E obrigado, senhor Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Ainda para discutir, Deputado Lazinho?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Não, só salientar que eu acho que o Deputado Jesuíno tem razão de ter a preocupação, mas o histórico conta. Os países pequenos aqui da América Latina,

às vezes o brasileiro não entende a importância que ele é para o Brasil, e trata de uma forma generalizada, segundo o que diz a grande mídia ou sei lá, o conceito. Questiona-se muito, por exemplo, a Venezuela com relação ao Brasil, maior parceiro comercial do Brasil na América Latina é a Venezuela. A maioria dos médicos que se formam na nossa região aqui vem da Bolívia. Então a gente precisa ter os cuidados que tem que ter e a soberania de cada país, mas que a saúde se lota ônibus toda semana de brasileiros que vão para a Bolívia fazer tratamento. Então eu acho que está perfeitamente correto, parabenizar o Deputado Dr. Neidson e toda a Comissão que está trabalhando nessa negociação junto com a Mesa Diretora desta Casa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Lazinho. A Bolívia é um País importante para o Brasil. Além de nós termos os nossos alunos estudando lá, os médicos que prestam serviço aqui e nós vendemos muito para a Bolívia o que nós produzimos aqui, o peixe, a carne, o arroz, o feijão, a soja, o milho. Eles são um dos maiores importadores do Brasil, importador do Brasil para a Bolívia, então é um país interessante e com certeza é de grande importância essa autorização, esse projeto para que o governo possa ter a liberdade para fazer essa negociação.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo 068/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 322/16 DO DEPUTADO ALEX REDANO. Institui a obrigatoriedade dos fornecedores de bens e serviços, localizados no Estado de Rondônia, a definirem data e turno para a entrega, montagem, instalação dos produtos ou realização de serviços aos consumidores e dá outras providências, com Emenda.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu queria pedir aos Deputados que não saíssem do Plenário porque nós ainda temos que votar o Projeto do Judiciário.

Quero aqui registrar a presença do Dr. Elisir, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, os auxiliares que estão acompanhando o Projeto, acho que de grande importância para o Judiciário. E gostaria de pedir o apoio dos Deputados, nós estamos votando os Projetos somente na terça-feira e que os Deputados permanecessem no Plenário e precisamos de quórum para votarmos, precisamos de 13 votos para que a gente vote em 2ª votação. Já foi votado em 1ª e tem o Projeto também do Ministério Público que é de grande importância para o Ministério Público e gostaria de convidar os Deputados para que eles permanecessem no Plenário para que a gente pudesse votar.

Obrigado aí pela presença Dr. Elisir, por estar acompanhando o Projeto que está pautado, está em votação.

Projeto de Lei 322/16 com Emenda. Já tem o parecer da Comissão.

Em 1ª discussão e votação os Projetos. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai a 2ª.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 365/16 DO DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR. Dispõe sobre a informação ao consumidor do direito de saldar antecipadamente seus débitos e obter redução de Juros e demais acréscimos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto encontra-se com parecer, o Projeto 365/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai a 2ª.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 400/16 DO DEPUTADO ALEX REDANO. Acrescenta dispositivos à Lei 1758/2007, que alterou a redação da Lei 1.724/2007, e dá outras providências, com Emenda.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 400/16. Já está com o parecer, com Emenda.

Em 1ª discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai a 2ª.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 465/16 DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Institui o Setembro Verde, mês da Doação de Órgãos no Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto 465/16 encontra-se sem parecer.

Solicito do Deputado Adelino, para emitir parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 465/16 de autoria do Deputado Dr. Neidson. Institui o Setembro Verde, mês da Doação de Órgãos no Estado de Rondônia.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, senhor Presidente.

Parabéns pela ideia, pelo Projeto Dr. Neidson, um Projeto muito importante.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador.

O SR. DR. NEIDSON – Só para informação Sr. Presidente, o Projeto trata-se do Mês da Doação de Órgãos, já é o mês mundial, é o mês de setembro no qual se trata a cor verde para que significa a Doação de Órgãos, inclusive, o Grupo de Transplante daqui do Estado de Rondônia nos encaminhou um Ofício à Comissão de Saúde e ontem foi votada juntamente com o Deputado Ezequiel Junior, Deputado Hermínio Coelho, Deputado Jesuino e eu, estávamos na Comissão, ele solicitando também que a Assembleia Legislativa no mês de setembro possa fazer alusão a Doação de Órgão no início de suas Sessões e que possa colocar um laço verde lá na entrada da Assembleia para que possa dar o Mês Alusivo à Doação de Órgãos.

E esse Projeto trata-se só de colocar no Calendário do Estado no mês de Setembro Verde, que seja o Mês da Doação de Órgãos e autorizando também o Poder Executivo, não quer dizer, que seja obrigado para que não se torne inconstitucional,

já deixa autorizado o Poder Executivo a realizar suas campanhas também se quiser que seja realizada.

Mas, na verdade as campanhas já serão realizadas através do Grupo de Doação de Órgãos. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em Discussão Única. Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei 465/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai a 2ª.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 109/16 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA/OFÍCIO Nº 1126/16. Institui no âmbito do Ministério Público do Estado de Rondônia o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), destinado aos servidores de seu quadro efetivo que preencham os requisitos para a aposentadoria voluntária e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Projeto de Lei Complementar 109/16. Em votação. Votação nominal painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 14 votos favoráveis, está aprovado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu quero que registre o meu voto 14 votos, porque as máquinas aqui estão com problema.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – 14 votos, corrigindo o voto do Deputado Jesuíno Boabaid.

Próxima matéria secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DISPENSA DE INTERSTÍCIO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Senhor Presidente, requeiro a Mesa nos termos do parágrafo único, do artigo 199, do Regimento Interno que seja dispensado Interstício Regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto PL 322/16, PL 365/16, PL 400/16, PL 455/16, PL 457/16, PL 464/16, PL 465/16, PLC 109/16, PLC 112/16.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Airton Gurgacz. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Não tem mais matérias Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia. Passamos as Comunicações Parlamentares. Tem uns Deputados inscritos aqui, eu pediria aos Deputados e pudessem abrir mão para a gente votar, já está o horário tarde, nem estão aí os Deputados. Deputado abriu mão. Abriu mão Deputado Jesuíno?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu vou abrir mão, mas como na última Sessão, vai ficar aqui um Deputado comigo aqui junto para a gente fazer uso da tribuna na questão de ordem, sem limite de tempo. Eu abro mão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou pedir ao Vice-Presidente desta Casa, Deputado Edson Martins, que ele fique pelo menos, ele e Vossa Excelência ouvindo vosso discurso. Está designado aqui, pedir ao Deputado Edson Martins.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente sessão convoco Sessão Extraordinária para em seguida com a finalidade em segunda discussão e votação as matérias apreciadas nesta Sessão. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 08 minutos).

ATA DA 44ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA.

Em 22 de Agosto de 2016

Presidência pelo Sr.

MAURÃO DE CARVALHO - Presidente

Secretariado pelo Sr.

AIRTON GURGACZ- Deputado

(Às 19 horas e 11 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Airton Gurgacz (PDT), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Lazinho da Fetagro(PT), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PMDB), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Glaucione (PMDB), Laerte Gomes (PSDB), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Marcelino Tenório (PRP), Ribamar Araújo (PR) e Saulo Moreira (PDT),

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 44ª Sessão Extraordinária Legislativa da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura. Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da sessão Extraordinária anterior.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Peço dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior, e determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Passemos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 464/16 DOS DEPUTADOS HERMÍNIO COELHO E JESUÍNO BOABAID. Dispõe sobre a liberação de licença para a atividade garimpeira no rio Madeira no trecho que especifica e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 464/16, em 2ª discussão e votação. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado por unanimidade nesta Casa. Vai ao Expediente.

Muito obrigado aí pela presença de todos vocês. Foi importante vocês se fazerem presentes para que a gente votasse o projeto de tamanha importância nesta Casa. Um abraço aí, doutora Tânia, e em seu nome e seu esforço com toda a sua equipe, sua família, os advogados, fizeram que esta Casa entendesse e nós todos entendemos a importância de todos voes. São grandes trabalhadores que dão o sustento para a família e para o nosso Estado que tanto conta com vocês. Obrigado pela presença.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) - Parabéns aos Garimpeiros.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É só esse Projeto que tinha 2ª votação, o Decreto já foi para o arquivo, então.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) - Foi aprovado eles podem ficar livres agora.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 109/16 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA – Ofício nº 1126/16. Institui no âmbito do Estado de Rondônia o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), destinado aos servidores de seu quadro efetivo que preencham os requisitos para a aposentadoria voluntária e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 109/16. A votação será nominal.

O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 13 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 112/16 DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA – Ofício nº 053/2016. Altera o Código de Organização Judiciária do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação, Projeto de Lei Complementar 112/16. O painel já está aberto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu peço a assessoria aqui que resolva a situação desses equipamentos, todos aqui não funcionam.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito a nossa Assessoria Técnica que faça a correção.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airtton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 13 votos, está aprovado o projeto. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 455/16 DO PODER JUDICIÁRIO/OFÍCIO Nº 036/2016. Dispõe sobre a cobrança de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação, Projeto de Lei nº 455/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 322/16 DO DEPUTADO ALEX REDANO. Institui a obrigatoriedade dos fornecedores de bens e serviços, localizados no Estado de Rondônia, a definirem data e turno para entrega, montagem, instalação dos produtos ou realização de serviços aos consumidores e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 322/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 365/16 DO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR. Dispõe sobre a informação ao consumidor do direito de saldar antecipadamente seus débitos e obter redução de juros e demais acréscimos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Projeto de Lei 365/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 400/16 DO DEPUTADO ALEX REDANO. Acrescenta dispositivos à Lei 1758/2007, que alterou a redação da Lei 1.724/2007, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 400/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 457/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 158. Autoriza o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON, a alienar os bens imóveis registrados ao Fundo Previdenciário Financeiro do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 457/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 465/16 DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Institui o Setembro Verde, mês da Doação de Órgãos no Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 465/16 de autoria do Deputado Dr. Neidson, em segunda votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Encerrada as matérias, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerradas as matérias. Agradecer aqui todos os Deputados pela presença hoje, um quórum mínimo de 13 votos. Nós votamos muitos projetos, que foi de grande importância a Sessão de hoje. Nós mandamos buscar 06 Deputados, chegaram 03 de avião. Pedi um apoio ao Governo do Estado, foi válido. Se não tem a Deputada Rosângela, o Deputado Luizinho Goebel e o Deputado Laerte Gomes, nós não votaríamos todos esses projetos. Entendendo, que a grande maioria dos Deputados estão no processo eleitoral, mas a maioria sempre está aqui no plenário,

13 Deputados, conseguimos votar, limpar a pauta, todos os projetos hoje aqui.

Deputado Jesuíno, Vossa Excelência gostaria de ficar aqui discutindo algum projeto, eu vou encerrar a Sessão e deixar a tribuna a vossa vontade, está?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não vai encerrar não.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não? Então eu vou passar para o Deputado Hermínio, os dois vão ficar aqui hoje, porque, da minha parte, o Deputado Hermínio, o Deputado Edson Martins não quis permanecer na presidência desta Casa, mas o Deputado Hermínio vai permanecer aqui na Casa. Eu peço a permissão para me retirar. Os Deputados ficam à vontade.

(Às 19 horas e 23min o senhor Maurão de Carvalho passa a Presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Em primeiro lugar eu quero desejar uma boa-noite a todos. O que traz nesta tribuna hoje é agradecer ao Governo do Estado de Rondônia, ao Emerson Castro, ao próprio empenho do líder da nossa Casa, o novo líder, líder Laerte, ao Presidente, a todos os Deputados que já se encontra nesta Casa o Projeto de Emenda Constitucional que dispõe sobre a Previdência dos policiais militares. Isso nos dá garantia, quando eu falo 'nós', e me enquadrando ainda, eu me sinto bem à vontade de dizer que mesmo estando fora da caserna, me sinto como se militar fosse. Então o Projeto de Emenda Constitucional já está tramitando, tem um prazo da questão das emenda e terça-feira já nós iremos conclamar que todos os policiais militares, bombeiros militares estejam aqui na Assembleia, prestigiando a devida votação. Precisamos de 16 votos, porque se trata de uma PEC. E, certamente, todos os Deputados irão votar favorável a essa Emenda Constitucional. Emenda essa que apenas garante aquilo que está consagrado na Constituição Estadual. Infelizmente entraram com ação direta de inconstitucionalidade, suscitando que a matéria foi de iniciativa do Poder Legislativo e com isso o Tribunal de Justiça deferiu a liminar. Depois de muitas conversações com o Comando da Polícia, Comando do bombeiro e as próprias Associações, chegamos a um consenso e o governo entendeu, achou por bem encaminhar a Emenda Constitucional, a Emenda não, o Projeto de Emenda Constitucional. Por isso que é muito, fico feliz, nesta tarde foi entregue pela mão do próprio Chefe da Casa Civil Emerson Castro e está aí. É mais um empenho, é mais uma luta nossa que está avançando. Falar também sobre a questão desse projeto que foi aprovado hoje da garimpagem no rio. Dizer que, eu quero pedir novamente ao Governo do Estado de Rondônia que pense, a sua Procuradoria, ao Procurador Dr. Aparício, que analisa as questões constitucionais, antes de vetar o projeto. Nós fizemos, nesta tarde, justiça. Fizemos algo que já deveria ser feito há muitos anos, regulamentar aquilo que já está acontecendo com essa lei que delimita, tem uma delimitação ali, um limite de 500m abaixo da ponte, no

caso, do rio Madeira, bem como disciplina DNPM, legislação federal. Então, era isso que eu queria falar. É importante sim que nós acompanhamos essa votação, que foi o empenho, que iniciou numa Audiência Pública. Quanto à questão da matéria que ainda tramita nesta Casa, que é o aumento das cotas, nós já conseguimos 06 assinaturas, contando com a do Deputado Dr. Neidson, ele vai assinar, certamente, a PEC, a PEC não, a nossa CPI que irá apurar as possíveis irregularidades nas construções de Santo Antônio e Jirau. A cada hora que nós estamos ouvindo pessoas, nós ficamos mais assustados, Deputado Hermínio. E por que é que eu digo isso? Hoje eu tive ciência que já está, a cota já aumentou, já têm pessoas sendo afetadas e o Estado de Rondônia está apenas compensando com algumas áreas aquilo que já foi afetado. Ou seja, já houve o devido aumento da cota. Espero que isso não seja apenas uma denúncia infundada. E essa CPI também vai nos garantir a questão das compensações, as devidas informações, a devida ciência do que estava, de forma verdadeira efetivada. Eu me espantei quando eu vi lá nas informações que Cacoal recebeu R\$33.000.000,00 do aporte financeiro de 75, de Santo Antônio. E, aí, eu me perguntei: Guajará-Mirim não recebeu nada, Ariquemes nada, os 52 municípios. Porque Cacoal foi tão contemplada? E menos afetada, como bem disse o Deputado Doutor Neidson. Vamos in loco porque ali tem coisas absurdas, ali que devem ser acompanhadas. Eu tenho informações de que o Tribunal de Contas, Ministério Público estão apurando essas compensações. Mas essa Casa também tem o papel primordial em exercer o seu papel fiscalizador, seu papel Constitucional, no que tange a questão dos recursos financeiros. Trata-se de compensações. E, aí, eu volto novamente o meu voto já é contrário a essa questão da elevação dessas Cotas, dessas compensações, sou contrário. Sou favorável se eles de forma verdadeira, no caso compensar, no caso indenizar, e no caso fazer jus o que foi acordado em uma mesa. Porque participou dessas negociações o Governo do Estado de Rondônia, da época, Secretários, Diretores, e ali chegaram a um acordo, termo de que eles iriam cumprir uma série de situações. Só que quando você vai. Eu vou pedir ao Presidente Maurão que disponibilize assessoria de imprensa, uma assessoria, pessoas para estarem acompanhando porque nós iremos em um barco lá, in loco, fazer aquilo que era para ser feito há muito tempo, bem como a construção, bem como as compensações, tudo o que Santo Antônio falou. E acreditamos que essa CPI irá dar esse Norte, irá dar essas garantias, porque eles não vêm, passando a aprovação dos Projetos eu quero apostar, eu quero aqui fazer um desafio a qualquer Parlamentar que nenhum Diretor de Santo Antônio ou Jirau irá se fazer presente em qualquer reunião nossa, porque é um empreendimento da União, é um empreendimento da União. É isso que eu queria falar. Semana que vem nós iremos conseguir as oito assinaturas para propor o Requerimento de CPI. E, aí o senhor vai ver Deputado Hermínio, quantos irão aparecer para compor essa CPI. Aqueles que nem deram a cara vão vir: não eu quero uma vaga porquê... Aí pensam que nós não iremos. Eu quero pessoas compromissadas nesta CPI, que irão trabalhar mesmo para mostrar para a sociedade resultados, resultados. E nós iremos mostrar, sim. Assim como está sendo a Comissão Especial Temporal que apura as questões das tarifas de água, de esgoto e de energia elétrica, que nós estamos buscando fer-

renhamente entender, bem como reduzir algum imposto que seja ICMS, bem como a questão da tarifação do esgoto, certamente ao final desta CPI iremos dar um Norte e resultados plausíveis ao Estado de Rondônia, ao cidadão rondoniense que tanto está cansado de só ver pessoas que vem de outros Estados montam empreendimento de forma assim goela abaixo. Parece que eles são donos da terra, vieram colocaram na época Presidente Dilma, não sou nada contra sua Presidente, Deputado Hermínio, Presidente, que tem muito carinho por ela, mas ela foi que veio e disse: não para implantar passe por cima de Ibama, passe por cima de tudo e eu quero esses dois empreendimentos Jirau e Santo Antônio, e foi feito, foi feito. E todo mundo viu, passou por cima de tudo. Não sei nem se tem Licença, não sei nem como é que realmente Santo Antônio encontra-se trabalhando. E falar nas seis turbinas, as seis turbinas já estão em pleno funcionamento, Deputado Neidson, pode ter certeza disso, pode ter certeza disso, já fizeram. E, aí para finalizar, até por uma questão do horário, eu estou sendo muito cauteloso, na próxima vez eu não vou abrir mão, não. Aqui não só estou eu, graças a Deus tem vocês aqui para estar prestigiando a nossa fala, mas a próxima vez eu vou utilizar do horário, a gente já está trabalhando de forma reduzida.

A questão da CAERD. A CAERD e Iacira fez o compromisso conosco, Deputado Hermínio, o Fabrício, o Haroldo, que nós no Decreto Legislativo sustamos o efeito da Resolução nº038, e eles nenhuma audiência trouxeram a devida informação. Aqui, oficializaram a gente. Queriam cumprir o Decreto Legislativo. E para o meu dissabor, para minha informação a CAERD de forma ilegal, passando por cima de um acordo que tem nesta Casa. E não vou falar nem em acordo. Ele só poderia cumprir a devida aplicabilidade da Resolução de 100% do esgoto se eles estivessem entrado com uma ADIN, Ação Direta de Inconstitucionalidade, e estivessem ganho a Liminar. O Doutor Haroldo falou que não entrou, e agora voltaram a cobrar 100% da tarifa. O Fabrício até o presente momento não me respondeu, que é o Diretor da parte de Cobrança da CAERD, um dos diretores, não me respondeu. Eu quero pensar que foi um erro administrativo, queira eu pensar. Por quê? Se não sanar até terça-feira essa questão, eu irei juntamente nesta Casa propor, porque isso está passando por cima de um ato perfeito, de uma ação que foi proposta por esta Casa e deve ser respeitada. Ela vai responder ao rigor da Lei, nem que eu tenha que chamá-la aqui ela vai responder por crime de responsabilidade e pedir o afastamento de imediato desta direção na íntegra, bem como, aí Deputado Hermínio, abrir uma Comissão Especial para apurar esses 96 cargos e outras coisas. Nós já iríamos apurar, mas da forma que ela está querendo. Eu entendo que isso não pode ser uma afronta, eu não quero entender que seja uma afronta. Então peço ao senhor Emerson Castro, eu tenho muito respeito, que entre em contato com a senhora Iacira, que é a Diretora Presidente da CAERD, e peça para ela neste exato momento fazer com que não seja cobrada a taxa de 100%. Já tenho algum documento, me encaminharam um documento uma cobrança de 100% no Bairro Novo e me informaram que foram nos 06 empreendimentos. Com a justificativa que entraram com ações. Independente se essas ações que ingressaram foram anteriormente ao nosso Decreto Legislativo que sustou os efeitos, os efeitos desta Resolução.

Era isso que eu queria falar nesta tarde, nesta noite. Pedir novamente obrigado. Agradecer a paciência do Deputa-

do Doutor Neidson. Pedir desculpas até Deputado porque eu não tenho nada contra a Bolívia, viu gente. É porque o meu posicionamento é este, eu tenho uma ideia que do jeito que o Brasil deve ter a responsabilidade, a Bolívia também deve, e deve ter o respeito mútuo entre os dois países, é isso que eu espero, e isso que deve ser. Muito obrigado, Presidente.

Registrar também aqui a minha companheira, Deputada Rosangela Donadon que estava aqui e o Deputado Hermínio. E boa noite a todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado a Vossa Excelência Deputado Jesuíno. Na hora era para eu ter, eu estava conduzindo os trabalhos e na hora que era para chamar Vossa Excelência já era outro que estava, sentou aqui na Mesa para conduzir os trabalhos e que anunciou, mas não esperou que Vossa Excelência usasse a Tribuna no momento da sessão que nós estávamos discutindo os projetos e tinha bastante gente participando. Mas de qualquer maneira eu sei que Vossa Excelência é organizado, sua equipe vai mandar aí para os grupos na internet aí no facebook e as pessoas vão acompanhar como sempre tem acompanhado o seu belo trabalho aqui na nossa Assembleia.

Eu quero agradecer aqui o nosso Deputado Doutor Neidson, gente muito boa. Eu não sei por que é que o deputado Jesuíno tem isso contra os bolivianos. Eu achei que ele era descendente de boliviano. Ele tem um jeito assim meio índio, não é? É. E fica com essa coisa contra os nossos companheiros, nossos vizinhos aqui, nossos bolivianos. E só para dizer para ele que realmente a Bolívia tem muito mais moral do que o Brasil nesse sentido. Lá quem está na terra boliviana tem ordem lá. Agora neste lado aqui começa a virar a zona, quando cruza para o lado de cá já vira uma zona e todo mundo faz o que bem quer. Porque infelizmente o nosso Brasil as pessoas que governam ele sempre, infelizmente complicam.

E sobre a Dilma, que o ele falou, o Deputado Jesuíno, realmente eu gosto da Dilma. Fico triste se aquele. A maioria daqueles Senadores corruptos, ladrões, condenarem e tirar o mandato de uma Presidente que eu tenho certeza que ela é honesta. Se o partido dela lá cometeu erros e fez um monte de besteira, ela não poderia pagar e ser julgada e condenada como criminosa, para perder até o cargo político do Brasil sem cometer crime nenhum, que é isso que está provado, o Ministério Público, os próprios técnicos do Senado provaram que ela não cometeu crime nenhum. Infelizmente é o interesse da elite tirar a Dilma da Presidência, mas mesmo assim, Deputado Doutor Neidson, eu acredito que no dia do julgamento lá vão ter 28 Senadores com consciência de que vai manter a nossa Presidente no comando do país para ir fazer novas eleições lá na frente, e o Brasil escolher um Presidente, o povo escolher um Presidente para governar o país. E não esta quadrilha do PMDB aí junto com DEM e PSDB, para acabar de assaltar o restinho que o Brasil tem.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, está encerrada esta sessão. E comunico a realização de Sessão Solene no dia 25 de agosto, às 09h00min, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid para entrega de Votos de Louvor. E convoco Sessão ordinária para o dia 30 de agosto, no horário regimental, ou seja, às 15h00min.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 39 minutos).

ADVOCACIA GERAL

**Extrato PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
007/ALE/RO/2015**

Processo Administrativo nº 5215/2015-59

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA – ALE/RO**Contratada:** AMAZON TRAINER E TURISMO LTDA ME.

DO OBJETO: O presente TERMO ADITIVO tem por objetivo a prorrogação do Contrato nº 007/2015 de prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, remarcação, endossos de bilhetes e fornecimento de passagens de ônibus (rodoviário intermunicipal) a atender as necessidades de deslocamento dos deputados, servidores e terceiros no interesse da Administração para participarem de cursos, treinamentos, reuniões, congressos, seminários e outros eventos de interesse da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, cujas condições gerais para prestação dos serviços estão dispostas no Contrato.

DO PRAZO: Fica estabelecido para o presente TERMO ADITIVO o prazo de prorrogação de 12 (doze) meses, a contar de 14 de setembro de 2016 e ultimando-se em 13 de setembro de 2017.

DO VALOR: O valor global do presente instrumento para cobertura do período mencionado em cláusula anterior corresponde ao importe de R\$ 34.797,60 (trinta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Para atender o presente TERMO ADITIVO, será usado saldo de R\$ 28.132,94 (Vinte e oito mil cento e trinta e dois reais e noventa e quatro centavos) existente na Nota de Empenho 2016NE00085, a ser complementado, se necessário, com posterior emissão de nova nota de empenho para cobrir o período restante compreendido até o término do exercício corrente.

Parágrafo primeiro. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta da seguinte programação: Fonte – 0100000000 - Evento – 400091 / UO – 1001 - Programa de Trabalho – 01122102020620000 - Elemento de Despesas – 339033 - Nota de Empenho – 2016NE00085

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Mauro de Carvalho – Presidente
Arildo Lopes da Silva - Secretário-Geral

Contratada: Amazon Trainner e Turismo Ltda ME
Michelle Morales Martins - Representante Legal

Visto: Celso Ceccatto - Advogado-Geral

**Extrato SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
013/ALE/RO/2014**

Processo Administrativo nº 1657/2013-79

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA – ALE/RO

Contratada: AMAZON TRAINER E TURISMO LTDA ME.

DO OBJETO: O presente TERMO ADITIVO tem por objetivo a prorrogação do Contrato nº 013/2014 de prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, informações sobre as opções de voo, bem como disponibilização de acesso gratuito 24 horas por dia para a solução de ocorrências, atendendo as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, destinada a atender as necessidades de deslocamento dos deputados, servidores e terceiros no interesse da Administração para participarem de cursos, treinamentos, reuniões, congressos, seminários e outros eventos de interesse da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, cujas condições gerais para prestação dos serviços estão dispostas no Contrato.

DO PRAZO: Fica estabelecido para o presente TERMO ADITIVO o prazo de prorrogação de 12 (doze) meses, a contar de 03 de outubro de 2016 e ultimando-se em 02 de outubro de 2017.

DO VALOR: O valor global do presente instrumento para cobertura do período mencionado em cláusula anterior corresponde ao importe de R\$ 942.564,00 (novecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta quatro reais).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Para atender o presente TERMO ADITIVO, será usado saldo de R\$ 340.028,72 (trezentos e quarenta mil vinte e oito reais e setenta e dois centavos) existente na Nota de Empenho 2015NE00086, a ser complementado, se necessário, com posterior emissão de nova nota de empenho para cobrir o período restante compreendido até o término do exercício corrente.

Parágrafo primeiro. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta da seguinte programação: Fonte – 0100000000 - Evento – 400091 / UO – 1001 - Programa de Trabalho – 01122102020620000 - Elemento de Despesas – 339033 - Nota de Empenho - 2015NE00086.

Parágrafo segundo. Por ocasião do exercício financeiro anual de 2017, poderá haver posterior complementação de empenho em relação à despesa autorizada na cobertura correspondente ao restante dos 12 (doze) meses do período contratado.

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes aditantes e com visto do Senhor Advogado-Geral desta Casa Legislativa, e registrado às fls. 22 (vinte e dois) do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2016 da Advocacia Geral.

Porto Velho, 18 de agosto de 2016.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Mauro de Carvalho – Presidente
Arildo Lopes da Silva - Secretário-Geral

Contratada: Amazon Trainner e Turismo Ltda ME
Michelle Morales Martins- Representante Legal

Visto: Celso Ceccatto - Advogado-Geral

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 1247/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

D E S I G N A R

O servidor JOSE ANTONIO ALVES RODRIGUES, matrícula 200162607, ocupante do Cargo de Secretário Executivo, para responder sem ônus, pela Função de Chefe de Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 01 a 30 de setembro de 2016, no período do gozo das férias do titular.

Porto Velho, 01 de setembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 301/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 08 a 10/09/2016 ao servidor relacionado que irá participar da 5ª Ficop - Feira Industrial e Comercial de Pimenta Bueno e Região, realizando cobertura jornalística durante o evento, no município de Pimenta Bueno - RO, conforme Processo nº. 00012425/2016-78.

Matricula: 200162285
Nome: Eliezer Pereira Nunes
Cargo: Secretário de Apoio
Lotação: Gabinete da Presidência

Porto Velho - RO, 01 de Setembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 302/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 30/08/2016 a 01/09/2016, ao Deputado Estadual JESUÍNO SILVA BOABAI, cadastro nº 200160356, conforme Processo nº. 00012441/2016-89.

Porto Velho - RO, 01 de Setembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 303/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 01 a 04/09/2016, a servidora relacionada que irá assessorar o senhor Presidente desta Casa de Lei, realizando cobertura jornalística em sua participação em inauguração de praças e solenidades na abertura do JIR - Jogos Intermunicipais, nos municípios de Jarú, Ji-Paraná e Cacoal - RO, conforme Processo nº. 0012473/2016-11.

Matricula: 100009490
Nome: Wagna Vieira da Silva
Cargo: Ast Técnico
Lotação: Gabinete da Presidência

Porto Velho - RO, 01 de Setembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 304/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 01 a 01/09/2016, ao servidor relacionado para realizar serviços de motorista transportando os servidores desta Casa de Leis, que irão acompanhar o senhor Presidente que estará participando da inauguração de praças e solenidades da abertura do JIR - Jogos Intermunicipais, nos municípios de Jarú, Ji-Paraná e Cacoal - RO, conforme Processo nº. 0012473/2016-11.

Matricula: 200161011
Nome: Olívio Gilberto Persch
Cargo: Asses. Parlamentar
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 01 de Setembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 305/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 01 a 04/09/2016, ao servidor relacionado para realizar serviços de motorista, conduzindo

do o carro oficial do senhor Presidente desta Casa de Leis, que estará participando da inauguração de praças e solenidades da abertura do JIR - Jogos Intermunicipais, nos municípios de Jarú, Ji-Paraná e Cacoal - RO, conforme Processo nº.0012473/2016-11.

Matrícula: 200161012
Nome: José Kerginaldo da Silva
Cargo: Ast Parlamentar
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 01 de Setembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 306/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 01 a 04/09/2016, a servidora relacionada para realizar serviços de Assessoramento ao senhor Presidente desta Casa de Leis, que estará participando da inauguração de praças e solenidades da abertura do JIR - Jogos Intermunicipais, nos municípios de Jarú, Ji-Paraná e Cacoal - RO, conforme Processo nº.0012473/2016-11.

Matrícula: 200160379
Nome: Irma Fogaça Barbosa
Cargo: Chefe Gabinete
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 01 de Setembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 307/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 01 a 04/09/2016, ao servidor relacionado, conforme Processo nº.0012473/2016-11.

Matrícula: 200161013
Nome: Alberto Andrade do Nascimento
Cargo: Chefe de Divisão
Lotação: Dep. Pol. Legislat.

Porto Velho - RO, 01 de Setembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 308/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos

do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 01 a 04/09/2016, ao servidor relacionado para realizar serviços de cobertura jornalística, acompanhando o senhor Presidente desta Casa de Leis, que estará participando da inauguração de praças e solenidades da abertura do JIR - Jogos Intermunicipais, nos municípios de Jarú, Ji-Paraná e Cacoal - RO, conforme Processo nº.0012473/2016-11.

Matrícula: 200161748
Nome: Eranildo Costa Luna
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 01 de Setembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 309/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 01 a 04/09/2016, ao servidor relacionado para realizar serviços de cobertura fotográfica, acompanhando o senhor Presidente desta Casa de Leis, que estará participando da inauguração de praças e solenidades da abertura do JIR - Jogos Intermunicipais, nos municípios de Jarú, Ji-Paraná e Cacoal-RO, conforme Processo nº.0012473/2016-11.

Matrícula: 200161010
Nome: Marisvaldo José da Silva
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 01 de Setembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1244/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

WELINGTON FRANCO PEREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-18, do Gabinete da 3ª Secretaria Deputado Alex Redano, a partir de 31 de agosto de 2016.

Porto Velho, 31 de agosto de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral